Willian Douglas Guilherme
(Organizador)

História:
Tempo & Argumento

Ano 2022

Willian Douglas Guilherme
(Organizador)

História:

Tempo & Argumento

Ano 2022

Editora chefe
Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira
Editora executiva
Natalia Oliveira
Assistente editorial
Flávia Roberta Barão
Bibliotecária
Janaina Ramos
Projeto gráfico
Bruno Oliveira
Camila Alves de Cremo
Daphynny Pamplona
Luiza Alves Batista
Natália Sandrini de Azevedo
Imagens da capa
iStock
Edição de arte
Luiza Alves Batista

CIÊNCIAS
HUMANAS
E SOCIAIS
APLICADAS

Atena
Editora
Ano 2022

História: tempo & argumento

Diagramação: Camila Alves de Cremo
Correção: Maiara Ferreira
Indexação: Amanda Kelly da Costa Veiga
Revisão: Os autores
Organizador: Willian Douglas Guilherme

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

H673 História: tempo & argumento / Organizador Willian Douglas Guilherme. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2022.

Formato: PDF
Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader
Modo de acesso: World Wide Web
Inclui bibliografia
ISBN 978-65-258-0260-2
DOI: https://doi.org/10.22533/at.ed.602222505

1. História. I. Guilherme, Willian Douglas (Organizador). II. Título.

CDD 901

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná – Brasil
Telefone: +55 (42) 3323-5493
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa; 6. Autorizam a edição da obra, que incluem os registros de ficha catalográfica, ISBN, DOI e demais indexadores, projeto visual e criação de capa, diagramação de miolo, assim como lançamento e divulgação da mesma conforme critérios da Atena Editora.

DECLARAÇÃO DA EDITORA

A Atena Editora declara, para os devidos fins de direito, que: 1. A presente publicação constitui apenas transferência temporária dos direitos autorais, direito sobre a publicação, inclusive não constitui responsabilidade solidária na criação dos manuscritos publicados, nos termos previstos na Lei sobre direitos autorais (Lei 9610/98), no art. 184 do Código penal e no art. 927 do Código Civil; 2. Autoriza e incentiva os autores a assinarem contratos com repositórios institucionais, com fins exclusivos de divulgação da obra, desde que com o devido reconhecimento de autoria e edição e sem qualquer finalidade comercial; 3. Todos os e-book são *open access, desta forma* não os comercializa em seu site, sites parceiros, plataformas de *e-commerce,* ou qualquer outro meio virtual ou físico, portanto, está isenta de repasses de direitos autorais aos autores; 4. Todos os membros do conselho editorial são doutores e vinculados a instituições de ensino superior públicas, conforme recomendação da CAPES para obtenção do Qualis livro; 5. Não cede, comercializa ou autoriza a utilização dos nomes e e-mails dos autores, bem como nenhum outro dado dos mesmos, para qualquer finalidade que não o escopo da divulgação desta obra.

APRESENTAÇÃO

O e-book “História Tempo & Argumento” traz um conjunto de estudos inéditos que apetecem contribuir com o campo da pesquisa em história.

Nero e Evangelista Júnior, em sua pesquisa, investigam o “Monstro de Guaianases” que teria sido autor de pelo menos 29 crimes entre ataques sexuais e homicídios na cidade de São Paulo no período entre 1936 a 1952, um tema ousado, que levanta questionamentos que merecem a atenção do leitor.

No texto de Bandeira, há uma discussão pautada no medo que acompanha a sociedade brasileira desde a pandemia do século XIX. Por meio das charges publicadas na Revista Ilustrada, o autor traça um paralelo com a pandemia do século XXI, de COVID-19, buscando propor um equilíbrio para a vida em comunidade.

A imagem do caixeiro viajante ressurge no estudo de Vieira Filho, que traz sua importância social e econômica para o interior do Piauí, trazendo elementos da cultura material e imaterial que envolve o desenvolvimento econômico, político, social e cultural do Estado.

No artigo de Claro, a autora propõe seu olhar a partir do estudo da líder religiosa do Terreiro de Candomblé Ilê Axé Opô Afonjá, Eugênia Anna dos Santos e seu papel educacional na resistência e luta negra em Salvador/BA.

No artigo de Lara, a autora discute o drama social vivido pela pandemia de COVID-19 e sua relação com a ocupação/desocupação do espaço acadêmico da UNEMAT, no município de Cáceres/MT, propondo como esse processo impactaria na trajetória acadêmica destes alunos.

A história da Universidade de Sorocaba foi registrada por Xavier e Pinto que pesquisaram o período de 1951 a 2021 apontando o crescimento da instituição em várias áreas, com destaque a extensão universitária.

Utilizando-se da história oral, Mendes e Marta pincelam a história da cena musical do rock em Vitória da Conquista/BA no período de 2000 a 2009. É uma importante oportunidade de conhecermos um pouco mais sobre esse gênero musical e sua presença no interior do Brasil.

Uma ótima leitura a todos!

Willian Douglas Guilherme

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1

BENEDICTO MOREIRA DE CARVALHO (O MONSTRO DE GUAIANASES): CRIMINOSO OU DOENTE?

Data de aceite: 02/05/2022

Carla Priscila Del Nero
Pesquisadora do Grupo de Pesquisa Segurança Pública e Cidadania da Universidade Presbiteriana Mackenzie - Eixo História da Segurança Pública
Delegada de Polícia responsável pelo Museu da Polícia Civil – São Paulo/SP

Osvaldo Evangelista Júnior
Pesquisador do Grupo de Pesquisa Segurança Pública e Cidadania da Universidade Presbiteriana Mackenzie - Eixo História da Segurança Pública
Pós-graduando em Ciências Criminais pela Faculdade de Direito de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo (FDRP/USP). Professor concursado de Criminologia da Academia de Polícia "Dr. Coriolano Nogueira Cobra" – São Paulo/SP. Professor do Curso de Direito da Faculdade Eduvale de Avaré/SP (licenciado). Professor dos cursos de Direito e de Psicologia da Universidade Anhanguera - *Campus* Vila Mariana - São Paulo/SP. Membro do Instituto Brasileiro de Ciência Criminais (IBCCRIM), da Associação Internacional de Criminologia de Língua Portuguesa (AICLP) e do Fórum Brasileiro de Segurança Público (FBSP). Membro do Grupo de Estudos do Projeto USP-Restaura da FDRP/USP. Membro do Grupo de Estudos sobre Segurança Pública do Núcleo de Estudos da Violência da Universidade de São Paulo (NEV/USP). Delegado de Polícia Coordenador da Unidade de Inteligência Policial (UIP) da Academia de Polícia "Dr. Coriolano Nogueira Cobra" – São Paulo/SP

Artigo apresentado no 3º Encontro Internacional & Parcerias e 7º Seminário Fluminense de Pós-Graduandos em História, realizado pela Seção Estadual da Associação Nacional de História - ANPUH do Rio de Janeiro, no período de 18 a 22 de outubro de 2021.

RESUMO: O presente trabalho tem por objeto a descrição de uma série de crimes sexuais e de homicídios, quase todos cometidos no Município de São Paulo e em cidades vizinhas, durante o período compreendido de 1936 a 1952, contra vinte e nove vítimas distintas identificadas, cujos fatos foram imputados a Benedicto Moreira de Carvalho, que ficou conhecido como o "Monstro de Guaianases".
PALAVRAS-CHAVE: Crime; Doença mental; Estupro; Sadismo.

ABSTRACT: The present work has as its object the description of a series of sexual crimes and homicides, almost all committed in the Municipality of São Paulo and in neighboring cities, during the period between 1936 and 1952, against twenty-nine different victims identified, whose facts were attributed to Benedicto Moreira de Carvalho, who became known as the "Monster of Guaianases".
KEYWORDS: Crime; Mental disease; Rape; Sadism.

1 I INTRODUÇÃO

O presente trabalho refere-se à pesquisa realizada a partir de documentos do acervo do Museu da Polícia Civil, instalado na Academia de Polícia "Dr. Coriolano Nogueira Cobra",

em São Paulo/SP, complementada pela análise de referências bibliográficas, sobre Benedicto Moreira de Carvalho, o qual nos anos de 1936 a 1952 teria praticado, bem como responsabilizado por diversos crimes sexuais e de homicídios contra várias vítimas de forma cruel.

Os fatos ocorreram num momento histórico posterior a constatação de que o aumento dos números de registros policiais de delitos sexuais tinha aumentado em São Paulo nos anos anteriores, fato que, segundo o historiador Boris Fausto, teria ocorrido por dois motivos, "um crescimento real" e "a alteração do papel da instituição familiar e das relações entre as esferas do público e do privado", tratando-se esta segunda causa a ruptura da defesa da honra limitada na esfera privada (2001, p. 60).

2 | DO NASCIMENTO BENEDICTO À FASE ADULTA

Sobre sua origem, consta que Benedicto, portador da carteira de identidade R.G. nº 223.141/SSP-SP, filho de José Moreira de Carvalho e de Maria Rufino, nasceu em 10 de agosto de 1909, no município de Tambaú, interior do Estado de São Paulo, próximo da divisa com o Estado de Minas Gerais.

Segundo consta, nasceu de parto normal e no dia seguinte ao seu nascimento ocorreu o falecimento de sua mãe, aparentemente por imprudência da parteira (WHITAKER, 1952, p. 14).

Sobre sua infância, há registro de que com aproximadamente oito anos de idade contraiu "gripe espanhola" e aos onze anos sofreu queda de um cavalo, oportunidade em que bateu sua cabeça no solo, perdendo os sentidos por alguns minutos (WHITAKER, 1952, p. 14).

Segundo Benedicto, durante a realização de seu exame psiquiátrico, disse que quando tinha entre oito e nove anos era bastante "peralta", motivo pelo qual seu genitor o agredia na cabeça e nas costas, utilizando-se como instrumentos para as agressões de cabo de vassoura, pedaços de paus e argola do "rabo de tatu" (WHITAKER, 1952, p. 15).

Acrescentou Benedicto que muitas vezes, ao ser atingido por golpes em sua cabeça desmaiou, bem como informou que posteriormente sentiu "pequenas tonturas" e que quando se abaixava tinha sua visão escurecida e sobrevinham tonturas, mas que com passar do tempo isso desapareceu (WHITAKER, 1952, p. 15).

Já adolescente, com quinze anos de idade, uma bomba de São João explodiu em suas mãos, causando-lhe ferimentos, dos quais restaram uma cicatriz (WHITAKER, 1952, p. 14).

Ainda durante seu exame psiquiátrico, ao falar sobre sua família, Benedicto descreveu seu genitor como sendo uma pessoa "nervosa, irritadiço e colérico", esclareceu que tinha um irmão "meio espeloteado, genioso, que brigava com a mulher, um pouco nervoso", com o qual não teve mais contato ou notícia, bem como que teve outro irmão que

nasceu “surdo-mudo”, mas que as demais pessoas da família eram “normais” (WHITAKER, 1952, p. 15).

Aos 18 anos de idade, em 19 de setembro de 1928, informou ser enfermeiro, ao ser legitimado datiloscopicamente, cuja legitimação ocorreu em razão de voluntariar-se para servir a Força Pública, órgão em que exerceu a função de soldado do Corpo de Bombeiros, mas excluído em 31 de dezembro de 1936, “por incapacidade moral” (ACADEMIA DE POLÍCIA, s. d., p. 12 e 16), ao ser descoberta a prática de tentativa de crime sexual, que culminará em sua primeira prisão.

Faltando poucos dias para completar 21 anos de idade, mais precisamente em 2 de agosto de 1930, no Cartório de Registro Civil do Distrito de Santana, Município de São Paulo, Benedicto casou-se com Marina Ferreira de Almeida, na época com 18 anos de idade, a qual adotou o nome Marina Ferreira de Carvalho.

Os primeiros crimes

O motivo de sua expulsão da Força Pública foi a descoberta da prática do crime previsto no artigo 266 do Código Penal[1] vigente à época[2], perpetrado contra Julieta Artioli, em outubro de 1936, no Bairro “Cerâmica”, em São Paulo/SP (ACADEMIA DE POLÍCIA, s. d., p. 9).

Segundo relato da vítima Julieta, caminhava pelo Bairro “Cerâmica”, momento em que ao passar por um lugar ermo, foi agarrada por Benedicto, que já possuía 27 anos de idade e ostentava estatura de 1,70 m de altura, o qual lhe apertou a garganta e ameaçou-a, além de tentar manter relação sexual, cujo fato somente não ocorreu em decorrência da aproximação de algumas pessoas (ACADEMIA DE POLÍCIA, s. d., p. 8).

Julieta acrescentou que narrou o ocorrido a seus familiares, motivo pelo qual seu irmão passou a acompanhá-la com a finalidade de prender o criminoso, o que ocorreu no dia 21 de novembro de 1936, pois ao passarem exatamente pelo local onde foi atacada, encontraram-no. Nesta ocasião o irmão da vítima deteve Benedicto e o entregou a um inspetor de polícia (ACADEMIA DE POLÍCIA, s. d., p. 8).

Julieta foi submetida a exame de conjunção carnal, que resultou negativo (ACADEMIA DE POLÍCIA, s. d., p. 8).

Ao ser interrogado, Benedicto negou a tentativa de manter relação sexual com a vítima mediante uso de violência e que a tivesse ameaçado-a, mas confirmou que a abordou quando dos fatos, ocasião em que fez propostas que foram recusadas por ela (ACADEMIA DE POLÍCIA, s. d., p. 8).

Em 7 de janeiro de 1937, Benedicto foi identificado com a finalidade de obter atestado

1 “DA VIOLÊNCIA CARNAL – Artigo 266. Attentar contra o pudor de pessoa de um, ou de outro sexo, por meio de violências ou ameaças, com o fim de saciar paixões lascivas ou por depravação moral: Pena – de prisão cellular por um a seis annos. Paragrapho unico. Na mesma pena incorrerá aquelle que corromper pessoa de menor idade, praticando com ella ou contra ella actos de libidinagem.” (grafado conforme redação original).

2 Na época vigorava o Código Penal Brasileiro promulgado pelo Decreto nº 847, de 11 de outubro de 1890, o qual foi consolidado pelo Decreto nº 22.213, de 14 de dezembro de 1932, que aprovou a Consolidação das Leis Penais, da autoria do Desembargador Vicente Piragibe.

de antecedentes e carteira de identidade, conforme Boletim de Informações datado de 8 de março de 1937, elaborado por Ricardo Gumbleton Daunt[3] (ACADEMIA DE POLÍCIA, s. d., p. 16).

Passado pouco tempo, no dia 8 de março de 1937, Benedicto foi capturado pelos Inspetores Bento e Cornelio, com vistas ao cumprimento de mandado de prisão expedido em razão de ter sido pronunciado em 15 de fevereiro de 1937, pelo Juízo da 3ª Vara Criminal de São Paulo, em razão da prática de referido crime de violência carnal, oportunidade em que foi novamente identificado (ACADEMIA DE POLÍCIA, s.d., p. 14, 16-19, 22).

No dia 2 de setembro de 1937, Benedicto foi condenado por este primeiro crime à pena privativa de liberdade de um ano de prisão celular (ACADEMIA DE POLÍCIA, s.d., p. 23).

Benedicto apelou da condenação, tendo o Tribunal de Apelação, por meio de acórdão datado de 2 de dezembro de 1937 confirmado a decisão, bem como houve rejeição dos embargos apresentados por ele, conforme acórdão de 3 de fevereiro de 1938, mas foi posto em liberdade em 8 de março de 1938, em decorrência do cumprimento integral da pena (ACADEMIA DE POLÍCIA, s. d., p. 25), na Penitenciária do Estado (ACADEMIA DE POLÍCIA, s. d., p. 110).

Transcorridos pouco mais de três anos, mais precisamente às 20 horas, do dia 28 de setembro de 1941, Benedicto, com 32 anos de idade, foi preso pela segunda vez, nesta ocasião no Bairro Vila Carrão, em São Paulo/SP, pela prática do crime previsto no artigo 266, § 2º, da Consolidação da Leis Penais, oportunidade em que foi conduzido à 10ª Delegacia de Polícia de São Paulo/SP, cuja unidade policial instaurou o Inquérito Policial nº 226/1941. Mencionado feito culminou na deflagração do respectivo processo criminal perante o Juízo de Direito da 1ª Vara Criminal de São Paulo, cujo desfecho foi a prolatação de sentença condenatória que determinou a aplicação de pena privativa de liberdade de reclusão de dois anos e onze meses (ACADEMIA DE POLÍCIA, s. d., p. 26 e 31).

Embora os documentos pesquisados não informem com exatidão se Benedicto fugiu ou tenha sido posto em liberdade, em 20 de abril de 1943, com a finalidade de cumprir mencionada sentença condenatória, a Delegacia de Vigilância e Capturas de São Paulo/SP expediu comunicados à Diretoria Geral de Investigações do Rio de Janeiro, à Delegacia de Vigilância Geral de Belo Horizonte e à Delegacia de Vigilância e Investigações de Curitiba, solicitando providências para a captura de Benedicto (ACADEMIA DE POLÍCIA, s. d., p. 32).

Esta condenação não foi cumprida, em razão da incidência de prescrição (ACADEMIA DE POLÍCIA, s. d., p. 121).

Transcorridos pouco mais de três anos, mais precisamente por volta das 11 horas, do dia 19 de julho de 1946, Benedicto, com 36 anos de idade, pela terceira vez foi preso,

---

3 O Instituto de Identificação da Polícia Civil do Estado de São Paulo, órgão responsável pela emissão de carteiras de identidade para todo o Estado de São Paulo recebeu o nome Ricardo Gumbleton Daunt (IIRGD).

nesta oportunidade pela Delegacia de Polícia da 11ª Circunscrição de São Paulo/SP, em razão da prática do crime de estupro contra a vítima Vera Fantozzi, na Estrada da Penhinha, Município de São Paulo/SP (ACADEMIA DE POLÍCIA, s.d., p. 33), motivo pelo qual em 22 de julho de 1946, apresentando amputação da segunda falange do dedo indicador, ocorrida num acidente de trabalho em 1943, foi submetido a nova legitimação a pedido de mencionada unidade policial, oportunidade em que se identificou como Joaquim Moreira de Carvalho e alegou trabalhar como carpinteiro.

Este último crime de estupro ensejou a instauração de processo criminal pelo Juízo da 6ª Vara Criminal em desfavor de Benedicto, entretanto, como sua verdadeira identidade não havia foi descoberta, nos respectivos documentos constou o nome pelo qual se identificou, ou seja, Joaquim (ACADEMIA DE POLÍCIA, s.d., p. 33-64).

No dia 2 de agosto de 1946, em razão de ter sido pronunciado, houve a expedição por referido Juízo de mandado de prisão preventiva em desfavor de "Joaquim", pela prática do crime de estupro, previsto no artigo 213 do Código Penal (ACADEMIA DE POLÍCIA, s.d., p. 35).

Por este crime contra Vera, em 30 de novembro de 1946, Benedicto foi condenado pela 6ª Vara Criminal de São Paulo/SP, a pena privativa de liberdade de seis anos de reclusão, mas em 29 de maio de 1947, em decorrência da Apelação Criminal nº 17948 – Comarca de São Paulo, face ao provimento parcial da apelação, sua pena foi reduzida para três anos e seis meses, a qual foi cumprida na Penitenciária do Estado, onde foi matriculado sob nº 9.693, com o nome de "Joaquim", sendo posto em liberdade condicional em 25 de dezembro de 1949 (ACADEMIA DE POLÍCIA, s. d., p. 63 e 121).

3 | CRIMES EM SÉRIE E SUA PRISÃO

Segundo o Delegado Designado Joaquim Pinto de Castro, a partir do Natal de 1950 notou-se crescente número de casos de sadismo, cujos primeiros crimes ocorreram naquele dia, por meio da prática de atentado violento ao pudor e homicídio do menor Antônio Mascote, no Bairro Vila Talarico, em São Paulo/SP (ACADEMIA DE POLÍCIA, s. d., p. 106).

As ocorrências com aquele *modus operandi* se tornavam cada vez mais frequentes e com intervalos mais curtos, chegando a ocorrer no primeiro semestre de 1952, em média, um caso por semana (ACADEMIA DE POLÍCIA, s. d., p. 106).

Foram inúmeros crimes imputados a Benedicto, cujas notícias ganharam grande repercussão na sociedade paulista em razão de terem sido retratados em muitas reportagens de jornais e revistas, oportunidade em que recebeu notoriedade por meio dos apelidos dados pela imprensa, que o denominavam como o "Monstro de Guaianases" e o "Monstro Loiro", conforme já mencionado.

Nesta fase, Benedicto não atuava apenas na Capital, pois consta que no dia 25 de

janeiro de 1951, no Município de Poá/SP, ele tentou estuprar Lídia Lisboa da Silva, embora este caso não tenha ensejado instauração de respectivo inquérito policial (ACADEMIA DE POLÍCIA, s. d., p. 120).

Em 7 de agosto de 1951, Benedicto identificou-se como sendo José de Carvalho, mas ao ser legitimado para verificação de sua identidade, a pedido da Delegacia de Costumes, constatou-se seu verdadeiro nome, fato que denota que constantemente era detido pela polícia (ACADEMIA DE POLÍCIA, s. d., p. 65).

No dia 15 de agosto de 1951, Benedicto foi preso na Cadeia Pública de Mogi das Cruzes, de onde fugiu após quatro dias, no dia 19 de agosto de 1951 (ACADEMIA DE POLÍCIA, s. d., p. 121).

No dia de sua fuga praticou um estupro e uma tentativa de estupro, em Itaquera (CASOY, 2017, p. 2017).

No dia 6 de setembro de 1951, Benedicto praticou novo estupro, desta vez contra a “japonesa Yoneko Taneguchi”, no bairro de Itaquera, Município de São Paulo/SP, oportunidade em que foi preso em flagrante delito (ACADEMIA DE POLÍCIA, s. d., p. 74 e 120).

No dia 8 de setembro de 1951 foi encaminhado pela 10ª Delegacia de Polícia de São Paulo para a Casa de Detenção (ACADEMIA DE POLÍCIA, s. d., p. 74).

Em 27 de novembro de 1951, é posto em liberdade face à procedência de *habeas corpus* concedido pela 9ª Vara Criminal de São Paulo (ACADEMIA DE POLÍCIA, s. d., p. 72 e121).

No dia 21 de dezembro de 1951, em São Bernardo do Campo, estuprou a vítima Yoneko Akaki (ACADEMIA DE POLÍCIA, s. d., p. 86).

No dia 26 de fevereiro de 1952, na Vila Diadema, Benedicto estuprou e matou a vítima Tamara, ainda menor de idade (CASOY, 2017, p. 434).

Conforme relatório do Delegado Designado Joaquim Pinto de Castro, por volta das 15 horas, no dia 27 de fevereiro de 1952, na Estrada da Serraria, no então Distrito de Diadema, hoje município, na época pertencente ao Município de São Bernardo do Campo, Benedicto estuprou e matou a menor Tereza Panza (ACADEMIA DE POLÍCIA, s. d., p. 145).

Por volta de 15h30, no dia 7 de abril de 1952, no Sítio Bela Vista, no Bairro de Parelheiros, em São Paulo/SP, Benedicto estuprou e matou Gertrudes Duzinger, de 29 anos de idade, cuja morte ocorreu por três meios “esganadura, estrangulamento e sufocação” (ACADEMIA DE POLÍCIA, s. d., p. 139; CASOY, 2017, p. 434).

Fato curioso ocorre no local deste crime, pois lá a testemunha Benedito Alves, ao avistar o investigador Adalberto João Kurt, acusa-o de ser a pessoa que viu perseguindo a vítima. Diante de tal comportamento, restou evidente a impressionante semelhança entre Kurt e o criminoso, cuja descoberta será muito relevante para a investigação.

Segundo relatório do Delegado Designado Joaquim Pinto de Castro, por volta das 9 horas, do dia 5 de maio de 1952, na Estrada de São Mateus, no Bairro Vila Carrão, no

Município de São Paulo, Benedicto estuprou a menor Santina Costa, tendo ele confessado o crime. O respectivo inquérito policial ensejou processo criminal que tramitou perante a 1ª Vara Criminal de São Paulo (ACADEMIA DE POLÍCIA, s.d., p. 143).

Benedicto foi reconhecido e confessou a prática do crime de estupro de Deborah, de 11 anos de idade, ocorrido no 5 de maio de 1952, na Vila Carrão, em São Paulo (CASOY, 2017, p. 442).

Em 26 de maio de 1952, no período da manhã, Benedicto estuprou a criança Suzuko Okumura, de 10 anos de idade, logo após ela ter saído de sua residência, localizada na Chácara Niponso, no Bairro de Camilópolis, no Município de Santo André/SP (ACADEMIA DE POLÍCIA, s. d., p. 136).

Segundo relatório da Polícia Civil, quando da prática deste delito Benedicto apoderou-se da pasta escolar da vítima Suzuko. (ACADEMIA DE POLÍCIA, s.d., p. 136-137).

No dia 26 de maio de 1952, na Estrada de Juta, Município de Santo André/SP, Benedicto estuprou e matou Namiko Suetzuko, de 12 anos de idade (ACADEMIA DE POLÍCIA, s. d., p. 86; CASOY, 2017, p. 435).

Em 28 de maio de 1952, às 8 horas, nas imediações da Base Aérea de Cumbica, no Município de Guarulhos/SP, Benedicto investiu contra Maria de Lourdes Alves, de 18 anos de idade, visando estuprá-la, entretanto ao arrastá-la mediante violência para uma capoeira, percebeu que a moça "tinha um corrimento malcheiroso", razão pela qual desistiu de seu intento, deixando-a desacordada após socar seu rosto (ACADEMIA DE POLÍCIA, s. d., p. 86; CASOY, 2017, p. 435). Este crime foi apurado pela Delegacia de Polícia de Guarulhos/SP (ACADEMIA DE POLÍCIA, s.d., p. 130).

No dia 20 de junho de 1952, no Município de Barueri, localizado na Grande São Paulo, Benedicto estuprou Mariana Tieko Takasi, na época com 12 anos de idade (ACADEMIA DE POLÍCIA, s. d., p. 86; CASOY, 2017, p. 436).

Benedicto também foi reconhecido e confessou a prática do crime de estupro de Maria Aparecida Ponciano, de 11 anos de idade, ocorrido em 24 de junho de 1952, na Vila Assiz Brasil, no Município de Mauá, localizado na Grande São Paulo ((ACADEMIA DE POLÍCIA, s. d., p. 86; CASOY, 2017, p. 442).

Em 21 de julho de 1952, no local conhecido como Parada XV de Novembro, no Bairro São Miguel Paulista, São Paulo/SP, Benedicto estuprou e matou Mercília Oliveira de Souza, de 18 anos de idade (ACADEMIA DE POLÍCIA, s. d., p. 86; CASOY, 2017, p. 437).

No dia 2 de agosto de 1952, Benedicto estuprou e matou a vítima Maria Nishikawa, na Vila Rudge Ramos, em São Bernardo do Campo/SP (ACADEMIA DE POLÍCIA, s. d., p. 86).

Passados pouco tempo, naquele mesmo dia, no dia 2 de agosto de 1952, às 10 horas, Benedicto violentou a criança Jarbas Pontes Teixeira, de oito anos de idade, cujo crime na época era denominado atentado violento ao pudor, mas que desde 2009 configura

o crime de estupro. Este delito ocorreu nas margens da Estrada do Taboão e ao ser descoberto Benedicto confessou (ACADEMIA DE POLÍCIA, s.d., p. 127).

No dia 18 de agosto de 1952, estuprou e matou a vítima Luiza Marlene dos Santos, de 10 anos de idade, no Município de Itaquaquecetuba/SP (ACADEMIA DE POLÍCIA, s. d., p. 86 vº e 151; CASOY, 2017, p. 433).

Em 21 de agosto de 1952, Benedicto estuprou e matou Myoko Okumura, de 15 anos de idade, no Sítio da Invernada, no Município de Guarulhos/SP (ACADEMIA DE POLÍCIA, s. d., p. 86 vº).

4 I DA INVESTIGAÇÃO

O crescente aumento dos casos, acrescido da incompreensão e das críticas da opinião pública e da imprensa, pressionavam para que houvesse o rápido esclarecimento dos crimes, motivo pelo qual o Dr. Elpídio Reali, Secretário da Segurança Pública, e a Delegacia de Segurança Pessoal passaram a investigar os crimes praticados por Benedicto, mas que ainda não haviam sido esclarecidos, de forma minuciosa e ininterrupta.

O próprio Secretário, Dr. Elpidio, pessoalmente acompanhou todas as ocorrências, bem como "determinou ao Dr. Francisco P. Ielo, Delegado de Polícia, que em cooperação com as Delegacias de Polícia competentes, realizasse as pesquisas e diligências necessárias para o perfeito desvendamento do caso" (WHITAKER, 1952, p. 16).

Segundo o relatório do Delegado Designado Dr. Joaquim Pinto de Castro,

> *coordenando cuidadosamente as informações prestadas pelas testemunhas* dos casos, verificaram os investigadores que o indivíduo aloirado, parecido com o investigador Kurt, e sempre com uma pasta de couro marrom continuava a ser visto nos locais dos crimes. Tal fato, e ainda a coexistência de pontos comuns, nos diversos casos, e a identidade do ***modus agendi***, firmaram em nosso espírito e no dos investigadores a convicção da autoria única de uma série de crimes não esclarecidos. Dessa observação resultou uma mudança radical nos métodos de investigação até então seguidos (ACADEMIA DE POLÍCIA, s. d., p. 109).

Os investigadores fizeram o levantamento de todos os criminosos sexuais conhecidos, bem como vasculharam os arquivos da Delegacia de Costumes, da Penitenciária do Estado, da Casa de Detenção e das Delegacias Distritais.

Nos estabelecimentos penais pesquisaram todos os criminosos sexuais postos em liberdade condicional ou em liberdade após o cumprimento da pena.

Ao examinarem os arquivos da Delegacia de Polícia da 10ª Circunscrição, Distrito da Penha, chegaram ao nome de Benedito Moreira de Carvalho, até então por eles desconhecido.

Benedito apresentava enormes semelhanças com o investigador Kurt, conforme a testemunha do caso Gertrudes havia afirmado. Em seu prontuário constava que:

> já cumprira pena na Penitenciária do Estado, por estupro, livrando-se do

> cumprimento de outra pela prescrição. Além disso, respondia simultaneamente a dois processos por crimes sexuais: um, perante o Juízo de Mogi da Cruzes, por duplo atentado cometido em Poá; outro, perante o juízo da 9ª Vara Criminal da Capital, por estupro praticado contra uma jovem japonesa, em Itaquera (ACADEMIA DE POLÍCIA, s. d., p. 110).

São iniciadas as investigações para apurar o envolvimento de Benedicto e descobrem que ele havia fugido da Cadeia Pública de Mogi das Cruzes, em agosto de 1951, tendo ele no mesmo dia praticado em Itaquera um estupro consumado e outro tentado.

Durante os levantamentos realizados em 18 de agosto de 1952, em razão do estupro e morte da menor Luiza Marlene dos Santos, em Itaquaquecetuba, uma testemunha relata a presença no local de um indivíduo aloirado, magro, de aproximadamente 1,70 m de altura, de chapéu e pasta de couro, cuja descrição era semelhante a Benedicto.

Sabendo que Benedito era operário de serraria, procedeu-se levantamento de todos os estabelecimentos desse gênero e nos locais onde trabalhou, examinando a folha de frequência, os cartões ou livros de ponto e notam que Benedicto faltou no trabalho ou estivera desempregado nos dias dos crimes objetos de investigação.

Esta informação da investigação foi divulgada pelo Jornal Diário da Noite de São Paulo (1952, p. 14).

Os investigadores constataram que nos locais onde trabalhou, fornecia diferentes endereços de residência, todos falsos, fato que foi observado como uma demonstração de que ele se tratava de indivíduo malicioso e astuto.

As investigações levaram os policiais ao endereço verdadeiro de Benedicto, ou seja, à Rua Ponciano, nº 32, no Bairro Guaiaúna, no Município de São Paulo/SP, onde

> na noite de 29 de agosto (de 1952), vestindo macacões e trajes operários, tomaram um caminhão e estacionaram defronte à casa de Benedicto, pelas 2 horas, simulando reparar o veículo. Cerca de 4,30 horas, Benedicto saiu de casa cautelosamente, depois de bem examinar as imediações, como se temesse algo. Levava na mão a tantas vezes referida a pasta e couro marrom (ACADEMIA DE POLÍCIA, s. d., p. 111).

Os investigadores realizaram a detenção de Benedicto, o qual se entregou sem esboçar reação, fazer perguntas, mostrar surpresa, como se estivesse estado sempre a espera deste acontecimento, como desfecho lógico e inelutável (ACADEMIA DE POLÍCIA, s. d., p. 111)

Em sua pasta carregava um cordel (corda bastante fina e flexível), com uma laçada numa extremidade, fato importante para as investigações, pois duas das vítimas, a Sra. Dunzinger e a menina Maria Nishikawa, foram estranguladas com fios de semelhante espessura (ACADEMIA DE POLÍCIA, s. d., p. 111-112).

Conduzido à Delegacia de Polícia, segundo consta sem qualquer coação e constrangimento moral ou físico, Benedicto confessou a autoria de 10 crimes, dos quais 8 estupros seguidos de morte das vítimas e dois estupros, sem o resultado morte (ACADEMIA

DE POLÍCIA, s. d., p. 112).

A Delegacia de Segurança Pessoal instaurou procedimento policial em desfavor de Benedicto e representou à Procuradoria Geral da Justiça do Estado a designação de um membro do Ministério Público para assisti-lo e acompanhá-lo, sendo designado para esta atribuição o Promotor de Justiça, Dr. Mário de Melo Freire.

Foi realizada representação para realização de busca domiciliar na casa de Benedicto, onde foram encontrados noticiários "de seus crimes e outros recortes de jornais; chapéu cinza como o descrito pelas testemunhas" e uma "relação manuscrita a lápis", por Benedicto, contendo várias anotações (CASOY, 2017, p. 439).

Dentre as anotações grafadas por Benedicto constava um relação de suas vítimas, conforme esclarecido posteriormente por ele, contendo as seguintes informações: Lapa, 1 menina; Bairro do Limão, 1 menino; Artur Alvim, 2 meninas; Vila Talarico, 1 menino; Pirituba, 1 menina; Suzano, 1 menina; Vila Diadema, 1 menina; Estrada Sacopema, 1 menina japonesa; Mauá, 1 menina; Tremembé, 1 menina; Parelheiro, 1 mulher; Via Anchieta, 1 japonesinha; Guarulhos, 1 mulher; 5º Parada, 1 menino; Itaquaquecetuba, 1 menina; Taboão, 1 japonesa (CASOY, 2017, p. 439).

O êxito das investigações que culminou na prisão do Monstro Loiro, como foi chamado pela imprensa na época, deu-se em razão de um trabalho incessante e inteligente dos investigadores Athos Tescarollo, Mário Gonçalves e Alcides de Oliveira, orientados pelo Delegado Designado Joaquim Pinto de Castro.

Em suas declarações, Benedicto, inicialmente, confirmou sua confissão verbal dos dez crimes assumidos, com fidelidade e sem confusão dos fatos, bem como afirmou que a cordinha encontrada em sua maleta era usava para fazer feixes de gravetos e cavacos para o fogão de sua casa, o que foi desmentido por sua esposa.

Em seu segundo depoimento, diante de novas provas, confessa mais 3 crimes, entre eles o da menor Suzuko Okumura, estuprada e gravemente ferida, em Santo André.

Neste caso, Benedicto, após o crime, levou consigo a bolsa da vítima que fora localizada em sua casa, tendo a vítima reconhecido a bolsa escolar e o acusado.

Segundo o Delegado de Polícia que apurava os fatos, Benedicto não confessou antes por ter receio de ser considerado um ladrão.

Benedicto indicou os locais dos treze crimes que assumiu a autoria, bem como relatou com riqueza de detalhes cada uma das infrações penais.

Houve divulgação na imprensa que as confissões e reconhecimentos de crimes por parte de Benedicto permitiram afastar a responsabilização de inocentes, ou seja, de Oswaldo Floriano e de Domingos Carlos, os quais haviam confessado crimes praticados por Benedicto. As confissões de Oswaldo e de Domingos, infelizmente, devem ter sido obtidas por meio de violência ou grave ameaça e poderia levá-los a uma indevida sentença condenatória, fato impedido diante da confissão de Benedicto.

Em 23 de outubro de 1952, a Delegacia de Segurança Pessoal expediu guia para a

realização de nova identificação de Benedicto, que se encontrava preso preventivamente, por determinação do Juízo de Direito de Mogi das Cruzes, pela prática dos seguintes crimes: seis estupros; dois homicídios, em concurso com violência carnal; seis homicídios, em concurso com estupros; um atentado violento ao pudor; e uma tentativa de estupro, em concurso com homicídio.

Oportuno mencionar que o número de casos pode ter sido muito maior, se considerada a questão da cifra negra, ou seja, crimes que não foram descobertos ou comunicados à polícia, fato que comumente ocorre em relação aos crimes sexuais.

O objetivo do trabalho é permitir o resgate histórico do caso, descrevendo a vida de Benedicto, desde seu nascimento até sua prisão, oportunidade em que confessou inicialmente a prática de crimes contra dez vítimas distintas

5 I CONCLUSÃO

Com base na leitura dos documentos e textos analisados, em especial seu exame de sanidade mental, pode-se concluir que Benedicto tratava-se de um doente, razão pela o Judiciário decidiu acertadamente ao determinar sua internação em manicômio judiciário, quando do julgamento dos crimes praticados em série na década de 1950, onde permaneceu internado até falecer de infarto, aos 54 anos de idade.

A decretação da medida de segurança foi possível em razão do laudo de insanidade mental, que consignou que a agressividade estupradora e homicida de Benedicto "resulta de estado psíquico intermitente, caracterizado por um entendimento falho (catatimia violenta) e por uma tendência irresistível (sadismo)", considerando-o quando da prática dos crimes como individuo inimputável (WHITAKER, 1952, p. 45).

Interessante consignar que Benedicto ao ser examinado disse ter ciência que era um doente, alegando que deveria o Estado ser o responsável por seus cuidados, pois não conseguia controlar seus impulsos, mas concomitantemente foi racional ao preencher uma relação contendo suas vítimas, pois segundo ele, sabia que seria um dia capturado e não desejava ser responsabilizado por infrações penais que não havia praticado.

Portanto, crê-se que nos primeiros julgamentos as primeiras decisões não foram corretas ao condená-lo, considerando-o um criminoso imputável e recolocando-o em liberdade ao final da pena, fato que permitiu, infelizmente, a continuidade de seu comportamento brutal contra vítimas indefesas, pois caso tivesse sido reconhecida sua inimputabilidade, provavelmente tivesse sido mantido em manicômio judiciária quando da série de crimes praticados na década de 1950.

REFERÊNCIAS

ACADEMIA DE POLÍCIA. **Arquivo Histórico-Policial: Benedicto Moreira de Carvalho.** v. 14. Academia de Polícia: São Paulo, s.d.

CASOY, Ilana. **Arquivos *serial killers*: Louco ou cruel? e *made in Brazil.*** Rio de Janeiro: DarkSide Books, 2017.

CORREIO PAULISTANO, Ed. 30.152, de 24/7/1952.

_____. Ed. 29.268, de 7/9/1951.

_____. Ed. 29.573, de 5/9/1952.

_____. Ed. 29.574, de 6/9/1952.

FAUSTO, Boris. **Crime e Cotidiano: A criminalidade em São Paulo (1880-1924).** 2 ed. São Paulo: Editora da Universidade São Paulo, 2001.

Jornal Diário da Noite de São Paulo. Ed. 084891. p. 14. Quarta-feira, 5 set 1952.

FERREIRA, Jorge; LEITE, Nicolau. **O Monstro e Doze Vítimas.** *In:* Revista O Cruzeiro. Ed. 49. Rio de Janeiro, 1952, p. 118-123.

WHITAKER, E. de Aguiar. **O Crime e os Criminosos à Luz da Psicologia e da Psiquiatria: Estudo acerca de 50 delinquentes: considerações sobre o problema da delinquência em São Paulo.** *In:* Revista Arquivos da Polícia Civil de São Paulo. v. 3. São Paulo: Tip. do Gabinete de Investigações, 1942. p. 355-480.

_____. **Um Caso Grave de Sadismo, com Frequente Morte das Vítimas, Ocorrido em São Paulo (Brasil): Estudo psiquiátrico-legal.** *In:* Revista Arquivos da Polícia Civil de São Paulo. v. 24. São Paulo: Tip. do Gabinete de Investigações, 1952. p. 5-48.

CAPÍTULO 2

CIDADES SITIADAS: REPRESENTAÇÕES DO MEDO DA MORTE E DAS ENFERMIDADES NA PANDEMIA DO COVID-19 E NAS CHARGES DO FINAL DO SÉCULO XIX NO BRASIL

Data de aceite: 02/05/2022

Élcia de Torres Bandeira
UFRPE
Recife-Pernambuco
http://lattes.cnpq.br/4669638328828195

RESUMO: As epidemias assolaram o Brasil em diversos períodos da história como o final do século XIX e repercutiram largamente na Revista Ilustrada, coordenada pelo chargista ítalo-brasileiro Ângelo Agostini. O medo das enfermidades e da morte nos acompanha ao longo da história e gera práticas e representações associadas ao contexto histórico da época. Hoje, a pandemia do covid-19 ceifa milhares de vida no Brasil e no mundo, e a forma como nos apropriamos da trágica realidade nos leva a produzir representações que resvalam, em muitos casos, para o negacionismo científico e contribuem para que muitas vidas ainda sejam perdidas pelos discursos e práticas esvaziados de fundamentação científica. Sitiadas, as cidades enfrentam o microscópico inimigo com distanciamento social e medidas sanitárias de higiene básica, enquanto a vacinação não consegue imunizar a maioria da população brasileira. O amor e a empatia tornam-se lenimentos no vazio deixado pela ausência de vacinas suficientes ou remédio específico contra o coronavírus até o presente momento, em 20 de março de 2021. Janelas antes fechadas são abertas para propiciar a visão do outro. Destacaremos neste artigo a relação entre sentimentos e suas expressões representativas relativas ao medo da morte e das enfermidades nas linguagens escrita e iconográfica e procuraremos articulá-los aos fatos históricos que serviram de palco para a sua construção. Analisar as práticas e representações associadas à saúde pública e desenvolver um estudo comparativo entre as epidemias do final do século XIX e a pandemia do covid-19 torna-se relevante para encontrarmos soluções realistas que nos conduzam com segurança para a liberdade, a saúde e o usufruto da vida em comunidade.

PALAVRAS-CHAVE: Covid-19, charges, representações.

BESIEGED CITIES: REPRESENTATIONS OF THE FEAR OF DEATH AND ILLNESSES IN THE PANDEMIC OF COVID-19 AND IN THE CARTOONS OF THE END OF THE NINETEENTH CENTURY IN BRAZIL

ABSTRACT: The epidemics plagued Brazil in several periods of history, such as the end of the 19th century and had a large effect on Revista Ilustrada, coordinated by the Italian-Brazilian cartoonist Ângelo Agostini. The fear of illnesses and death accompanies us throughout history and generates practices and representations associated with the historical context of the time. Today, the pandemic of the covid-19 reaps thousands of lives in Brazil and in the world, and the way we appropriate the tragic reality leads us to produce representations that slip, in many cases, to scientific denialism and contribute to the fact that many lives are still lost by discourses and practices emptied of scientific foundation.

Besieged, cities face the microscopic enemy with social distancing and basic hygiene health measures, while vaccination cannot immunize the majority of the Brazilian population. Love and empathy become lenient summing up in the void left by the absence of sufficient vaccines or specific remedy against coronavirus to date, march 20, 2021. Previously closed windows are opened to provide the sight of the other. We will highlight in this article the relationship between feelings and their representative expressions related to the fear of death and illnesses in written and iconographic languages and seek to articulate them to the historical facts that served as a stage for its construction. Analyzing the practices and representations associated with public health and developing a comparative study between the epidemics of the late nineteenth century and the pandemic of the covid-19 becomes relevant to find realistic solutions that lead us safely to freedom, health and the enjoyment of community life.
KEYWORDS: Covid-19, cartoons, representations.

A tecitura da História remete-nos às balizas que sempre nortearam a sua escrita: o tempo e o espaço. Sem o contexto em que os fatos históricos ocorrem, sua significação perde-se no emaranhado das possibilidades infinitas da transição entre passado e presente, sem acrescentar sua contribuição efetiva para a compreensão do mundo em que vivemos. É necessário sempre situar as práticas e representações no tempo histórico e no espaço geográfico em que foram erigidas. Chartier nos aponta a necessidade de considerar as apropriações que fazemos da realidade e como elas estabelecem elos entre as práticas e as representações que construímos a partir delas ao elaborarmos nossos discursos. Sobre a definição de História Cultural ele afirma:

> Por um lado, é preciso pensá-la como a análise do trabalho de representação, isto é, das classificações e das exclusões que constituem, na sua diferença radical, as configurações sociais e conceptuais próprias de um tempo ou de um espaço. (CHARTIER, 2002, p. 27)

A elaboração discursiva está sempre permeada de simbolismos. Nossos medos, anseios, sonhos, desejos, expectativas de vida expressamos em diversas linguagens que interagem com o cotidiano e se revestem de códigos de acesso que se conectam entre si. A subjetividade cria interpretações próprias que revelam os espelhos com que refletimos nós mesmos e o mundo que nos rodeia. Destacaremos neste artigo a relação entre sentimentos e suas expressões representativas relativas ao medo da morte e das enfermidades nas linguagens escrita e iconográfica e procuraremos articulá-los aos fatos históricos que serviram de palco para a sua construção.

Considerando as balizas do medievo europeu Jacques Le Goff apresenta a cidade:

> A cidade da Idade Média é um espaço fechado. A muralha a define. (...) Lugar de cobiça, a cidade aspira à segurança. (...) Mas os doentes, como os leprosos que não podem mais trabalhar, causam medo, e essas estruturas de abrigo não demoram a tornar-se estruturas de aprisionamento, de exclusão. (LE GOFF, 1988, p. 71)

As muralhas foram erguidas no medievo europeu em busca de proteção. Período

marcado por guerras, especialmente pelas invasões bárbaras, elas pareciam constituir refúgios contra o perigo ameaçador que atingia a Europa Ocidental. Contudo elas não estenderam esta proteção a todos os habitantes nem de forma igualitária. A exclusão social demarca suas fronteiras e elas refletem as desigualdades que também atingem as esferas entre a doença e a saúde, entre a vida e a morte. As cidadelas eram erigidas com fossos, muralhas e paredes espessas para assegurarem que a população em seu interior estaria mais resguardada dos perigos externos que as ameaçavam. Mas as doenças geravam o medo do desconhecido que poderia encaminhar para a morte e promoviam a exclusão social dos enfermos. A doença dentro da cidadela poderia significar a morte de muitas pessoas intramuros e extramuros.

Em 2020, vimos as fronteiras serem fechadas diante de uma outra ameaça: a pandemia do novo coronavírus, também chamada Covid-19, que se alastrou pelo mundo, tomando como ponto de partida a China continental no final do ano de 2019. A grande muralha da China foi ineficaz para conter o inimigo. A rapidez com que o vírus se propagou continua assombrando a população mundial e nos leva a buscar formas alternativas de convívio social, especialmente nas cidades, onde residem milhares de pessoas em espaços compactados pela demanda social. Se de um lado a busca por segurança em condomínios fechados demarca a ocupação do espaço urbano no século XXI, esta segurança torna-se frágil diante do inimigo invisível, microscópico, que não poupa ricos nem pobres e invade áreas públicas e privadas ceifando milhares de vidas.

Diante do perigo ainda pouco conhecido, a Organização Mundial de Saúde e os profissionais da saúde clamam pelo distanciamento social como forma de conter o avanço inexorável da pandemia. Esta tem sido a medida mais defendida de contenção da enfermidade associada a medidas profiláticas como a higiene básica, como a lavagem das mãos, e a utilização de máscaras. Máscaras antes utilizadas formalmente nos meios de pesquisa e atendimento na área da saúde, ou simbolicamente associada aos festejos carnavalescos ou ainda à necessidade do anonimato para os agentes de segurança ou marginais, agora ganham as ruas nas cidades como imposição dos poderes públicos estaduais e municipais e dos profissionais da saúde no Brasil que lutam para combater o vírus e suas trágicas consequências para a população. Governos estaduais e municipais têm tomado várias medidas restritivas para a circulação populacional visando à redução da propagação da enfermidade que atinge índices alarmantes em 2021 durante a segunda onda pandêmica no Brasil. Também chamado "*lockdown*", o fechamento do comércio, geralmente excetuando os serviços essenciais tais como farmácias, supermercados e bancos, passa a ser imposto por governos estaduais e municipais em alguns municípios por alguns períodos durante a pandemia, que incluiu ainda o uso obrigatório de máscaras em espaços públicos dentre outras medidas restritivas como o rodízio de veículos e a proibição de acesso a espaços públicos como bares, praias, parques e restaurantes, enquanto o negacionismo científico do governo federal, que deveria coordenar as ações

de combate à pandemia no Brasil, leva ao avanço do mal que continua a ceifar milhares de vidas em todo o mundo.

Somamos no dia 10 de março de 2021, no Brasil, 270.917 mortos por Covid-19 e, em 24h, 2.349 óbitos pela doença, com um total de 11.205.972 casos confirmados desde o início da pandemia no país, informações divulgadas pelo Consórcio de Veículos de Imprensa através do Jornal Nacional da Rede Globo de televisão. Números estes apenas indicativos da alta mortalidade da infecção respiratória, sendo apenas indicativos subnotificados, uma vez que a reduzida disponibilidade de testes para a Covid-19 levou a sua aplicação apenas em doentes em estado grave, profissionais de saúde e de segurança no início da pandemia, não se tendo como avaliar a real gravidade do problema. A maioria da população continua sem o acesso ao diagnóstico e, muitas vezes, sem acesso a um atendimento no serviço de saúde, que em vários estados brasileiros já entrou em colapso, sem condições de oferecer leitos, especialmente de UTI com respiradores, indispensáveis para salvar vidas no caso de agravamento da doença e, em alguns municípios, sem oxigênio suficiente para atender à demanda social, como aconteceu em Manaus e no interior de Pernambuco. Muitos enfermos convalescem ou vêm a óbito em suas próprias residências.

Embora a maioria dos infectados consiga se restabelecer, não podemos descurar o assustador número de infectados e de óbitos por Covid-19 já alcançado no Brasil, que atingiu o *record* de 2.798 no número de mortos em 24h e um total de 282.400 óbitos desde o início da pandemia até o dia 16 de março de 2021.O Brasil superou os Estados Unidos da América e tornou-se o epicentro da pandemia, especialmente após a descoberta de nova variante do vírus em Manaus, considerada mais contagiosa que a maioria das mutações genéticas do vírus até agora identificadas, assemelhando-se às cepas do Reino Unido, da África do Sul e da Índia.

É imprescindível observar como a enfermidade tem transformado a vida de milhares de pessoas. Imagens de cidades quase desertas como Paris, Madrid, Roma, a cidade do Vaticano, Nova Iorque dentre tantas outras grandes capitais parecem vir do imaginário ou de simples manipulação digital em computador, quando em tempos normais vivem aglomeradas de pessoas circulando com os mais diversos objetivos. A cidade se ressignificou.

> Por outro lado, ao contrário do que se tem dito a respeito do "fragmentário" da cidade, penso que isso que se toma como fragmentário, em uma certa formação discursiva que dispõe sentidos sobre a cidade, é, na realidade, olhar, interpretação do mundo, da cidade em movimento: o sentido, repetimos, é também a janela de que se olha. E aí temos tanto o virtual como o real. (ORLANDI, 2004, p. 29)

O movimento do olhar recria novas percepções da cidade sitiada e imobilizada; o reduzido movimento de pedestres e de veículos se associa à frenética rede de circulação invisível da cidade que se opera no plano virtual-real, mediada pela internet, pelos

smartphones, pelo computador, em uma agilidade impressionante na permuta de vivências. Os sentidos da cidade estão em trânsito. Possibilidades remotas ocupam cada vez mais o tempo e o espaço dos fragmentos reais de vida nas cidades aterrorizadas pela pandemia.

A solidão, com a reclusão forçada nos espaços domésticos, aumentou a depressão e gerou a necessidade de tratar deste problema com a aproximação digital. A tecnologia vence distâncias e aproxima indivíduos e grupos fazendo emergir a solidariedade como novo elo e um dos pilares em que a população se apoia em busca de sustentação.

> Parece-me que hoje, diante da ascensão da miséria que os poderes públicos não conseguem conter, aparece um revigoramento da solidariedade. (DUBY, 1998, p. 36)

A solidariedade aparece como elemento constitutivo de uma nova prática social e está associada à sobrevivência coletiva em tempos de pandemia do Covid-19. A morte parece-nos excessivamente próxima para nos colocar diante do dilema: enfrentá-la, buscando soluções alternativas como ações comunitárias afirmativas de socorro e sustentação para os enfermos isolados em suas residências, ou para os desempregados e componentes da categoria social constituída pelos autônomos que perderam a única fonte de renda que possuíam com os decretos estaduais e municipais de isolamento social - seja na forma de auxilio alimentar ou de equipamentos de proteção individual como máscaras e material de limpeza para garantir a contenção da velocidade aterradora com que se propaga o vírus, especialmente nos chamados grupos de risco que englobam a faixa etária dos que estão com ou acima dos 60 anos de idade, os que têm comorbidades como hipertensos graves, diabéticos, imunossuprimidos, cardiopatas e pessoas com prévias doenças respiratórias, ou se acomodar diante da sorte de não ser infectado e deixar a morte seguir seu curso sem nada fazer para tentar detê-la, sem se importar com a vida alheia. Hoje, os poderes públicos locais se associam à população civil organizada em ONGs formadas por grupos de voluntários, pelo empresariado, pelas comunidades e associações específicas locais no intuito de promoverem o bem-estar social.

> Esses sujeitos coletivos são os que perpetuam a memória histórica de processos civilizatórios emancipadores, que constroem a indignação diante da reatualização de problemas antigos e da reconfiguração das misérias humanas e que sonham com a possibilidade de contribuir para a produção de uma sociedade mais justa e feliz. (SCHERER-WARREN, 1999, p.11)

O despertar da sociedade atual para a necessidade de preservação da vida tem nos contemplado com cenas emocionantes de convívio social reinventado. Profissionais de saúde são frequentemente aplaudidos e aplaudidas em cidades inteiras do interior dos edifícios, das sacadas dos apartamentos, como também eles e elas aplaudem a recuperação dos enfermos que vencem a morte e retornam à vida familiar cotidiana, levando em sua bagagem a gratidão pela vitória conquistada e o reconhecimento pelo esforço dos e das profissionais de saúde na obtenção da cura. Nos corredores dos hospitais, alas

são formadas por estes e estas profissionais da vida que comemoram as altas médicas dos pacientes convalescentes que passam recebendo aplausos e felicitações como se tivessem ressurgido para uma nova vida. Os pacientes internados ficam impedidos de um convívio maior com familiares e amigos e contam com Deus e com a dedicação das equipes responsáveis pelo seu tratamento. Cria-se, então, um elo afetivo que extrapola os limites profissionais: não é mais um número apenas que fugiu da morte; é uma vida singular que se preserva e que desenvolve um pertencimento maior com o mundo que o rodeia. O amor e a empatia tornam-se lenimentos no vazio deixado pela ausência de vacinas suficientes ou remédio específico contra o coronavírus até o presente momento, em 13 de junho de 2021.

O medo da morte é substituído pela substancialidade da vida, pela valorização de prioridades como afetividades e convivências em situações de risco limítrofes. Janelas antes fechadas são abertas para propiciar a visão do outro. A música aparece então como veículo catalizador de emoções que vencem as barreiras físicas estabelecidas pelo distanciamento social e levam felicidade de uma sacada a outra na Itália e em outros países, rompendo o silêncio devastador e levando um alento de vida, como um sopro que faz ressurgir o potencial social do ser humano. As *Lives* substituem grandes eventos, evitando as aglomerações favoráveis ao contágio e entram em nossas casas para trazer um fôlego novo com música e mensagens construtivas de protocolos de saúde, narrativas de vivências e mortes que convivem lado a lado no útero da sociedade.

As epidemias assolaram o Brasil em diversos períodos como o final do século XIX e repercutiram largamente na Revista Ilustrada, coordenada pelo chargista ítalo-brasileiro Ângelo Agostini, que circulou no Brasil no período de 1876 a 1898. O medo das enfermidades e da morte nos acompanha ao longo da história e gera práticas e representações associadas ao contexto histórico da época (Fig 1).

Figura 1. AGOSTINE, Angelo. Revista Ilustrada, 1881, p. 1 –"Venha, querida epidemia! Preparei-te a cidade o melhor possível para que possas ter uma esplêndida colheita de vidas".

Hoje, a pandemia do Covid-19 ceifa milhares de vida no Brasil e no mundo, e a forma como nos apropriamos da trágica realidade nos leva a produzir representações que resvalam, em muitos casos, para o negacionismo científico e contribuem para que muitas vidas ainda sejam perdidas pelos discursos e práticas esvaziados de fundamentação científica.

Em reportagem de Pedro Henrique Gomes, “ao responder nesta segunda-feira(20) à pergunta de um jornalista sobre o número de mortes por coronavírus no país o presidente Jair Bolsonaro afirmou que não é “coveiro””(GOMES, 2020). Fazendo referência na mesma reportagem à resposta dada pelo presidente Jair Bolsonaro no dia 29 de março de 2020 à um jornalista na frente do Palácio da Alvorada em Brasília que comentava sobre o número de mortos no país pela pandemia do Covid-19: no dia 29/03 após voltar de um passeio à Brasília Bolsonaro repetiu o argumento de que “essa é uma realidade, o vírus tá aí. Vamos ter que enfrentá-lo, mas enfrentar como homem. Não como moleque. Vamos enfrentar o vírus com a realidade. É a vida. Todos iremos morrer um dia”.

Na Revista Ilustrada de 1878, Ângelo Agostini apresenta na Fig.2 a representação das epidemias que ameaçavam a cidade do Rio de Janeiro, na época capital do país, como três esqueletos armados com suas foices para ceifarem a vida de pobres mortais: a Febre Amarela, coroada ao centro, reinando sobre a Febre Tifoide e a Febre Perniciosa também coroadas. Hoje, a coroa está sobre o coronavírus que prevalece sobre a Febre Amarela, a Dengue, a Chikungunya e a Zica.

Figura 2. AGOSTINI, Angelo. Revista Ilustrada, 1878, nº 101, p. 4. “Ella está ahi acompanhada de suas primas-irmãs e imperando com toda a força. Terrível reinado de morte.”

Na Fig. 3, além dos já citados esqueletos representativos da Febre Amarela, da Febre Perniciosa e da Febre Tifóide, aparece também, em uma canoa guiada por um esqueleto que serve como barqueiro que segue em direção à cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro, a Febre Biliosa que causava pânico entre a população.

Figura 3. AGOSTINI, Angelo. Revista Ilustrada, 1881, nº 238, p. 4. “S. M. a febre amarela e toda a sua Corte já tinham deixado a ilha para fazer a sua viagem quotidiana a cidade de S. Sebastião, pois que nada aconteceo aos seus vereadores.”

Na Fig 4, uma mulher cheia de pústula com uma foice aparece ameaçando a cidade do Rio de Janeiro representada por outra mulher bem vestida, branca e com uma coroa na cabeça que pede socorro aos pés dos representantes da Junta de Higiene. Um apelo lançado aos representantes da Junta responsável pelo combate às epidemias como último recurso de uma população aterrorizada pela Varíola. Cabe lembrar que em 1878 estávamos vivendo na forma de governo monárquica e a cidade do Rio de Janeiro era a capital do país, por isto na sua representação como figura feminina ela aparece coroada. É interessante ressaltar que, apesar da imensa população preta residente na cidade, ela aparece ainda como mulher branca, embora a Revista Ilustrada defendesse a abolição e a República. Os estigmas do racismo e do preconceito também derivado da escravidão se faziam presentes. Só quem tinha acesso ao letramento iria ler e entender as caricaturas, charges e textos publicados nos periódicos e isto levantava o velho sistema de exclusão social mais incidente sobre os(as) pretos(as) e pardos(as). Além da escravidão, a pobreza, a miséria e a falta de escolaridade que atingiam a grande massa da população brasileira naqueles tempos levavam à exclusão social.

Figura 4. AGOSTINI, Angelo. Revista Ilustrada, 1878, nº 131, p. 5. “O Governo e a Junta de Higiene procuram salvar a cidade da cruel epidemia.”

As teorias sociais aparecem com mais força no século XIX, época do Darwinismo Social e de uma efervescente discussão científica, buscando respostas às vezes atreladas a preconceitos, discursos e práticas discriminatórias.

> Em geral, até a segunda metade do século XIX, os miasmas gozariam de ampla aceitação de todas as ideias que atribuiriam a origem das epidemias – febres terçãs, febre amarela, cólera, etc. Tão estranhos elementos, se definiriam usualmente como substâncias imperceptíveis dissolvidas na atmosfera, originadas da decomposição de cadáveres, elementos orgânicos, ou inclusive por emanações de doentes. (ALMEIDA, 2018, p. 121-122)

> As explicações médicas para o aparecimento e expansão das epidemias de febre amarela na Corte em dois momentos diferentes – na década de 1850, quando a doença apareceu pela primeira vez, e no início dos anos de 1870, quando ela retornou após ausência relativamente prolongada durante os anos 1860 – demonstram a contínua interdependência entre pensamento médico e ideologias políticas e raciais. [...] Em outras palavras, ao lidar com o problema da febre amarela num momento histórico particular, as autoridades de saúde pública dos governos do Segundo Reinado, inventaram alguns dos fundamentos essenciais do chamado “ideal de embranquecimento” – ou seja a configuração de uma ideologia racial pautada na expectativa de eliminação da herança africana presente na sociedade brasileira. Tal eliminação se produziria através da vinda de imigrantes, do incentivo à miscigenação num contexto demográfico alterado pela chegada massiva de brancos europeus, pela inércia e também pela operação de malconfessadas políticas específicas de saúde pública. (CHALHOUB, 1996, p.63)

É fato notório que a denúncia feita na charge de Ângelo Agostini no século XIX da Fig 5, na qual aparecem figuras representando os ricos com suas propriedades esbanjando água e outras representando os pobres, que dependiam dos chafarizes que não atendiam à demanda da população de baixa renda para se abastecerem (Fig. 6) aponta para um problema atual: como atender aos protocolos de higiene sem água, que se torna elemento primordial para evitar a propagação de vírus como o corona? A ausência de políticas públicas que garantam a equidade de direitos conduz às disparidades sociais que se agravam com o aumento demográfico e com o enraizamento dos estigmas que herdamos como o racismo e a exclusão social.

Figura 5. AGOSTINI, Angelo. Revista Ilustrada. 1878, nº 101, p. 4. “Ha grande falta d’agua, e no entanto ella é esperdiçada pelos ricos que a tem de sobra em detrimento dos pobres que não tem nenhuma.”

Figura 6. AGOSTINI, Angelo. Revista Ilustrada, 1878, nº 101, p. 4. “ Actual aspecto de um chafariz. Uma gota d’agua de 5 em 5 minutos.”

Por outro lado, a deficiência de ações afirmativas do governo federal para controlar a pandemia, seguindo os protocolos de saúde já estabelecidos pela área científica, nos leva a ver o caos se instalando mesmo na primeira onda da pandemia do coronavírus, como ocorreu em Manaus, no que se refere à quantidade elevada de corpos para serem enterrados nos cemitérios já lotados. Covas foram abertas em larga escala muito próximas umas às outras, enquanto filas de caminhões frigoríficos se formavam com os corpos das vítimas da pandemia esperando sepultamento. Na Fig. 7, vê-se a imagem de um defunto reclamando que contraiu bexigas com outros vizinhos enterrados ao seu lado, dada a proximidade das covas no cemitério.

Figura 7. AGOSTINI, Angelo. Revista Ilustrada, 1878, p. 4. “As pessoas que tiverem fallecido de moléstias contagiosas, serão enterradas em logar especial. Esta medida, deve-se talvez às queixas de alguns defuntos que apanharam bexigas ultimamente de alguns outros, victimas da actual epidemia.”

No dia 18 de março de 2020, em Bérgamo na Itália, vimos um comboio de caminhões do exército retirando centenas de corpos para serem enterrados fora da cidade. No Rio

de Janeiro, em 1878, como apresenta em sua sátira social a Revista Ilustrada (Fig. 8), a inovação pensada para lidar com a elevada quantidade de corpos a serem enterrados vítimas das epidemias foi propor a criação de um crematório nas proximidades da cidade e transportá-los através de trem, chamado de carro mortuário, até o local do enterro. Isto nos leva a recuperar a velha discussão higienista do século XIX de construir cemitérios laicos, sem o controle das irmandades, para se evitar a propagação de enfermidades com a prática de enterros intramuros nas igrejas e nos seus adros. Para transportar os corpos até o local da cremação no Rio de Janeiro, pensou-se em usar trens mortuários adequando a cidade aos padrões modernos que prezavam então. As estradas de ferro simbolizaram a modernização do Brasil no XIX, produto da Revolução Industrial. Devido à demanda provocada pela Covid-19 no século XXI, caminhões frigoríficos, produto da modernização atual, aguardavam lotados de cadáveres pelos enterros nos cemitérios abarrotados.

Figura 8. AGOSTINI, Angelo. Revista Ilustrada, 1878, nº 134, p. 4. " Ahi serão assadas as pessoas que, depois de longos soffrimentos na terra durante a vida, nada mais querem com ella depois da morte. E assim ficarão reduzidos a cinzas, o que é muito mais aceado, comodo e elegante."

Figura 9. AGOSTINI, Angelo. Revista Ilustrada, 1878, nº 134, p. 4. "Os cadaveres serão conduzidos pela estrada de ferro do Rio do Ouro em carros mortuários. Ida e volta 10 leguas só."

Este estudo comparativo entre as representações do medo das enfermidades e da morte na Covid-19 e nas charges de Angelo Agostini no final do século XIX permite-nos avaliar por fragmentos vivências cotidianas em tempos de pandemia e de epidemias que ceifaram inexoravelmente milhares de vidas e deixaram suas sequelas físicas e psicológicas na população brasileira.

Aprendemos a lidar com nossos medos e a enfrentar as enfermidades e a própria morte com um espírito maior de solidariedade, mas ainda nos defrontamos com as barreiras impostas pela ignorância e pelo descaso com a saúde da população que atingem ainda alguns governantes e parte da população que teima em não dar ouvidos à ciência e à necessidade de responsabilidade e respeito na convivência social. Muitas vidas poderiam ter sido preservadas com o respeito aos protocolos de saúde. A demanda por políticas públicas que amparem as camadas menos favorecidas da população com abastecimento hídrico, indispensável ao combate às enfermidades, fornecimento de energia elétrica, produto da segunda Revolução Industrial no século XIX, educação e saúde, que devem ser prioridades em qualquer governo, tornam-se preocupações urgentes para que possamos trilhar o caminho do bem-estar social juntos e juntas, garantindo assim a construção de uma sociedade pautada pelo respeito aos direitos humanos e pela acessibilidade coletiva à felicidade.

Hoje, 19 de junho de 2021, atingimos um patamar aterrador de 500.022 óbitos (GLOBO, 2021) desde o início da pandemia no Brasil em 2020. Já perdemos mais de meio

milhão de vidas no Brasil. A vacinação está sendo ampliada e novas vacinas aparecem no cenário brasileiro para nos dar novo fôlego para continuarmos na luta pela sobrevivência e pela vivência de melhores dias.

REFERÊNCIAS

AGOSTINI, Angelo. **Revista Ilustrada.** Rio de Janeiro, 1878 e 1881. Disponível em http://www.hemerotecadigital.bn.br/acervodigital/revista-ilustrada/332747. Acesso em 12 de junho de 2021.

ALMEIDA, Argus Vasconcelos de. **A epidemiologia histórico-ontológica da febre amarela em Pernambuco**. Recife: Editora Universitária da UFRPE, 2018.

CHALHOUB, Sidney. **Cidade febril**: cortiços e epidemias na Corte Imperial. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural**: entre práticas e representações. Tradução de Maria Manuela Galhardo. 2ª ed. Algés, Portugal: DIFEL, 2002.

DUBY, Georges. **Ano 1000, ano 2000, na pista de nossos medos**. Tradução Eugênio Michel da silva; Maria Regina Lucena Borges-Osório. Revisão do texto em Português Ester Mambrini. São Paulo: Fundação Editora UNESP, 1998.

GOMES, Pedro Henrique. Presidente do Brasil Jair Bolsonaro em 20 de abril de 2020. Disponível em http://www.G1.globo.com. Acesso em 25/04/2021.

LE GOFF, Jacques. **Por amor às cidades: conversações com Jean Le Brun.** São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1988.

ORLANDI, Eni P. **Cidade dos sentidos**. Campinas, SP: Pontes, 2004.

SCHERER-WARREN, Ilse. **Cidadania sem fronteiras**: ações coletivas na era da globalização. São Paulo: HUCITEC, 1999.

GLOBO, Brasil chega à marca de 500 mil mortes por Covid. Disponível em: https://g1.globo.com. Acesso em 19 de junho de 2021.

CAPÍTULO 3

A CULTURA MATERIAL E IMATERIAL DO CAIXEIRO VIAJANTE

Data de aceite: 02/05/2022

Antônio Lopes Vieira Filho
Teresina - Piauí
http://lattes.cnpq.br/0454606165680247

RESUMO: O presente estudo visa contribuir com uma melhor compreensão acerca dos conceitos de cultura material e imaterial, identidade, patrimônio cultural despertando no (a) leitor (a) o interesse e a curiosidade em conhecer mais sobre si e sobre seus antepassados, bem como a necessidade de preservar estes vestígios que constituem parte de sua história. Nossa proposta é auxiliar nosso público alvo na elaboração de trabalhos de conscientização junto às suas comunidades no sentido de preservarem seus bens culturais para as gerações futuras; corroborar com outros trabalhos como: visita a museus, sítios arqueológicos, centros históricos e culturais, entre outros. Orientando-os como melhor aproveitar visitas desta natureza a partir do seu entendimento dos valores atribuídos aos bens expostos nestes ambientes. Para tanto, serão discriminados nas páginas que se seguem ações de cunho educativo e dicas de como se preparar antecipadamente para as visitações e demais atividades extraclasse; dicas que vão desde leituras prévias acerca do local a ser visitado até a forma de se comportar dentro dos respectivos espaços, o que portar durante as visitas e tantas outras informações simples, mas de extrema importância para um melhor aproveitamento ao participarem de atividades culturais como as mencionadas. Com base nas pesquisas acerca da atividade desempenhada pelos caixeiros, desenvolvemos a partir deste conhecimento os elementos da cultura material e imaterial que dão sustentação ao "ser" caixeiro, bem como a importância dos mesmos para o desenvolvimento econômico, político, social e cultural do Piauí, sobretudo do município de Parnaíba, e outras regiões do Brasil.

PALAVRAS – CHAVE: Ensino de História. Cultura Material. Cultura Imaterial. Caixeiro Viajante. Paranaíba.

THE MATERIAL AND IMMATERIAL CULTURE OF THE TRAVELING SALESMAN

ABSTRACT: The present study aims to contribute to a better understanding of the concepts of material and immaterial culture, identity, cultural heritage, arousing in the reader the interest and curiosity in knowing more about themselves and their ancestors, as well as the need to preserve these vestiges. that form part of its history. Our proposal is to help our target audience in the elaboration of awareness-raising work with their communities in order to preserve their cultural assets for future generations; corroborate with other works such as: visit to museums, archaeological sites, historical and cultural centers, among others. Guiding them on how best to take advantage of visits of this nature based on their understanding of the values attributed to the goods displayed in these environments. To this end, educational actions and tips on how to prepare in advance for visits and other extracurricular activities will be detailed

on the following pages; tips that range from previous readings about the place to be visited to how to behave within the respective spaces, what to wear during visits and so many other simple but extremely important information for a better use when participating in cultural activities such as mentioned. Based on research on the activity performed by salespeople, we developed from this knowledge the elements of material and immaterial culture that support the "being" salesperson, as well as their importance for the economic, political, social and cultural development of Piauí. , especially in the municipality of Parnaíba, and other regions of Brazil.
KEYWORDS: Teaching History. Material Culture. Intangible Culture. Traveling Salesman. Paranaíba.

1 I NOÇÕES BÁSICAS DE CULTURA MATERIAL E IMATERIAL, IDENTIDADE E PATRIMÔNIO CULTURAL: CONHECER PARA PRESERVAR

O que você entende por Cultura?

A palavra *cultura* tem diversos significados. Cultura normalmente está associada, sobretudo, ao estudo, a educação e a formação escolar. Entretanto, às vezes se fala de *cultura* referindo-se unicamente às manifestações artísticas, como o teatro, a música, a pintura, a escultura, a dança, o cinema, as artes de modo geral.

Nos dias atuais, falar em *cultura* é quase que identificá-la com os meios de comunicação de massa, tais como: o rádio, o cinema e a televisão. Ou ainda diz respeito às festas e cerimônias tradicionais, às lendas e crenças de um povo, ou ao modo de se vestir, à comida e a seu idioma.

Ambos os termos foram sintetizados por Edward Tylor (1832-1917) no vocábulo inglês ***Culture***, que: tomado em seu amplo sentido etnográfico é este todo complexo que inclui conhecimentos, crenças, arte, moral, leis, costumes ou qualquer outra capacidade ou hábitos adquiridos pelo homem como membro de uma sociedade. (TYLOR, 1871, *apud,* CUCHC, 1999)

Diante do exposto podemos concluir numa linguagem bem simples que a Cultura diz respeito a tudo aquilo que o ser humano produz no tempo e no espaço geográfico. E esse produzir, inclui os bens de natureza tangível (materiais) e os bens de natureza intangível (imateriais). Os bens materiais tangíveis, ou de natureza corpórea, são aqueles que possuem uma forma física, concreta e que podem ser tocados. Já os bens imateriais, intangíveis ou de natureza incorpórea, são aqueles que ao contrário do tangível são abstratos, não possuem forma física, portanto, não podem ser tocados. A todo momento, caro (a) estudante, nós seres humanos produzimos cultura, onde quer que vamos, ou o que quer que façamos. Essa capacidade do homem em ser produtor cultural o torna diferente dos outros animais, haja vista que ele, é o único entre todos, que é dotado de razão, ou seja, é um ser racional.

A cultura envolve o homem em seus aspectos físico e espiritual, pois o mesmo é

portador de capacidades múltiplas, de agregar conhecimentos, bem como de transmiti-los aos seus semelhantes, de modo que cada conhecimento produzido possa dar origem a várias culturas (no plural). Preservar os bens culturais é fundamental para que no futuro a nossa cultura não se perca, pois são neles que a cultura de um povo ou nação são representados, guardados e/ou eternizados. O nosso país não é ***homogêneo*** (como demonstrado na imagem a seguir), toda produção cultural está sujeita a avaliação que depende da posição social do grupo a que ela pertence.

Para exemplificar vamos estabelecer algumas distinções, considerando as seguintes divisões:

1. A ***Cultura Erudita*** é a produção acadêmica centrada no sistema educacional, sobretudo na universidade, produzida por pessoas consideradas intelectuais. Além de ser produzida formalmente, seus traços são complexos e refinados, exigindo uma elevada formação e sensibilidade estética de quem os aprecia. Alguns exemplos dos traços desta cultura podem ser a música clássica, o ballet, as artes plásticas, os conhecimentos científicos etc.

2. A ***Cultura Popular*** é identificada através do folclore, conjunto das lendas, contos e concepções transmitidas oralmente pela tradição. É produzida pelo homem do campo, das cidades do interior ou pela população urbana das grandes cidades. Sua produção está empenhada em resgatar tradições e valores culturais, não seguindo, por isso, tendências de moda. O povo simples é o autor da produção cultural. Alguns exemplos de manifestações dessa cultura podem ser vistos nas festas populares (o carnaval, as festas juninas, as danças regionais, as lendas) e nos ensinamentos e práticas que são passados de geração em geração de modo informal.

3. A ***Cultura de Massa*** é aquela resultante dos meios de comunicação de massa, tais como a indústria fonográfica (música), a cinematográfica (cinema), Tv´s, Rádios, etc. É produzida “de cima para baixo”, já que o consumidor não participa de sua criação, esse tipo de cultura, veiculada pela ***indústria cultural,*** impõe padrões e homogeneíza o gosto, através das modas culturais.

A Constituição Federal do Brasil de 1988, em seu artigo 216, afirma: “todas as ações por meio das quais os povos expressam suas formas de criar, fazer e viver: é Cultura”. A cultura abrange tanto a linguagem com que as pessoas se comunicam, contam suas histórias e fazem seus poemas, quanto a forma como constroem suas casas, preparam seus alimentos, rezam e fazem festas. Em geral, as pessoas integram diferentes grupos sociais cujo alcance pode ou não ser local, a exemplo do grupo da igreja, o grupo dos líderes comunitários, o grupo dos comerciantes, o grupo das mulheres, o grupo dos pescadores, entre outros. Portanto, suas crenças, o modo como veem o mundo, seus saberes e fazeres.

Na realidade, trata-se de um processo dinâmico de transmissão para as futuras gerações de práticas, sentidos e valores, que se criam e recriam (ou são criados e recriados) no presente, visando solucionar os pequenos e grandes problemas que cada sociedade ou indivíduo enfrenta ao longo de sua existência.

Contudo, prezado (a) estudante, durante sua vida as pessoas estão predispostas a modificarem suas identidades ao se relacionarem umas com as outras em distintos contextos e situações. A identidade de uma pessoa é formada a partir de muitos fatores, sua história de vida, por exemplo, a história de sua família, o lugar de onde nasceu e mora, o jeito como cria seus filhos, fala e se expressa, enfim, tudo aquilo que a torna singular e diferente das demais. Stuart Hall (2006) atribuiu três definições distintas ao termo identidade. Para ele existe o sujeito do Iluminismo, o sujeito sociológico e o sujeito pós-moderno. Cabendo a cada um, segundo o autor, uma identidade diferenciada.

O sujeito do Iluminismo, segundo Hall(2006), é um indivíduo completamente centrado, unificado, dotado de razão. Suas características nascem com o mesmo e permanecem "contínuas" e "idênticas" ao longo de sua existência.

Na concepção sociológica, a identidade é formada na "interação" entre o eu e a sociedade, ou seja, embora o sujeito tenha um núcleo ou essência interior que é o "eu real", este é formado e modificado num diálogo contínuo com os mundos culturais "exteriores" e as identidades que esses mundos oferecem.

Já na concepção de sujeito pós-moderno, o mesmo é conceituado como não tendo uma identidade fixa, essencial ou permanente. A identidade torna-se uma "celebração móvel": formada e transformada continuamente em relação às formas pelas quais somos representados ou interpelados nos sistemas culturais que nos rodeiam (Hall, 2006).

De acordo com o referido autor, todo esse processo é resultante das transformações nas concepções de gênero, sexualidade, etnia, raça e a nacionalidade, as quais eram sólidas e foram quebradas a partir do movimento iluminista. (Na figura a seguir, Tarsila do Amaral imortaliza em seu quadro as feições dos trabalhadores das fábricas. Chama a atenção o fato de as faces serem bastante distintas, representando as diferentes identidades).

O que você entende por Patrimônio Cultural?

O patrimônio cultural de uma sociedade é constituído pelo conjunto dos saberes, fazeres, expressões, práticas e seus produtos, que remetem à história, à memória e à identidade desse povo. Preservar esse patrimônio cultural significa, sobretudo, cuidar dos bens aos quais esses valores estão associados, ou seja, cuidar de coisas que representem a história e a cultura de um lugar, de um grupo social, que pode, ou não, ocupar um determinado território.

O ato de preservar diz respeito a cuidar da conservação de edifícios, monumentos, objetos e obras de arte (como esculturas e/ou quadros), bem como de cuidar dos usos, costumes e manifestações culturais que constituem parte da vida das pessoas e que se modificam ao longo do tempo. A necessidade de se preservar o patrimônio cultural é para estimular a noção de pertencimento de indivíduos a uma sociedade, a um grupo, ou a um lugar, contribuindo assim para o aumento do exercício da cidadania e para a elevação da qualidade de vida.

A grosso modo, no Brasil, as políticas públicas destinadas à área cultural, sobretudo aquelas referentes à proteção patrimonial, têm oscilado entre concepções e diretrizes nem sempre transparentes.

As ideias sobre a noção de patrimônio cultural no Brasil formaram-se no contexto do movimento modernista iniciado já no final do século XIX, consolidado ao longo da primeira metade do século XX e tendo como referencial simbólico a **Semana de Arte Moderna de 1922**. Durante esse período, uma grande preocupação entre os intelectuais era a necessidade de definição do que constituía e caracterizava a identidade brasileira. No entanto, apesar das poucas políticas públicas, como vimos, destinadas a cuidar do nosso Patrimônio Cultural, existem no Brasil e no mundo lugares destinados a preservar, dentro das suas condições e possibilidades, esses bens culturais. Estamos nos referindo aos museus. Você conhece algum museu em sua cidade? Já o visitou? Você sabia que existem museus ao ar livre? Sua cidade possui um centro histórico? Você sabe o que é um sítio arqueológico? Buscaremos a partir de agora responder a todos esses questionamentos.

O termo "museu" se refere a uma coleção de espécimes de qualquer tipo e está, em teoria, ligado com a educação ou diversão de qualquer pessoa que queira visitá-la. Comumente diz-se que a instituição "museu" teve origem na Grécia antiga, lá o *mouseion*, ou casa das musas, era uma mistura de templo e instituição de pesquisa voltado, sobretudo, para o saber filosófico.

Sempre houve preocupação, por parte de alguns segmentos de nossa sociedade, com a compreensão de nosso passado e sua preservação. Não devemos confundir essa "preservação do passado" com a manutenção de características de uma época. Trata-se de manter e preservar testemunhos materiais de um determinado período que nos sirvam como pontos constantes de partida para reflexão e análise. Portanto, preservar tais testemunhos do passado é, substancialmente, dar-lhes condições de continuarem a ser utilizados no presente em toda a sua potencialidade.

Criado em 13 de janeiro de 1937, por meio da Lei nº 378, assinada pelo então presidente Getúlio Vargas, o **IPHAN** (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) é o órgão no Brasil responsável pela preservação do Patrimônio Cultural Brasileiro. Cabe a ele proteger e promover os bens culturais do país, assegurando sua permanência e usufruto para as gerações presentes e futuras.

De acordo com o Guia dos Museus (2011), produzido pelo Ministério da Cultura, o museu é uma instituição com personalidade jurídica própria ou vinculada a outra instituição com personalidade jurídica aberta ao público a serviço da sociedade e de seu desenvolvimento, e que apresenta as seguintes características:

> I - Trabalho permanente com o patrimônio cultural em suas diversas manifestações;
>
> II - Presença de acervos e exposições colocados a serviço da sociedade, com o objetivo de propiciar a ampliação do campo de possibilidades de construção identitária, percepção crítica da realidade, produção de conhecimentos e

oportunidades de lazer;

III – Utilização do patrimônio cultural como recurso educacional, turístico e de inclusão social;

IV - Vocação para a comunicação, a exposição, a documentação, a investigação, a interpretação e a preservação de bens culturais em suas diversas manifestações;

V – Democratização do acesso, uso e produção de bens culturais para a promoção da dignidade da pessoa humana;

VI – Constituição de espaços democráticos e diversificados de relação e mediação cultural, sejam eles físicos ou virtuais.

Museu ao ar livre

O primeiro desses museus foi criado na Suécia, em 1891, pelo filósofo Artur Hazelius, com o nome de Skansen. Tinha como finalidade preservar características culturais nórdicas em vias de extinção devido ao avanço da industrialização. "Este tipo de museu consiste, na maioria dos casos, de um conjunto de edifícios que ilustram o modo de vida de uma dada comunidade em uma determinada época do passado: residências, escola, igreja, moinho, galpões de artesanato, cervejaria, matadouro, etc.". (SUANO, 1986, p. 66).

A proposta do museu ao ar livre é criar um ambiente em que tudo se pareça com o real, evitando ao máximo o uso de vitrines, legendas, ou seja, tudo o que possa lembrar a rotina tradicional de um museu. Este tipo de museu tornou-se bastante comum na Escandinávia e em toda a Europa.

As imagens a seguir mostram o Museu ao Ar Livre Princesa Isabel, situado em Orleans (SC - Brasil). O referido museu é o primeiro do gênero a ser construído na América Latina e foi reconhecido como Patrimônio Cultural Brasileiro pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN).

As principais cidades brasileiras contam com **museus** que abrigam parte de suas memórias, portanto, se o roteiro de férias incluir viagens vale a pena pesquisar sobre a existência de acervos históricos abertos à visitação naquela localidade. O Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM), ligado ao Ministério da Cultura (MinC), lançou em 2011 o Guia de Museus em Números**,** que possui informações referentes a 3.118 instituições cadastradas. Em virtude do grande número de museus espalhados pelo Brasil, fica inviável listarmos neste paradidático. Acesse o seguinte link e os conheça: https://brasilescola.uol.com.br/ferias/visita-museus.htm.

Busque também visitar na sua cidade os centros históricos e sítios arqueológicos (caso tenham). Nos Centros Históricos podemos encontrar belos casarões da época da formação de nossa cidade, que nos ensina a compreender acerca da nossa história, como viviam os nossos antepassados, seus costumes e hábitos. Além de conhecer um pouco sobre a arquitetura das ruas, praças, casarios e muito mais.

No Brasil temos vários exemplos de cidades que possuem encantadores Centros

Históricos, entre elas podemos citar: Tiradentes e Ouro Preto (MG), Porto Seguro e Salvador (BA), Olinda (PE), Petrópolis (RJ), São Paulo (SP), São Luís (MA), entre outras. Cada uma guarda um "pedacinho" da História do Brasil.

O que são Sítios Arqueológicos?

Sítios arqueológicos são lugares onde podemos encontrar vestígios da vida e da cultura material dos nossos antepassados. Estes vestígios podem encontrar-se, por exemplo, sob a superfície do solo numa aldeia indígena abandonada, numa fortaleza de séculos passados, nas ruínas de uma igreja ou enterradas em sambaquis (locais à beira mar onde se acumularam conchas, ossadas humanas e/ou de animais, restos de alimentos e utensílios utilizados por grupos humanos que ali viveram).

A arqueologia é a ciência que se ocupa da investigação dos indícios, ou vestígios, de civilizações e culturas passadas. O termo é formado pelos radicais gregos *Arkhé*, que significa tanto "início/começo" quanto "ordem/organização", e *Logia*, que significa, por sua vez, "estudo/ciência".

O arqueólogo, por sua vez, é como um detetive que estuda os vestígios e pistas que indicam como vivia o homem no passado. As investigações arqueológicas têm por objetivo principal fornecer subsídios materiais, com datação temporal precisa, para a reconstrução do passado humano. Por isso essa ciência é tão importante para outras disciplinas, como: a história e a antropologia.

Em nosso país, o estudo científico dos sítios arqueológicos iniciou-se por volta de meados do século XX, em áreas de antigas ocupações humanas no estado de Minas Gerais. Pesquisas sistemáticas têm sido realizadas em todo o Brasil, em sítios de diferentes épocas e características e, assim, é possível construir, cada vez mais, um panorama das populações que viveram em terras brasileiras antes desse território ser o Brasil que conhecemos hoje.

A partir da década de 1970, iniciaram-se as pesquisas na região sudeste do Piauí, até hoje investigações arqueológicas são realizadas de maneira ininterrupta. É também nessa região que foi fundado o **Parque Nacional Serra da Capivara**, local onde foram descobertos os sítios arqueológicos que guardam os mais antigos vestígios da presença de seres humanos na América do Sul. Em 1991, o Parque foi inscrito na lista do Patrimônio Mundial da **UNESCO** como patrimônio cultural e natural por seu valor excepcional para a humanidade.

O **Parque Nacional Serra da Capivara** se expande pelos municípios piauienses de Canto do Buriti, Coronel José Dias, São João do Piauí e São Raimundo Nonato. Criado em 1979, com a finalidade de proteger um dos mais importantes exemplares do patrimônio pré-histórico do país, constitui e preserva o maior conjunto de sítios arqueológicos e é um dos exemplos mais antigos de arte rupestre das Américas. "Além disso, a iconografia das pinturas permite identificar informações sobre os povos antigos da região" (BUCO,

2014, p. 36). Abaixo apresento o mapa ilustrativo com as 10 (dez) principais unidades de conservação compreendidas entre PARNA (Parques Nacionais) e APA (**Área de Proteção Ambiental**) espalhadas por todo o Brasil.

As gravuras (pinturas rupestres) dos sítios arqueológicos do **Parque Nacional da Serra da Capivara** abrangem símbolos, animais e também figuras que lembram seres humanos. Existem imagens feitas com pigmentos vermelhos, brancos e mesmo azulados, além de figuras gravadas nas rochas.

Imagens Parque Nacional Serra da Capivara – São Raimundo Nonato –PI

Por fim, gostaria de deixar uma mensagem pra você leitor (a) que pretende visitar um museu ou qualquer outra unidade de conservação, Parques Nacionais ou Área de Proteção Ambiental. Sempre que for a um desses lugares, fique atento às dicas de como se comportar nesses ambientes durante as visitações, normalmente esses espaços possuem suas próprias regras; no geral, ao sair de casa pra um desses locais, use roupas leves; se for se expor ao sol, use protetor solar adequado; conduza o seu próprio reservatório de água, caso precise adquirir água onde estiver e não jogue o frasco e/ou garrafa em locais inapropriados; seja prudente ao ver o aviso proibindo o uso de flash de seu celular ou máquina fotográfica durante as fotos obedeça, pois em alguns museus o uso do flash pode causar danos às obras de arte e demais utensílios ali expostos; não entre ou permaneça em espaços onde não lhe for permitido; durante as visitações, busque sempre a companhia de um adulto (professor (a), pais ou responsáveis); e peça ajuda e/ou informações sempre que precisar aos funcionários dos museus, bem como aos guias durante as visitas.

Em caso de passeios em trilhas nos parques onde exista a presença de animais, evite jogar comidas aos mesmos, pois geralmente os visitantes não estão autorizados a fazê-lo, haja vista que certos tipos de alimentos podem não ser adequados com a alimentação do bichinho e pode causar-lhe danos a sua saúde. Portanto, estudante, para que a sua visita transcorra na mais absoluta paz e seja de fato um momento de interação e aprendizado, siga todas as regras e instruções dos respectivos espaços de visitação.

2 | A CULTURA MATERIAL E IMATERIAL NO COTIDIANO DO CAIXEIRO VIAJANTE

Geralmente quando nos referimos aos caixeiros viajantes a imagem que nos vem na lembrança nos remete a homens de meia idade andando de cidade em cidade, de lugarejo em lugarejo, montados a cavalo ou simplesmente a pé carregando bolsas e malas cheias de bugigangas dispostas à venda.

Esta imagem, embora um pouco folclórica, também condiz com a prática de atuação destes agentes sociais. Hilda Flores descreve com mais detalhes a figura dos caixeiros:

> O caixeiro viajante vestia bota de cano alto, conhecida por *Musterreiter Stüfel*, provida de grandes esporas, bombacha, mais apropriada para semanas de cavalgadas, camisa xadrez, lenço ao pescoço e chapéu de aba larga para

> proteção contra a canícula, além do poncho ou capa de chuva - que A. J. Renner logrou impermeabilizar na década de 1880, especialmente para o caixeiro viajante, que também ele foi. Completava a indumentária o relho de cabo curto na mão direita e guaiaca na cintura, onde guardava o dinheiro e também a pistola (FLORES, 2000, *apud*, MÜHLEN, 2018, p. 125).

De acordo com XAVIER (2012) o caixeiro surge como um personagem que tinha a função de ser o intermediador entre o **atacadista** e o **varejista**; encarregado de percorrer vastas regiões, levar as novidades oferecidas nas casas comerciais importadoras, exportadoras, manufaturadas e industriais dos principais centros urbanos, e depois retornar com as encomendas feitas pelos comerciantes.

Diferente do **mascate** que levava e vendia as mercadorias ao longo do seu trajeto, o caixeiro viajante passou a ser mediador de vendas, quase sempre entre o habitante da longínqua cidadezinha do interior do Brasil e o comerciante. "Montado em sua mula, levava em bolsas e malas de couro "um talão de pedidos e catálogos (parecidos com uma lista de preços atual)" com a descrição dos produtos, além de amostras de mercadorias que não eram produzidas pelos colonos, em grandes baús" (XAVIER; *et al*, 2012, p. 44).

A cultura e a memória fazem com que as pessoas se identifiquem umas com as outras, ou seja, reconheçam que têm e partilham vários traços em comum. Nesse sentido, pode-se falar da identidade cultural de um grupo social. O patrimônio cultural de um povo é formado pelo conjunto dos saberes, fazeres, expressões, práticas e seus produtos, que remetem à história, à memória e à identidade desse povo.

Em meio a esse universo de bens materiais e imateriais que constituem o patrimônio cultural de um grupo social encontramos um "arsenal" de utensílios de múltiplas utilidades que fazem parte do cotidiano do caixeiro viajante, auxiliando-o na arte de persuadir com seu cliente para que o mesmo adquira seus produtos.

Portanto podemos denominar esse conjunto de saberes, fazeres, expressões e práticas mencionados acima como a cultura imaterial dos caixeiros viajantes. Entretanto, podemos conceituar a cultura imaterial como o conhecimento que não fora ensinado por meio dos livros, sobretudo registros formais ou ensinamentos sistemáticos, mas sim através do conhecimento transmitido na prática, de maneira oral ou por meio de gestos de uma geração a outra.

> A atividade comercial desenvolvida pelo caixeiro foi fundamental para o desenvolvimento do interior do Brasil. O deslocamento característico dessa atividade contribuiu para a configuração de seu trabalho e, principalmente, das relações familiares e afetivas desses trabalhadores. (XAVIER; *et al*, 2012, p. 44).

Já a cultura material, numa definição clássica, pode ser compreendida como o conjunto de artefatos criados pelo homem unindo matérias-primas e tecnologia, o qual se diferencia das estruturas fixas pelo seu caráter móvel. Nas suas andanças, como ilustrado nas imagens abaixo, era comum o caixeiro viajante conduzir os seus produtos auxiliados

por animais (muares), e essas, entre outras ações, constituíram o cotidiano desses profissionais de venda tornando-os figuras peculiares entre os demais trabalhadores da época (final do século XIX e primeiras décadas do XX).

Todos os utensílios e acessórios observados nas imagens mostradas anteriormente, que fizeram parte das identidades atribuídas aos caixeiros ao longo do tempo e que o moldaram diante do imaginário popular, denotam a sua cultura material por assim dizer.

As experiências do sr. Abdoral, ex-caixeiro viajante residente em Parnaíba –PI, configuram essa realidade. Nas praças por onde andava oferecia seus produtos e tirava o pedido daqueles que não dispunha no momento. Levava consigo produtos industrializados e trocava-os por matérias-primas, com as quais fazia bons negócios na cidade. As matérias-primas variavam desde: o **tucum**, o algodão, a cera de carnaúba, a castanha, o gergelim; até peles de animais, do tipo: couro de boi, carneiro, gato, onça e peles de jacaré, cobra, tejo, camaleão e muitos mais.

Zé Coelho, outro caixeiro que também contribuiu com esta pesquisa, ressaltou que os jacás (balaios) eram acomodados nas **cangalhas**, nos quais eram agasalhados os mais variados artefatos (mercadoria/produto), desde produtos de primeira necessidade, como o arroz, farinha, feijão, açúcar, azeite extraído a partir do coco babaçu, gordura de porco extraída a partir do derretimento do toucinho até a, considerada por ele a campeã nas vendas, pomada (ou banha, como é mais conhecida no senso comum) para curar os ferimentos dos animais.

A imagem a seguir ilustra uma cangalha e dois jacás, acessórios que foram fundamentais ao sr. Zé Coelho e tantos outros viajantes no exercício de sua profissão e que se consolidaram bens culturais (materiais) importantes dentro do universo dos caixeiros viajantes, numa época em que os muares eram praticamente o único meio por eles utilizados para transportarem suas mercadorias.

Era comum os caixeiros fazerem parcerias com os **tropeiros** segundo as suas necessidades, tendo em vista que estes últimos conheciam muito bem as dificuldades de acesso às regiões mais inóspitas. Esse cenário de proezas e resistência se repetia por várias regiões do Brasil, como assevera Flores (2000) acerca dos caixeiros que atuavam na região Sul do país no início do século XX:

> À medida que o caixeiro viajante ampliava seu raio de atuação e aumentava a clientela, adquiria mais muares, formando tropa de até 20 – 30 animais. Quando o interior foi servido de malha viária, mesmo precária, o caixeiro atrelou a (s) mula (s) a uma carreta. Nas viagens fazia-se acompanhar por um ou mais knecht, peão, que tangia os animais, auxiliava no carregamento e descarregamento de mercadorias e mostruários e no trato das mulas. O peão podia ser contratado em Porto Alegre, onde o caixeiro começava a viagem, ou no interior (FLORES, 200, *apud,* MÜHLEN , 2018, p. 125).

Levando em consideração a citação de Flores (2000), podemos perceber o quanto a mula foi importante na mobilidade do caixeiro viajante onde quer que fosse. O número de

animais se dava segundo a necessidade dos mesmos. Apesar do incremento das malhas viárias, o caixeiro continuou utilizando a mula como meio de transporte, alinhando-a a nova realidade. Os muares foram substituídos bem mais tarde com a chegada das linhas férreas e do automóvel.

3 | A ARTE DE PERSUADIR DO CAIXEIRO VIAJANTE

A persuasão talvez seja uma entre tantas outras qualidades inerentes ao ser humano que se acredita sobrepô-lo numa condição vantajosa no que tange ao seu semelhante, tanto no que diz respeito a sua vida pessoal quanto profissional, haja vista que a arte da persuasão os auxiliará no alcance de seu (s) objetivo (s) almejado (s).

Geralmente conhecemos alguém persuasivo, que de alguma maneira consegue influenciar as pessoas com facilidade em benefício próprio. Um exemplo clássico pode ser a figura do caixeiro viajante, sujeito habilidoso no enfrentamento dos mais inusitados obstáculos no exercício da sua profissão persistentemente onde quer que fosse. Levava sempre consigo aquele que seria um dos seus principais atributos para o bom desempenho de seu trabalho: a arte de persuadir.

Como um profissional que tinha na atividade comercial o seu meio de sobrevivência, o caixeiro viajante sempre utilizou no fechamento de seus negócios (vendas), todo o seu poder de persuasão diante de sua clientela, ajudando-o a convencê-la a adquirir os seus produtos. Abreu (2002) traz em sua obra *A Arte de Argumentar*, aquela que seria a origem do termo persuadir. Segundo ele: “Persuadir é saber gerenciar relação, é falar à emoção do outro. A origem dessa palavra está ligada à preposição PER, “por meio de” e a SUADA, deusa romana da persuasão” (ABREU, 2002, p. 25).

Provavelmente os caixeiros viajantes nunca tomaram conhecimentos acerca da definição do termo persuadir atribuída por Abreu (2002), bem como a existência do mesmo. Embora o termo persuadir possa lhe causar estranhamento, suas ações diárias junto aos seus clientes (público alvo) configuravam-se como a arte de persuadir, algo que certamente esses profissionais não aprenderam nos livros ou manuais, mas na prática diária de sua profissão, pois o ato de persuadir quer dizer construir no terreno das emoções, é sensibilizar o outro para agir. Quando persuadimos alguém, essa pessoa realiza algo que desejamos que ela realize, comprar um produto por exemplo.

Em suas jornadas diárias, o caixeiro viajante era desafiado a vender os seus produtos sejam eles pronta-entrega ou de encomenda, a palavra de ordem era não perder vendas, não deixar de fazer negócios. Cada cliente visitado era um momento de interação com troca de informações por ambos os lados, mas também oportuno para a efetivação de uma nova venda.

Durante essas visitas, normalmente o caixeiro viajante recebia da clientela as **duplicatas** vencidas de vendas passadas, cabendo a ele em situações dessa natureza,

a função de cobrador. O não recebimento das referidas duplicatas às vezes impedia que o mesmo fizesse novos pedidos, ou seja, os clientes inadimplentes não estariam aptos a fazerem novas compras.

As viagens empreendidas pelos caixeiros viajantes eram sempre repletas de percalços, isso incluía toda a logística de transporte, acondicionamento das mercadorias, hospedagem, localidades de difícil acesso, condições precárias e/ou inexistência de estradas, inadimplência de clientes, pouco recurso disponível para o custeio das viagens, longas jornadas longe da família, entre outros. Apesar das dificuldades, o caixeiro viajante lutou dia e noite de maneira incansável para o cumprimento de sua função de "condutor" do progresso e desenvolvimento econômico, político, social e cultural, sobretudo no município de Parnaíba Piauí, dentro do recorte temporal aqui abordado.

O sr. Abdoral, antigo caixeiro viajante que atuou muito tempo na região, fez o seguinte depoimento acerca de algumas dificuldades que enfrentara:

> Carro, era muitíssimo pouco naquele tempo. Nós não tínhamos estradas. Para ir até Fortaleza (CE), a gente ia num ônibus que saia às quatro horas da manhã, chegava dez horas da noite, quando a estrada estava boa. Eu cheguei a passar três dias daqui pra Fortaleza. Daqui pra Teresina, de caminhão, eram dois dias. Ônibus fazia com dificuldade, em menos tempo, um dia todo. Tínhamos a companhia Marimbá, que fazia o dia todinho para ir e outro para vir. (ABDORAL, Livro do centenário da ACP, 2018, p. 68).

Através do depoimento do sr. Abdoral é possível percebermos o quanto eram difíceis as jornadas empreendidas pelos caixeiros viajantes na aquisição dos seus produtos bem como na distribuição/venda dos mesmos para a clientela; sem falar que esses profissionais numa época mais remota (início do século XX), utilizavam os muares como meio de transporte, haja vista não existir ainda o automóvel nem as estradas e/ou rodovias interligando as comunidades (freguesias, vilas, etc.).

Na realidade a mobilidade dos caixeiros se dava conforme a necessidade e a viabilidade da mesma. Seja montados em mulas, em pequenas embarcações (canoas, botes), carros de boi, em trens ou por meio de automóveis, o objetivo era sempre o mesmo: chegar até o cliente que não dispunha de outro meio para adquirir os mais variados produtos a não ser por intermédio dos referidos caixeiros viajantes.

Em suas longas jornadas pelo interior do estado, longe dos grandes centros comerciais, era comum os caixeiros encontrarem pelo caminho outros caixeiros. Os encontros geralmente aconteciam nas hospedarias, lugar onde os mesmos se reuniam para descansar, contar as novidades das praças por onde passavam, falar das vendas bem-sucedidas ou não, do cliente que deixou de pagar a duplicata vencida, das bebedeiras nas casas noturnas, bem como as experiências amorosas, entre outros. Eram momentos de interação, troca de experiências e de conselhos para os caixeiros principiantes também. Durante esses encontros dos viajantes, era de praxe os mais velhos e experientes contarem muitas histórias.

Aliando perspicácia à persuasão o caixeiro viajante conduziu de maneira eficiente a realização de bons negócios na área comercial nos finais do século XIX e primeiras décadas do século XX, seja trabalhando por conta própria ou como funcionário fichado em grandes empresas. Através de seus discursos persuasivos o caixeiro adquiria a confiança da freguesia ao tempo em que os cativava, garantindo-lhe uma relação de amizade e fidelidade nas praças por onde atuava, o que lhe proporcionava encomendas (pedidos) de novos produtos e a garantia de um retorno em breve.

As viagens demoravam em média uma semana, podendo durar um mês inteiro. A duração das viagens geralmente dependia de fatores como: regiões de difícil acesso, número de clientes a serem visitados, invernos rigorosos, a demora no fechamento das vendas, a difícil tarefa de receber as duplicatas passadas, entre outros. Outro agravante para o caixeiro que viajava com o auxílio de tropeiros eram as paradas obrigatórias para o descanso dos animais, momento de dar-lhes de beber, alimentá-los e de deixá-los descansar. "Um burro cansara e eles foram obrigados a repousar à margem do caminho, sentados à sombra acolhedora de uma velha **oiticica**" (INOJOSA, s/d, p. 71). As jornadas eram intensas debaixo de um sol forte sob altas temperaturas e terrenos íngremes. As peculiaridades inerentes a este profissional de vendas, são facilmente identificadas por meio dos adereços que conduziam diariamente onde quer que fosse.

Os acessórios por eles conduzidos eram sua "carta de apresentação" diante dos olhos atentos e ansiosos de sua clientela que os esperava levando uma infinidade de bugigangas e as últimas novidades dos grandes centros. O caixeiro viajante era visto por essas pessoas como o "condutor" de sonhos e fantasias, haja vista que em tempos mais remotos (final do século XIX e início do século XX), quando não existiam estradas, especialmente o caixeiro, era um dos poucos profissionais capaz de conduzir os mais variados produtos às regiões quase inacessíveis no interior do país.

Além do imponente figurino que o diferenciava à época, o caixeiro viajante contava ainda, como mencionado anteriormente, com o seu poder de persuasão, de convencimento. Uma característica necessária àqueles profissionais que desejavam obter sucesso na sua carreira como caixeiro viajante.

Os discursos persuasivos proferidos pelos caixeiros proporcionavam-lhes a efetivação de bons negócios, pois diante das queixas dos clientes de movimento fraco nas vendas, contas vencidas, despesas com funcionários, impostos a pagar, entre outros, só restava ao simpático e insistente viajante usar de argumentos para convencer aquele cliente que a melhor saída diante da crise era renovar o seu estoque com novos produtos.

Por fim, "Argumentar é a arte de convencer e persuadir. Convencer é saber gerenciar informação, é falar à razão do outro, demonstrando, provando. Etimologicamente, significa vencer junto com o outro (com + vencer) e não contra o outro" (ABREU, 2002, p. 25).

REFERÊNCIAS

ABREU, Antônio Suárez**. A arte de argumentar: Gerenciando Razão e Emoção.** São Paulo: Ateliê Editorial, 2002.

BORG, James. **A arte da persuasão**. Coleção: vale mais que mil palavras. São Paulo:Saraiva, 2011, vol. 1.

BUCO, Cristiane de Andrade. **Sítios arqueológicos brasileiros**l Santos,: Editora Brasileira de Arte e Cultura, 2014.

CASTRO, Maria Laura Viveiros de; FONSECA, Maria Cecília Londres. **Patrimônio imaterial no Brasil**. Brasília: UNESCO, Educarte, 2008.

CHOAY, F. **A alegoria do patrimônio**. São Paulo: Estação Liberdade/UNESP, 2001.

CUCHC, Denys. **A noção de cultura nas ciências sociais**. Bauru: EDUSC, 1999.

FUNARI, Pedro Paulo Abreu; PELEGRINI, Sandra de Cássia Araújo.**1959 – Patrimônio histórico e cultural** Rio de Janeiro: Jorge Zahar ed., 2009.

HALL, Stuart **A identidade cultural na pós-modernidade** Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HILL, Symon. **A Arte de Influenciar Pessoas**. Potencializa sua habilidade de relacionamento e liderança - São Paulo: Apalestra Editora, 2012.

Instituto Brasileiro de Museus. **Guia dos Museus Brasileiros.** Brasília: Instituto Brasileiro de Museus.

KERSTEN, Márcia ScholzdeAndrade. **Os rituais de tombamento e a escrita da história**: bens tombados no Paraná entre 1938-1990. Curitiba: UFPR, 2000.

LARA, Glaucia Muniz Proença; MACHADO, Ilda Lúcia; EMEDIATO, Wander (orgs.)**. An**álise do discurso hoje. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008, vol. 2.

MÜHLEN, Caroline von. Os caixeiros viajantes como agentes formadores de redes sociais no Rio Grande do Sul. Ágora. Santa Cruz do Sul, v. 20, n. 01, p.124-133, jan./jun. 2018

ORLANDI, E. P. **Análise de discurso: princípios e procedimentos**. Campinas: Pontes

REBOUL, Olivier. **Introdução à retórica** São Paulo: Marins Fontes, 2004.

RIEGL, Alois. **1858-1905 O culto moderno dos monumentos**: a sua essência e a sua origem São Paulo: Perspectiva, 2014.

SANTOS, Benjamim. **Livro do Centenário da ACP: Memórias de uma época, uma cidade, uma associação.** Parnaíba: Gráfica e editora Sieart, 2018.

SUANO, Marlene. **O que é museu**. São Paulo: brasiliense, 1986.

XAVIER, Wescley Silva; BARROS, Amon Narciso de; CRUZ, Rafaela Costa; CARRIERI, Alexandre de Pádua. O imaginário dos mascates e caixeiros-viajantes de Minas Gerais na formação do lugar, do não lugar e do entre lugar. **Revista Administração.** São Paulo, v.47, n.1, p.38-50, jan./fev./mar. 2012.

CAPÍTULO 4

EDUCAÇÃO COMO LUTA E RESISTÊNCIA: A BUSCA DE EUGÊNIA ANNA DOS SANTOS, A MÃE ANINHA DO ILÊ AXÉ OPÔ AFONJÁ

Data de aceite: 02/05/2022

Silene Ferreira Claro
Pós-Doutora em História pela FFLCH-USP
http://lattes.cnpq.br/6340896334304498

Parte dessa reflexão fez parte do texto CLARO, Silene Ferreira. Narrativas e saberes do candomblé na construção da consciência histórica: a experiência decolonial da Escola Municipal Eugenia Anna Dos Santos. Simpósio Nacional de História (31: 2021: Rio de Janeiro, RJ) Anais do 31° Simpósio Nacional de História [livro eletrônico]: história, verdade e tecnologia /organização Márcia Maria Menendes Motta. 1. ed. São Paulo: ANPUH-Brasil, 2021.

RESUMO: O texto apresenta uma introdução e uma breve análise da atuação de Eugênia Anna dos Santos, líder religiosa do Terreiro de Candomblé Ilê Axé Opô Afonjá, de Salvador, como mulher negra ligada a uma intelectualidade que, na década de 1930, discutia a identidade nacional e o lugar das populações negras nessa identidade. Procura-se destacar a visão de Mãe Aninha sobre o papel da educação como campo de luta e resistência das populações negras no seio das religiões de matriz africana.

PALAVRAS-CHAVE: Educação; Relações étnico-raciais; Mulher negra; Mãe Aninha do Opô Afonjá

EDUCATION AS A STRUGGLE AND RESISTANCE: THE SEARCH OF EUGENIA ANNA DOS SANTOS, THE MOTHER ANINHA OF ILÊ AXÉ OPÔ AFONJÁ

ABSTRACT: The text presents an introduction and a brief analysis of the performance of Eugênia Anna dos Santos, religious leader of the Terreiro de Candomblé Ilê Axé Opô Afonjá, in Salvador, as a black woman linked to an intellectuality that, in the 1930s, discussed national identity and the place of black populations in this identity. It seeks to highlight Mãe Aninha's view of the role of education as a field of struggle and resistance of black populations within religions of African origin.

KEYWORDS: Education; Ethnic-racial relations; Black woman; Mother Aninha of Opo Afonjá.

Essa análise faz parte de inquietações que surgiram durante as pesquisas que deram origem à tese de doutoramento intitulada "Revista do Arquivo Municipal de São Paulo: um espaço científico e cultural esquecido (proposta inicial e mudanças na trajetória – 1934 – 1950)", defendida em 2008. Durante as pesquisas, paulatinamente passou-se a observar como as questões étnico-raciais atravessavam os debates dentro da Revista do Arquivo Municipal de São Paulo (RAM) e, desde então, procurou-se compreender melhor a construção de tais narrativas.

> A ideia de nação, foi, especialmente durante as primeiras décadas do século XX, um tema de grande importância e longa e profundamente debatida por boa parte da intelectualidade brasileira, por um lado. Havia, também o interesse naquela discussão por conta dos objetivos, dos projetos políticos, daqueles que assumiram o comando político do país e de São Paulo, o que nem sempre era uníssono.
>
> Tratava-se, então, especialmente a partir da década de 1930, de conduzir o Brasil à condição de Estado-Nação conforme a modernidade havia concebido. Para atingir tais objetivos, a diretriz estabelecida foi a de identificar, caracterizar e valorizar a chamada “raça brasileira”, ou aquilo que fosse reconhecido como positivo como resultado da mestiçagem. As teorias raciais, ditas científicas, assim como as propostas higienistas e sanitaristas eram importante fontes de inspiração das elites.
>
> O Brasil, saído do sistema escravista havia poucas décadas, era ainda um país arcaico e com imensas dificuldades para inserir-se no capitalismo liberal e constituir-se em Estado Moderno. Para atingir tais objetivos, precisava organizar-se, política e economicamente. Para as elites, um dos grandes empecilhos para que o país adentrasse na modernidade, dentro dos moldes do capitalismo liberal, era a própria população brasileira, marcada pela mestiçagem. (CLARO, 2021, p. 78-79)

A busca pelo entendimento de como os debates que articulavam as questões étnico-raciais com a construção da identidade nacional, juntamente com a estruturação e profissionalização dos campos acadêmicos, especialmente em São Paulo, levou à análise da rede de intelectualidade que se formou e, durante a primeira metade do século XX. Aquela rede de pensadores, muitos ligados à recém-criada Universidade de São Paulo, à instituições como a Escola Livre de Sociologia e Política, ao Departamento de Cultura, à Sociedade de Etnologia e Folclore, por exemplo, utilizou-se, dentre outros, a RAM como espaço de circulação de ideias. Entre os autores destacamos nomes como os de Arthur Ramos, Aydano do Couto Ferraz, Donald Pierson, Jorge Amado, Melville J. Herskovits e Edison Carneiro, todos ligados à organização dos Congressos Afro-Brasileiros realizados em 1934, 1937 e 1940. (CLARO, 2021)

Dentre a intelectualidade que fazia circular suas ideias pela RAM, destaca-se a figura de Edison Carneiro, importante articulador entre os pesquisadores – brasileiros e estrangeiros – amplamente influenciados pelo culturalismo estado-unidense que buscavam entender e reconstruir a situação das populações afrodescendentes na diáspora num contexto de organização das Ciências Sociais no Brasil (SILVA, 2012). Edison Carneiro teria sido o grande responsável pela articulação entre aquela intelectualidade e as lideranças africanas, especialmente em Salvador. Dessa forma, Eugênia Anna dos Santos, a Mãe Aninha, liderança religiosa do Terreiro *Opô Afonjá*, torna-se importante informante de Edson Carneiro, abrindo-lhe as portas do mundo do Candomblé, enquanto espaço de afirmação de identidade e de resistência.

> Essa negra alta, disposta, falando claro e corretamente, o beiço inferior avançando em ponta, era bem o expoente da raça negra do Brasil, síntese

> feliz da soma de conhecimentos da velha Maria Bada e da agilidade intelectual de Martiniano do Bonfim.
>
> Edison Carneiro. Apud LIMA, 2004.
>
> [...]
>
> A recepção excedeu a expectativa, pois em vez de uma simples mãe-de-santo que se mostrava favorável ao Congresso, encontramos uma mulher inteligente que acompanhava e compreendia os nossos propósitos, que lia os nossos estudos e amava a nossa obra.
>
> [...]
>
> Posso dizer o mesmo do seu apoio à União das Seitas Afro-Brasileiras, fundada a 3 de agosto de 1937, com o fim especial de defender a liberdade religiosa sempre periclitante do candomblé da Bahia.
>
> Edison Carneiro. Apud LIMA, 2004.

A negra a qual Edison Carneiro se referiu era Eugênia Anna dos Santos, que nasceu em 13 de junho de 1869, em Salvador, na Bahia, filha de Sérgio dos Santos, *Aniió*, e Lucinda Maria da Conceição, *Azambrió*. As palavras são formas de tratamento carinhoso do idioma nativo de seus pais, ambos da etnia *grunce*, originária, "um povo que ainda hoje habita as savanas do norte de Gana e do sul do Alto Volta e que nenhuma relação mantinha com os iorubás até o tráfico negreiro" (LIMA, 2004, p. 210).

Os *grunces*, chamados de negros galinhas, provavelmente, segundo Lima (2004), porque embarcavam, na África, na foz do rio das Galinhas ou Galinas, no Benin, foram trazidos como escravizados e não tinham a mesma cultura que os iorubá/nagô[1]. Entretanto, Eugênia Anna, a Mãe Aninha, junto com sua família, sempre esteve presente nos círculos iorubá, tanto que assumiu, como sua nação-de-santo ou nação-de-candomblé, como pertencente à nação nagô[2]. Mãe Aninha tornou-se então uma voz bastante importante dentro dessa discussão, que ainda é significativa e polêmica atualmente.

Compreender tal discussão faz parte do entendimento do quanto o sentimento de pertencimento que a mitologia e a tradição, aprendidos dentro dos terreiros, fortalece as identidades de seus integrantes, por sustentar suas consciências históricas. Assim, ao assumir o pertencimento a uma determinada nação, o seguidor do candomblé passa a se reconhecer como parte de uma tradição bem antiga, o que justifica e legitima sua atuação e sua própria vida, enquanto liderança religiosa e mulher.

1 Os iorubás foram integrantes do último grupo de africanos a chegar no Brasil, já no século XIX, e que se tornou mais conhecido, graças a autores como Pierre Verger, que os tornaram foco de suas pesquisas. É importante destacar que, mesmo que várias etnias fazem parte da população afrodescendente no Brasil, as tradições que prevalecem, especialmente em Salvador, de onde se irradiaram muitos terreiros do país, são as da base iorubá. Percebe-se assim uma construção de narrativa a partir de uma referência única.

2 Nação de santo é um conceito diferente de nação de pertencimento. Dentro da tradição de candomblé, a partir do momento em que um indivíduo é iniciado na religião, mesmo que tenha nacionalidade diferente, passa a fazer parte da nação de santo. No caso da Mãe Aninha, por seus antepassados, ela seria da nação *grunces*, entretanto, ao se ligar à cultura iorubá, em terras brasileiras, passou a fazer parte da nação iorubá, conhecida como nagô. Trata-se, de forma simplificada, de um debate sobre a genealogia dentro das casas de candomblé no Brasil, pois quando alguém é iniciado num determinado terreiro, passa a fazer parte daquela família que, por sua vez, faz parte de uma determinada nação dentro do candomblé. (LIMA, 2004)

> A história da Humanidade que, ao longo de séculos foi majoritariamente redigida por homens, tem sido contada pela metade. Mas essa meia-história não se configura como tal apenas porque os machos da espécie humana foram seus exclusivos redatores, mas, principalmente, porque foi registrada e divulgada como sendo história de todos os seres; quando, na verdade, foi concebida e narrada segundo uma ótica muito particular que se convencionou chamar de **universal**, sendo, não apenas parcial, mas marcadamente **androcêntrica**. Trata-se, portanto, de uma história masculina, eurocêntrica, branca e potentada, isto é, uma narrativa **meia-boca**, incompleta, omissa e, até certo ponto mentirosa, uma vez que muitos foram excluídos, ocultados e/ou ignorados, dentre tantos, maior agrupamento social, qual seja, as mulheres. (SILVA, apud CORREIA, 2013, p. 34, **grifos da autora**)

Mãe Aninha foi iniciada no antigo terreiro da Casa Branca, o Engenho Velho, em Salvador, que pertencia a Maria Júlia de Figueiredo. Nesse terreiro, cujo nome na língua iorubá é *Ilê Iyá Nassô*, Mãe Aninha foi iniciada por Marcelina *Obá Tossi*. As fontes não são precisas sobre o momento de sua iniciação, mas tudo indica que tenha ocorrido ainda no século XIX, quando tinha por volta de 16 anos, por volta de 1884 (LIMA, 2004).

Eugênia Anna dos Santos, recebeu como seu *Oruko*[3] *Obá Biyi*, e no âmbito dos rituais e do cotidiano era chamada de *Iyá Obá Biyi*. O iniciado no candomblé é simbolicamente renascido e rebatizado, recebendo novo nome, que dá conta de sua ancestralidade e sua identidade dentro do terreiro, a isso se chama *Oruko*. Para compreender melhor, *Iyá* significa mãe, que é a forma como as sacerdotisas dentro do candomblé são tratadas. Daí advém o que na sociedade brasileira é conhecido como mãe-de-santo.

Mãe Aninha fundou o *Ilê Axé Opô Afonjá* em 1895, conforme consideram as pesquisas, na cidade do Rio de Janeiro, transferindo-o, depois, para Salvador, no ano de 1910 (LEITE, 2013), onde se estabeleceu, primeiramente no alto da Santa Cruz, no bairro do rio Vermelho e, posteriormente, para São Gonçalo do Retiro (LIMA, 2004), onde se encontra até os dias atuais. Segundo Lima (2004), não estão claras as razões para a transferência do terreiro do Rio de Janeiro para Salvador.

> Eugênia Anna dos Santos (1869-1938), Iá *Obá Biyi*, a fundadora do Ilê Axé Opô Afonjá (em 1910), foi uma ialorixá de enorme carisma. Era filha de africanos e teve formação religiosa bastante aprimorada com "antigos tios e tias, profundos conhecedores da seita africana"; foi líder religiosa respeitada pelo conhecimento e obediência aos fundamentos do culto; por sua liderança inconteste, sua autoridade, mas também sua compreensão e generosidade para com seus filhos espirituais e amigos. Era uma mulher inteligente, informada e com inegável sensibilidade para o trato com personalidades da vida social e política do seu tempo, habilidades que facilitaram conquistar vitórias importantes para sua comunidade e a sociedade de então. Conviveu e tornou-se amiga de intelectuais, renomados pesquisadores e ativistas políticos, que a ela se referiam com admiração e respeito. Sábia e equilibrada, D. Aninha compreendia a necessidade de colaborar com aquelas pesquisas,

3 Nome que todo integrante do candomblé tradição recebe ao ser iniciado na religião, carregando um significado especial em sua vida, além de um traço de sua personalidade. Dentro dos terreiros, os filhos de santo se tratam por seus *Orukos*.

> mas mantinha sob reserva os “fundamentos” que lhe competia preservar da divulgação. Entre estes estão Roger Bastide, Áydano do Couto Ferraz, Artur Ramos, Jorge Amado e principalmente Édison Carneiro. D. Aninha foi descrita por Donald Pierson como uma “preta alta e majestosa, cuja menor insinuação era imediatamente obedecida pelos membros de sua seita... Inteligente, viva de espírito, ágil na conversa, era um dos mais respeitados e obedecidos chefes do mundo afro-brasileiro...” (SANTOS; NÓBREGA, 2000, p. 16)

Mãe Aninha tornou-se *ialorixá* (mãe-de-santo) ainda muito jovem e, devido à sua intensa formação religiosa, dada primeiramente por seus pais e, posteriormente, por sua iniciação no candomblé, conferiu-lhe um profundo conhecimento das tradições iorubás, o que rapidamente transformou-a em uma referência no assunto. A esse conhecimento somam-se os conhecimentos advindos do povo de seus pais, enriquecendo seu repertório. Além de profunda conhecedora, Mãe Aninha foi responsável pela introdução de preceitos e rituais que se transformaram em referência para os demais terreiros da Bahia e, também, de outras partes do Brasil. Essa tradição foi se espraiando e se consolidando enquanto referência identitária para os grupos ligados ao candomblé na Bahia e, depois, em boa parte do Brasil. As tradições iorubás introduzem epistemologias diferentes das europeias, sobre as quais boa parte dos conhecimentos dessas comunidades foram construídas.

> A Iyalorixá é uma liderança religiosa, cultural e social que possui duas funções; é a sacerdotisa que medeia a comunicação entre os membros da comunidade e os Orixás, Mãe pelo Santo que deverá cultuar os deuses; é a pessoa responsável por reatualizar a cultura afro-brasileira, de maneira a propiciar que os fiéis da religião, tendo como base a negritude originária do continente africano, e preserve sua identidade, que se encontra na síntese entre a África idealizada e o cotidiano vivenciado pelas pessoas. (SANTOS, apud apud CORREIA, 2013, p. 42-43)

No contexto de sua vivência, nas primeiras décadas do século XX, rapidamente, Mãe Aninha tornou-se conhecida e amiga de vários intelectuais que, especialmente na década de 1930, lutavam para que os povos descendentes de africanos tivessem sua cultura reconhecida e valorizada. Era um profundo debate no qual o Brasil mergulhava acerca da identidade nacional, da miscigenação e da democracia racial, temas esses que ainda alimentam muitas reflexões pelo país afora. Entre tais lideranças destacam-se Edison Carneiro, Arthur Ramos, Donald Pierson, Ruth Landes, dentre outros, brasileiros e estrangeiros inseridos em instituições como o Departamento de Cultura; a Escola Livre de Sociologia e Política; a Faculdade de Filosofia Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, a Sociedade de Sociologia e a Sociedade de Etnografia e Folclore, criadas na década de 1930, para formar as elites dirigentes e professores, especialmente em São Paulo (CLARO, 2017; CLARO, 2021). Eram intelectuais profundamente envolvidos com a necessidade de revisar a ideia de identidade nacional brasileira, e promover a inclusão do negro e sua cultura, assim como pensar o papel dos povos indígenas nesse contexto. Tal debate foi decorrente de uma busca pela inclusão dos não brancos no exercício da

cidadania, situação que foi evitada de todas as formas pelas elites dominantes, que herdaram as terras e ratificaram a colonialidade do poder.

> Na América, a idéia de raça foi uma maneira de outorgar legitimidade às relações de dominação impostas pela conquista. A posterior constituição da Europa como nova identidade depois da América e a expansão do colonialismo europeu ao resto do mundo conduziram à elaboração da perspectiva eurocêntrica do conhecimento e com ela à elaboração teórica da idéia de raça como naturalização dessas relações coloniais de dominação entre europeus e não-europeus. Historicamente, isso significou uma nova maneira de legitimar as já antigas idéias e práticas de relações de superioridade/inferioridade entre dominantes e dominados. Desde então demonstrou ser o mais eficaz e durável instrumento de dominação social universal, pois dele passou a depender outro igualmente universal, no entanto mais antigo, o intersexual ou de gênero: os povos conquistados e dominados foram postos numa situação natural de inferioridade, e conseqüentemente também seus traços fenotípicos, bem como suas descobertas mentais e culturais. Desse modo, raça converteu-se no primeiro critério fundamental para a distribuição da população mundial nos níveis, lugares e papéis na estrutura de poder da nova sociedade. Em outras palavras, no modo básico de classificação social universal da população mundial. (QUIJANO, 2005, p. 118)

Nesse contexto, Mãe Aninha, como negra e mulher sentindo na pele a dupla exclusão da colonialidade, envolveu-se profundamente nessa luta, tendo participado, na década de 1930, de congressos e outros movimentos com aquela intelectualidade que buscava construir uma nova identidade nacional, verdadeiramente inclusiva e pluricultural. Sua influência foi tão importante, como mulher e negra, que na liderança religiosa, soube conduzir e tornar-se referência para a luta e a resistência de muitos dos defensores das religiões de matriz africana. Junto à intelectualidade da época, Mãe Aninha, sendo apoiada por Oswaldo Aranha[4], conseguiu que o então presidente do Brasil Getúlio Vargas, promulgasse o Decreto Presidencial 1202 de 1934, "o qual extingue a proibição aos cultos afro-brasileiros em 1934" (SANTOS, 2014, p. 282). Até sua morte, no final da década de 1930, Mãe Aninha teve importante atuação na luta. As suas sucessoras, em especial Mãe Senhora e Mãe Stella de Oxóssi deram continuidade a sua luta, levando seu ideal à concretização, primeiro com a Mini Comunidade *Obá Biyi* e depois com a Escola Municipal Eugênia Anna dos Santos.

> Ao longo do século XX, as práticas litúrgicas do Candomblé sofreram inúmeras perseguições advindas de distintos atores que compunham e ainda compõe a sociedade baiana. O estado, o catolicismo e, recentemente, os movimentos neopentecostais bem souberam utilizar-se de estratagemas legais e figurações simbólicas com o objetivo de segregar, diferenciar, discriminar e punir o povo de Santo no que concerne ao exercício das liberdades religiosas.
>
> Todavia, é marca, também do século XX, a epifania das religiões de matriz

4 Rio Grande do Sul, 1884 – Rio de Janeiro, 1960. Foi um destacado político gaúcho que ofereceu apoio a Getúlio Vargas durante muito tempo, tendo atuado em vários cargos administrativos, inclusive como ministro, durante o período da Era Vargas. Disponível em: https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/biografias/oswaldo_aranha Acesso 20 jul. 2021.

> africana no tocante a ocupar o patamar de representação simbólica da cultura de um povo e, sobretudo, da cultura de um país. De prática de bruxaria e falsa medicina à arquétipo da mística de um povo, as comunidades de Terreiros oscilaram entre a intolerância e o reconhecimento, entre a estigmatização e a superação exemplar, marcas de um país ainda não ciente da sua grandeza, qual seja, a grandeza do seu povo. (CORREIA, 2013, p. 54)

Mãe Aninha, assim como suas sucessoras no *Ilê Axé Opô Afonjá*, compreenderam e implementaram, através da liderança religiosa, ações de intervenção, resistência e luta para que o povo negro, conquistasse dignidade. Ganharam, assim, através da liderança religiosa, a visibilidade e a notoriedade que a sociedade lhes impôs. A importância do *Opô Afonjá* é reconhecida nacionalmente, pois foi tombado, como Patrimônio Artístico Nacional, pelo IPHAN, no ano de 2000, dada sua representatividade para o povo negro e os seguidores do candomblé no Brasil.

> Mulheres guerreiras que construíram seus conhecimentos pautados na vida e na tradição ancestral, até porque os espaços de educação formal, muitas das vezes, lhes foram negligenciados. Os títulos que conquistaram, por certo, não foram de natureza acadêmica, mas de peso religioso conferido por quem de fato tem o poder de conferi-los, quem seja, as divindades.
>
> [...] Foi justamente através delas que suas (seus) descendentes consanguíneas (os) e de Santo puderam conquistar aqueles mesmos títulos acadêmicos que outrora lhes foram negados. Desse modo, o Axé, paulatinamente, vai ocupando os espaços da academia sem bater na porta e sem pedir licença. (CORREIA, 2013, p. 57)

Além de sua reconhecida liderança na luta pela liberdade dos cultos afro-brasileiros, Mãe Aninha entendia que os povos afrodescendentes deveriam ter acesso a todos os direitos, passando pelos políticos, pelos sociais, tendo dignidade de moradia, assim como ao trabalho e à educação, incentivando seus filhos carnais e seus filhos-de-santo, a estudarem e se graduarem. Na visão da mulher pobre, negra, candomblecista, que sentia na pele a marca das múltiplas exclusões que sua condição causou, a educação era uma forma de obtenção dos direitos que foram sequestrados do povo negro, garantindo assim a inclusão de fato na cidadania brasileira.

> Toda democratização possível da sociedade na América Latina deve ocorrer na maioria destes países, ao mesmo tempo e no mesmo movimento histórico como uma descolonização e como uma redistribuição do poder. Em outras palavras, como uma redistribuição radical do poder. Isto se deve, primeiro, a que as “classes sociais”, na América Latina, têm “cor”, qualquer “cor” que se possa encontrar em qualquer país, em qualquer momento. Isso quer dizer, definitivamente, que a classificação das pessoas não se realiza somente num âmbito do poder, a economia, por exemplo, mas em todos e em cada um dos âmbitos. A dominação é o requisito da exploração, e a raça é o mais eficaz instrumento de dominação que, associado à exploração, serve como o classificador universal no atual padrão mundial de poder capitalista. Nos termos da questão nacional, só através desse processo de democratização da sociedade pode ser possível e finalmente exitosa a construção de um Estado-nação moderno, com todas as suas implicações, incluindo a cidadania e a

representação política. (QUIJANO, 2005, p. 138)

Por seu empenho e convicção sobre a importância da educação, existe funcionando dentro do Terreiro *Opô Afonjá* uma escola, que atende tanto à comunidade do terreiro, ligada à religião, quanto à comunidade do entorno, independentemente da religião que as demais crianças seguem. Trata-se da Escola Municipal Eugênia Anna dos Santos, que teve suas atividades baseadas em projeto que teve início em 1978, mantendo-se em funcionamento até os dias atuais. As mulheres negras que sucederam a Mãe Aninha deram continuidade e materialidade ao seu projeto e aquela é uma escola que promove, ao mesmo tempo, a inserção das crianças na cultura branca, permitindo o acesso ao saber historicamente acumulado, como também permite que as crianças mantenham intenso contato com as tradições e os ensinamentos dos povos africanos, independentemente das influências religiosas.

> O Candomblé é, além de tudo, um espaço físico e espiritual que, abastecido de espaço ideológico e das tradições, está mais próximo das camadas mais resistentes e conscientes, pois está embutida de um saber tradicional, capaz de levar as pessoas a lutar pelos seus direitos mais elementares, e a reagir contra os que invadem seu espaço social e sagrado. Segundo Joaquim (2001 apud Cunha, 1984), o Candomblé é um modo pelo qual os negros se mantêm iguais num contexto hostil. Em segundo lugar, pela extrema riqueza do sistema de pensamentos Nagô-Iorubá. É um panteão, de modo que se reflete quase que perfeitamente na vida social e na vida do indivíduo.
>
> [...] As Religiões de Matrizes Africanas, se organizam em comunidades que propiciam o exercício da cidadania, que consiste no direito das pessoas preservarem suas identidades étnicas, individuais e coletivas, conhecerem as normas e as regras para agirem no cotidiano, aprofundarem sua história, cultura, cultuarem os Orixás. De outra forma implica também submissão à Iyalorixá, que é a autoridade constituída por intermediar a comunicação com os Orixás. (SANTOS, apud apud CORREIA, 2013, p. 40-42)

A MINI COMUNIDADE *OBÁ BIYI* E A ESCOLA MUNICIPAL EUGÊNIA ANNA DOS SANTOS

A Mini Comunidade *Obá Biyi* recebeu esse nome em homenagem à fundadora *do Ilê Axé Opô Afonjá*, Eugênia Anna dos Santos, a Mãe Aninha que, desde a década de 1930, possivelmente em função de sua atuação junto a intelectuais, lutando pela liberdade religiosa e contra o racismo, defendia a ideia de que seus filhos de santo deveriam ser diplomados. Ainda na década de 1930, Mãe Aninha esteve em contato com intelectuais como Edison Carneiro e Jorge Amado, dentre outros, importantes lideranças articuladoras da luta dos negros no Brasil e criou a Sociedade Civil Cruz Santos, que passou a exercer a responsabilidade jurídica do *Opô Afonjá* (MOLINA, 2011, p. 149).

Mãe Aninha do Ilê Axé Opô Afonjá. Disponível em: https://www.geledes.org.br/mae-aninha-ialorixa-do-ile-axe-opo-afonja/ Acesso 30 Jun. 2021.

REFERÊNCIAS

ABREU, Waldir Ferreira de; OLIVEIRA, Damião Bezerra (Orgs.). **Pedagogias decoloniais, decolonialidade e práticas formativas na Amazônia.** Curitiba: CRV, 2021.

CLARO, Silene Ferreira. A questão étnico-racial nas páginas da Revista do Arquivo Municipal de São Paulo: retrato de narrativas em disputa. **Pluralidade de temas e aportes teórico-metodológicos na pesquisa em história 3.** 1ed.Ponta Grossa - PR: Atena, 2021, v. 3, p. 76-88.

CLARO, Silene Ferreira. As relações entre Brasil e África: reflexões sobre o protagonismo negro. **Educação Integral (INEQ),** Volume 1, Número 1, Agosto 2016.

CLARO, Silene Ferreira. **Especialização do campo da História**. 1. ed. Saarbrücken, Germany: Novas Edições Acadêmicas, 2014.

CLARO, Silene Ferreira. História em revista: análise da Revista do Arquivo Municipal de São Paulo e as discussões acerca da profissionalização no campo historiográfico. In: XIX Encontro Regional de História da Seção São Paulo da ANPUH: Poder, violência e exclusão, 2008, São Paulo/FFLCH-USP. **Anais - XIX Encontro Regional de História: Poder, violência e exclusão.** / Sylvia Bassetto, org. São Paulo, 2008. São Paulo, 2008.

CLARO, Silene Ferreira. Narrativas e saberes do candomblé na construção da consciência histórica: a experiência decolonial da Escola Municipal Eugenia Anna Dos Santos. Simpósio Nacional de História (31: 2021: Rio de Janeiro, RJ) **Anais do 31° Simpósio Nacional de História [livro eletrônico]: história, verdade e tecnologia** /organização Márcia Maria Menendes Motta. 1. ed. São Paulo: ANPUH-Brasil, 2021.

CLARO, Silene Ferreira. **O Campo do Historiador na Revista do Arquivo Municipal**. Jundiaí: Paco Editorial, 2017.

CLARO, Silene Ferreira. **Revista do Arquivo Municipal de São Paulo: um espaço científico e cultural esquecido (proposta inicial e mudanças na trajetória – 1934 – 1950)**. Tese de Doutorado apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo: 2008.

CLARO, Silene Ferreira. Revista do Arquivo Municipal de São Paulo: um espaço de construção da nova identidade paulista após 1932. **Anais do XVIII Encontro Regional de História - ANPUH**, realizado entre 24 e 28 de julho de 2006.

CLARO, Silene Ferreira. São Paulo e suas questões expressas nas páginas da Revista do Arquivo Municipal de São Paulo. **Anais do XXIX Simpósio Nacional de História - contra os preconceitos: história e democracia**. Brasília/UNB, ANPUH, 2017.

CLARO, Silene Ferreira. Uma experiência decolonial da Escola Municipal Eugenia Anna Dos Santos: Narrativas e saberes do candomblé na construção da consciência histórica. In: PEREIRA, Denise; BORTOLOTI, Karen Fernanda. Chave de compreensão da História: cultura e identidades. Ponta Grossa: Atena, 2021.

CORREIA, Marcos Fábio Rezende. **Mulheres de Axé**. Salvador: Kawo-Kabiyesile, 2013.

LEITE, Gildaci de Oliveira. De Iya Obá Biyi a Iya Ode Kayode: reis nascidos para alegrias. **A Tarde**. 12 de setembro de 2013. Disponível em: https://atarde.uol.com.br/opiniao/materias/1533076-de-iya-oba-biyi-a-iya-ode-kayode-reis-nascidos-para-alegrias Acesso 30 Jun. 2021.

LEITE, Vanderlei Furtado. **Candomblé e educação: dos Ilês às escolas oficiais de ensino**. São Paulo: s.n., 2006 (Dissertação de Mestrado – Universidade São Marcos).

LIMA, Vivaldo Costa. O candomblé da Bahia na década de 1930. *ESTUDOS AVANÇADOS* 18 (52), 2004.

LIMA, Vivaldo Costa. O candomblé da Bahia na década de 1930. **Estudos Avançados** 18 (52), 2004.

MOLINA, Thiago dos Santos. **Relevância da dimensão cultural na escolarização de crianças negras**. São Paulo: s.n. 2011 (Dissertação de Mestrado – Faculdade de Educação da USP).

QUIJANO, Anibal. Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina. In: **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas.** Buenos Aires: CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales Editorial/Editor, 2005. Disponível em: http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/clacso/sur-sur/20100624103322/12_Quijano.pdf U Acesso 19 jul. 2021.

SANTOS, José Felix dos; NÓBREGA, Cida da (Org.). **Maria Bibiana do Espírito Santo, Mãe Senhora: saudade e memória**. Salvador: Corrupio, 2000.

SANTOS, M. Deoscoredes; LUZ, Marco Aurélio. **O Rei nasce aqui** - Obá Biyi: a educação pluricultural africano-brasileira. Salvador: Fala Nagô, 2007.

SANTOS, Maristela Tomás dos. Iyá Obá Biyi (Mãe Aninha): Centelha Inspiradora ao Efetivo Direito à Liberdade Religiosa. ***Revista Da Ejuse***, Nº 20, 2014 - DOUTRINA – 281.

SANTOS, Nadja Antonia Coelho dos. O Candomblé na representação da Iyalorixá. In: CORREIA, Marcos Fábio Rezende. **Mulheres de Axé**. Salvador: Kawo-Kabiyesile, 2013.

SILVA, Maria Salete da. Mulheres de Axé: matrizes de afetividade e de empoderamento constantes. In: CORREIA, Marcos Fábio Rezende. **Mulheres de Axé**. Salvador: Kawo-Kabiyesile, 2013.

SILVA, Sarah Calvi Amaral. Reflexões sobre intelectuais, lideranças negras e os lugares sociais dos afro-descendentes no período pós abolição. **Anais do XI Encontro Estadual de História: História, Memória, Patrimônio.** Rio Grande: FURG, 2012.

CAPÍTULO 5

ETNOGRAFIA E O ESPAÇO ACADÊMICO: UM ESTUDO ETNOGRÁFICO NA UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO - UNEMAT, CAMPUS DE CÁCERES

Data de aceite: 02/05/2022
Data de submissão: 12/03/2022

Julio Cezar de Lara
Universidade do Estado de Mato Grosso
Cáceres – Mato Grosso
http://lattes.cnpq.br/0894237757040824

RESUMO: O objetivo deste trabalho foi apresentar um estudo etnográfico sobre o espaço aberto, pátio ou local de convivência existente fora das salas de aula do campus da Unemat, localizado no bairro Cavalhada, no município de Cáceres no Mato Grosso. Como metodologia adotou-se a etnografia como base estruturante do trabalho, que teve uma abordagem qualitativa e se apresenta como uma pesquisa exploratória. Para a coleta de dados foi utilizado a pesquisa bibliográfica e uma observação participante com auxílio de pesquisa virtual, especificamente na rede social denominada Instagram. Foram três páginas pesquisadas: Instagram oficial da Unemat (@unematoficial), Instagram oficial da Unemat no campus de Cáceres (@unemat.caceres) e Instagram oficial do DCE/Cáceres (@dce_caceres). Os resultados mostraram que durante o período imediatamente anterior aos decretos da pandemia do COVID-19 no Brasil o espaço universitário do campus era utilizado como um local de troca de saberes, formando uma rede de estudantes, professores e técnicos que transformavam o ambiente em um local agradável para se estar e ficar. É neste ambiente que os alunos estabeleciam suas redes de apoio e, por diversas vezes conseguiam criar alternativas para superar as dificuldades e terem mais chances de sucesso no ensino superior. Após os decretos de restrições e a proibição de realização das aulas presenciais em escolas e universidades, o ambiente universitário ficou vazio e sem vida. Os alunos tiveram que se adaptar a continuar seus estudos em suas residências de modo virtual e de maneira remota. A rede de ajuda e auxílios que os alunos possuíam foi fragilizada.

PALAVRAS-CHAVE: COVID-19; socialização, restrição.

ETHNOGRAPHY AND THE ACADEMIC SPACE: AN ETHNOGRAPHIC STUDY AT THE STATE UNIVERSITY OF MATO GROSSO - UNEMAT, CÁCERES CAMPUS

ABSTRACT: The objective of this work was to present an ethnographic study on the open space, patio or place of coexistence existing outside the classrooms of the Unemat campus, located in the Cavalhada neighborhood, in the municipality of Cáceres in Mato Grosso. As a methodology, ethnography was adopted as the structuring basis of the work, which had a qualitative approach and presents itself as exploratory research. For data collection, bibliographic research and participant observation were used with the aid of virtual research, specifically on the social network called Instagram. Three pages were searched: official Unemat Instagram (@unematoficial), official Unemat Instagram on the Cáceres campus (@ unemat.caceres) and official DCE/Cáceres Instagram (@dce_caceres). The results showed that during the period immediately prior to

the decrees of the COVID-19 pandemic in Brazil, the university space of the campus was used as a place of exchange of knowledge, forming a network of students, professors and technicians who transformed the environment into a place pleasant to be and stay. It is in this environment that students established their support networks and, on several occasions, managed to create alternatives to overcome difficulties and have more chances of success in higher education. After the decrees of restrictions and the ban on holding face-to-face classes in schools and universities, the university environment was empty and lifeless. Students had to adapt to continue their studies in their homes in a virtual and remote way. The help and support network that the students had was weakened.
KEYWORDS: COVID-19; socialization; restriction.

1 | INTRODUÇÃO

Esta pesquisa tem como objetivo apresentar um estudo etnográfico sobre o espaço aberto, pátio ou local de convivência existente fora das salas de aula de uma universidade. O local de realização do trabalho foi o campus da Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT) localizado no bairro Cavalhada, no município de Cáceres em Mato Grosso. A questão norteadora do estudo procurou saber se houve mudanças de hábitos das pessoas que frequentavam aquele espaço público universitário antes e durante a decretação da situação pandêmica no Brasil.

Dessa forma se realizou um estudo etnográfico. Mas o que é etnografia? A etnografia é um dos ramos da Ciência da Cultura que se preocupa com a descrição das sociedades humanas, Lévi-Strauss (1967, p. 14) entende que a etnografia “consiste na observação e análise de grupos humanos considerados em sua particularidade [...] visando à reconstituição, tão fiel quanto possível, da vida de cada um deles”.

Um dos fundadores da etnografia foi Franz Boas, que era um homem de pesquisas de campo, que hoje qualificamos como análise microssociológica. Para Boas tudo deveria ser anotado, desde os materiais constitutivos das casas até as notas das melodias cantadas pelos esquimós, e isso bem detalhado (QUEIROZ; SOBREIRA, 2016).

Outro autor de grande importância nos primórdios dos estudos etnográficos foi Malinowski, que se contrapõe aos estudos de Boas. Para Malinowski nos estudos de Boas houve a preocupação excessiva nos detalhes. Malinowski entende que para realizar um trabalho etnográfico é preciso pôr em prática uma observação participante, observando os fatos sociais que são aparentemente minúsculos e insignificantes e que só vão ser encontrados no interior de uma totalidade mais ampla (QUEIROZ; SOBREIRA, 2016). Conforme Queiroz e Sobreira (2016) Malinowski utiliza do exemplo de canoas Trobiandesas. Neste exemplo Malinowski descreve: as relações do grupo que as fabricam e as utilizam, o ritual, como as canoas eram consagradas, quais eram as regulamentações que definem sua utilização, a estética que cada barco entre outros detalhes.

Utilizar a etnografia para estudar um ambiente urbano em suas diversas formas, com suas diversas variáveis, é também a procura por demonstrar a alma daquele lugar, as

misturas e os movimentos que por situações precisas e imprecisas, ocasionam, por assim dizer, a vida ao local.

Cabe esclarecer que o espaço universitário que se pretende estudar não é apenas um espaço de passagem entre a sala de aula e biblioteca ou a sala de aula e as respectivas moradias dos alunos, professores e técnicos. Conforme Ferreira (2014, p. 136)

> A socialização dos estudantes universitários não se restringe às dimensões organizacional e acadêmica, podendo-se considerar a vida universitária literalmente como um meio ambiente com uma complexa dinâmica adaptativa para organismos individuais (estudantes, professores, funcionários) e para o funcionamento coletivo da composição social.

Percebe-se que este espaço universitário, objeto de estudo deste artigo, pode ser considerado maior e mais complexo do que uma simples passagem entre os recintos acadêmicos e os outros locais. É um espaço vivo e, por não dizer, de formação social e acadêmica.

2 | METODOLOGIA

A etnografia, como metodologia de pesquisa foi a vertente metodológica principal para estruturação deste trabalho, que como método de pesquisa proporciona o estar junto, estar presente, observar, anotar, sugerir hipóteses e criar conclusões sobre os fatos e acontecimentos ocorridos com o objeto de pesquisa, ou conforme Uriarte (2012, p. 4) “uma forma de nos aproximarmos da realidade que nos propomos estudar e entender”.

Como objetivo de estudo esta pesquisa foi exploratória e de abordagem qualitativa, pois houve a tentativa de proporcionar maior familiaridade ao problema, procurando ou construindo uma hipótese, sem a preocupação com as medições objetivas e a quantificação de resultados (GODOY, 1995; PRODANOV; FREITAS, 2013).

Na coleta de dados houve o auxílio da pesquisa bibliográfica sendo realizada uma observação participante, que segundo Severino (2007) e Vergara (2006) é uma técnica que colhe informações da vida pessoal de um ou vários informantes, sendo o pesquisador já engajado na vida do grupo ou situação.

A observação participante foi realizada em dois momentos: 1) Durante o 2º semestre de 2019 até março de 2020, ou seja, antes do decreto da pandemia do COVID-19 no Brasil e 2) Nos meses subsequentes, de abril/2020 a dezembro/2020, onde foram decretadas sucessivas normatizações sobre o isolamento social, quarentenas e *loockdow*. O local de estudo foi o campus da Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT), bairro Cavalhada, localizado no município de Cáceres – MT. Faz-se esta distinção com exatidão, porque a referida universidade possui no município de Cáceres mais de uma unidade administrativa.

Também foram utilizadas pesquisas na internet, especificamente em redes sociais. A rede social escolhida para realização da pesquisa foi o *Instagram*, sendo a pesquisa

realizada em três páginas: 1) A página oficial da Universidade do Estado de Mato Grosso: https://www.instagram.com/unematoficial/ ou @unematoficial; 2) A página oficial do campus da Unemat de Cáceres: https://www.instagram.com/unemat.caceres/ ou @unemat.caceres e 3) A página oficial do Diretório Central de Estudantes (DCE) Jane Vanini: https://www.instagram.com/dce_caceres/ ou @dce_caceres.

3 I RESULTADOS E DISCUSSÃO

É preciso reconhecer a dinâmica existente na universidade, entre os ambientes organizacionais internos (Salas de aulas, laboratórios, coordenações e/ou bibliotecas) e externo (espaços de convivência, pátio e/ou estacionamento). É nesta dinâmica entre os ambientes que o aluno vai criar seus modos de adaptação e sobrevivência na universidade. É neste ambiente organizacional externo, fora dos recintos “oficiais” de educação, que o aluno estabelece suas redes de apoio, que pode construir “recursos cognitivos e emocionais para superar as dificuldades e terem chances de sucesso no ensino superior” (FERREIRA, 2014, p. 137).

O que se nota é que no campus da Unemat de Cáceres, bairro Cavalhada, o espaço de convivência é utilizado por todos os segmentos da universidade, ou seja, alunos, professores e técnicos. É neste espaço que as pessoas, até mesmo pessoas que não possuem vínculo efetivo com a universidade, caminham, ficam e realizam passeios. É no espaço público aberto da universidade que elas conversam, trocam ideias, fazem e desfazem planos. É ali também que surgem teorias, surgem amizades, acontecem romances, namoros, amor e desamor. É um espaço vivo, em que as pessoas estão e convivem. Algumas esperando algo ou alguém, outras apenas de passagem.

Durante o primeiro período de observação, que inicia em julho/2019 e se prolonga até março/2020, pode-se acompanhar diversas ações, entre elas uma memória, a recepção dos calouros de 2019/2, exposto na figura 1.

Figura 1. Recepção dos calouros de 2019/2 no campus da Unemat Cáceres, agosto/2019.

Fonte: UNEMAT, 2019.

A figura 1 marca a presença de professores e técnicos que, naquele momento, puderam realizar uma recepção presencial e calorosa aos novos ingressos no ensino superior. Nota-se que as próprias pessoas fotografadas se sentem à vontade, estão sorrindo, fazendo sinal de "joia" e até sentadas.

É nessa relação de convivência entre os alunos, que também houve reuniões entre eles, dando destaque aqui para a reunião do Diretório Central de Estudantes (DCE) ocorrida em outubro de 2019, que discutia uma possível expansão da Unemat para outros municípios do interior do estado. A figura 2 mostra o presidente do DCE Jane Vanini, Sr. Victor Henrique Prado Cruvinel, dialogando com vários alunos no saguão (espaço aberto) do campus.

Figura 2. Reunião DCE Jane Vanini no campus da Unemat Cáceres, outubro/2019.

Fonte: DCE, 2019

Também foi possível acompanhar eventos ocorridos no espaço aberto do campus, como a 3ª Mostra de Trabalhos sobre as Mulheres, realizado pelo Centro de Referência em Direitos Humanos Professora Lúcia Gonçalves entre os dias 05 e 07 de março de 2020. Neste evento todos os debates, mesas redondas, oficinas e apresentação de painéis foram realizadas no pátio do campus da universidade. Houve a locação de tendas e cadeiras de plástico para que os participantes pudessem sentar e acompanhar as atividades. A figura 3 demonstra apresentação cultural ocorrida durante o evento.

Figura 3. Apresentação cultural na III Mostra sobre as Mulheres em março/2020.

Fonte: Unemat, 2020a.

Este foi o último dos eventos ocorrido no pátio desta instituição no ano de 2020, pois após 13 dias do encerramento, em 20 de março de 2020, foi emitido o primeiro decreto governamental com restrições para evitar a disseminação do COVID-19. Entre as medidas excepcionais de segurança estava a proibição de abertura das escolas, faculdades e universidades.

A partir de 20 de março de 2020 o ambiente universitário mudou totalmente. Com as proibições iniciais, nem mesmo os professores e técnicos poderiam frequentar os espaços universitários. Salas de Aulas, Laboratórios, Coordenações e bibliotecas fechadas. Por um período entre os meses de abril/2020 e junho/2020, foi inserido uma fita zebrada preta e amarela nos acessos do campus. Aparentemente a ideia, de quem passava frente ao campus, era a ocorrência de algum crime e visualizando uma cena criminal, pois o vazio adicionado a proibição de entrada, transpassava esta impressão.

Com as devidas adaptações em agosto/2020 houve o retorno das aulas, mas de maneira remota, ou seja, virtual. As aulas virtuais não permitiam a utilização do campus ou de seus outros espaços. Os professores, técnicos e alunos deveriam continuar em suas residências e com equipamentos conectados na internet, se comunicariam.

O que se notou neste período de restrições ao ambiente aberto do campus da Unemat foram vazios. Poucas imagens são encontradas sobre estes vazios. No entanto a gestão do campus, publicizou algumas de suas ações de gestão em seu canal oficial do instagram que podem ser observadas na figura 4.

Figura 4. Exemplos de ações da gestão do campus entre abril e dezembro de 2020.

Fonte: Unemat, 2020b.

Percebe-se na figura 4 que não há pessoas nos bancos ou em circulação próximo aos gestores. Os gestores usam máscara e mantém o distanciamento.

Sabe-se que durante o período o campus realizou pequenas reformas como a repintura dos prédios. Isso pode ser explicado justamente pela economia de recursos financeiros obtida em relação aos custos com água, energia elétrica e outros materiais/ suprimentos que são necessários para a operacionalização normal de um campus universitário.

4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa teve como objetivo apresentar um estudo etnográfico sobre o espaço aberto, pátio ou local de convivência existente fora das salas de aula do campus da Unemat de Cáceres, localizado no bairro Cavalhada. A questão norteadora do estudo procurou saber se houve mudanças de hábitos das pessoas que frequentavam aquele espaço público universitário antes e durante a decretação da situação pandêmica no Brasil. Foi observado que diante da pandemia do COVID-19 no Brasil o ambiente universitário foi totalmente alterado. O que antes era um ambiente de encontro e conversas formais e informais entre os alunos, professores e técnicos, durante o período pandêmico foi redimensionado para um espaço vazio e sem vida.

É preciso deixar claro que a maioria dos decretos emitidos pelo governo do estado ou pelo governo municipal não proibiram a circulação nos ambientes universitários, apenas

colocaram restrições de aglomerações, utilização de máscaras e a precaução com a higienização correta das mãos, logo, pode-se dizer que os alunos poderiam se encontrar no ambiente aberto do campus mesmo durante a pandemia, mas não houve a observação destes encontros.

Para realizar um estudo mais aprofundado sobre a observação etnográfica objeto desta pesquisa deve-se reavaliar o ambiente estudado após cessar os decretos que tratem sobre o impedimento de aglomeração e as proibições de aulas presenciais na universidade.

Como sugestão, no retorno das aulas presenciais, os gestores devem incentivar a troca de informações e conhecimentos fora das salas de aula, proporcionando debates, oficinas e ações que sejam ar livre, ou seja, no pátio do campus. Este ambiente aberto proporcionará a maior interatividade e uma nova ligação que pode ter sido perdida durante o tempo em isolamento social.

REFERÊNCIAS

DCE. Diretório Central de Estudantes Jane Vanini. **Assembleia Geral dos Estudantes**. Cáceres, 1º out 2019. Instagram: @dce_caceres. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/B3FKvMnn2ua/>. Acesso em <29 abr 2021 >

FERREIRA, Adir Luiz. Socialização na universidade: quando apenas estudar não é o suficiente. Revista Educação em Questão, Natal, v.48, n.34, p.116-140, jan./abr. 2014.

GODOY, Arlinda Schmidt. **Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades**. Revista de Administração de Empresas, V. 35, n. 2, p-57-63. São Paulo. mar/abr 1995.

LÉVI-STRAUSS, Claude. **Antropologia estrutural**. Rio de janeiro: Tempo Brasileiro, 1967.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. **Metodologia do trabalho científico: Métodos e Técnicas da Pesquisa e do Trabalho Acadêmico**. Feevale: Novo Hamburgo - Rio Grande do Sul, 2013.

QUEIROZ, Pedro Fernandes de; SOBREIRA, Antonio Gonçalves. **Antropologia Geral**. Instituto Superior de Teologia Aplicada - INTA. Sobral: Inta, 2016.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do Trabalho Científico**. 23 ed. São Paulo: Cortez, 2007.

UNEMAT. Campus de Cáceres. **II Semana do Calouro 2019/2**. Cáceres, 7 ago 2019. Instagram: @ unemat.caceres. Disponível em: < https://www.instagram.com/p/B03XZeuHoxa/ >. Acesso em <29 abr 2021 >

UNEMAT. Perfil oficial da Universidade do Estado de Mato Grosso. **Mostra de Trabalhos sobre mulheres**. Cáceres, 11 mar 2020a. Instagram: @unematoficial. Disponível em: < https://www.instagram.com/p/B9mBrjzHbU8/>. Acesso em <29 abr 2021 >

UNEMAT. Perfil oficial da Universidade do Estado de Mato Grosso. **Ações da gestão do Campus de Cáceres**. Cáceres, 28 jul 2020b. Instagram: @unematoficial. Disponível em: < https://www.instagram.com/p/CDMb9VanhY7/>. Acesso em <29 abr 2021 >

URIARTE, Urpi Montoya. **O que é fazer etnografia para os antropólogos.** Revista do núcleo de antropologia urbana da USP. Ponto Urbe, 11. 2012.

VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e Relatórios de Pesquisa em Administração**. 7 ed. São Paulo: Atlas, 2006.

CAPÍTULO 6

EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA: UMA ANÁLISE DO PERÍODO DE 1951 A 2021 NA UNIVERSIDADE DE SOROCABA

Data de aceite: 02/05/2022
Data de submissão: 08/03/2022

Silvana Maria Gabaldo Xavier
Universidade de Sorocaba – Uniso – Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa, Extensão e Inovação
Sorocaba/SP
http://lattes.cnpq.br/5020211572860919

Rafael Ângelo Bunhi Pinto
Universidade de Sorocaba – Uniso – Programa de Pós-Graduação em Educação
Sorocaba/SP
http://lattes.cnpq.br/6506198701015988

RESUMO: O presente capítulo apresenta os principais acontecimentos e datas da história da Universidade de Sorocaba, no período de 1951 a 2021. Procuramos, de forma sintetizada, apresentar o crescimento em relação ao oferecimento dos cursos de graduação, de pós-graduação e de extensão. Paralelamente ao crescimento físico da instituição, trazemos o início de alguns indícios de atividades de extensão, principalmente com o oferecimento de cursos, eventos, palestras, bolsas de estudo, com o objetivo de estabelecer o diálogo entre diversos modos do conhecimento, entre a comunidade acadêmica e social, e entre as necessidades e possibilidades de solução dos problemas sociais. Para melhor compreensão do processo histórico, é necessário apresentar as conquistas e os avanços que a extensão universitária ganhava nacionalmente no período indicado.

PALAVRAS-CHAVE: Extensão Universitária. Universidade de Sorocaba. Educação Superior.

UNIVERSITY EXTENSION: AN ANALYSIS OF THE PERIOD FROM 1951 TO 2021 AT UNIVERSITY OF SOROCABA

ABSTRACT: The current chapter presents the main events and dates of the University of Sorocaba history, from 1951 to 2021. In a summarized way, we sought to present the growth in relation to the undergraduate offer, postgraduate and university extension courses. Parallel to the physical growth of the institution, we bring some signs of the university extension activities, mainly with the offer of courses, events, lectures, scholarships, aiming at establishing a dialogue between different modes of knowledge, between the community academic and social, and between the needs and possibilities of solving social problems. For a better understanding of the historical process, it is necessary to present the achievements and advances that the university extension program won nationally in the indicated period.

KEYWORDS: University Extension. University of Sorocaba. Higher Education.

1 I INTRODUÇÃO

A extensão universitária, ao longo do tempo, foi compreendida de várias formas, contemplando atividades e ações como: programas, projetos, cursos, eventos, prestação de serviços e assistencialismo, este último pelo

fato de as Instituições de Educação Superior (IES) estarem imersas em um contexto de realidades políticas, econômicas, sociais e culturais. Nesse contexto, a busca do conceito de extensão e a sua prática tornaram-se assunto polêmico, pois se ligam aos diferentes interesses que propõem a aproximação entre universidade e comunidade.

No processo de integração da universidade e comunidade, a extensão está relacionada com a vinculação do ensino e da pesquisa às necessidades sociais; assim, a universidade contribui para o aprofundamento da cidadania e, ao mesmo tempo, a universidade e a sociedade são transformadas.

Nos dias atuais, se evidencia que o papel da extensão é estabelecer o diálogo entre diversos modos de conhecimento, entre a comunidade acadêmica e social, e entre as necessidades e possibilidades de solução dos problemas sociais. Quando tratamos de extensão universitária, é possível afirmar que a existência de normas, regulamentos e relatórios qualitativos e quantitativos possibilitam identificar, de forma mais fácil, a prática das ações extensionistas de uma Instituição de Educação Superior junto à comunidade.

A Universidade de Sorocaba - Uniso, enquanto Universidade Comunitária, com atuação na Região Metropolitana de Sorocaba, Estado de São Paulo, tem primado pelo atendimento de suas demandas, por meio de ações integradoras e indissociáveis de ensino, pesquisa e extensão. Na Universidade de Sorocaba, considerando todo o seu processo histórico, a prática das atividades de extensão sempre esteve presente, iniciando-se por meio de eventos, palestras e cursos e, em um passado mais recente, programas, projetos e prestação de serviços, em diversas áreas do conhecimento, com o objetivo de atender às necessidades da comunidade interna e externa.

Assim, o presente capítulo abordará a prática das ações de extensão da Universidade de Sorocaba, desde sua criação enquanto Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Sorocaba, em 1951, até o ano de 2021.

2 | A EXTENSÃO NO CONTEXTO NACIONAL: UMA BREVE DISCUSSÃO DE SEU PROCESSO HISTÓRICO E LEGAL

A indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão decorreu de processos históricos iniciados com a demanda, pela sociedade, por uma universidade mais comprometida com a construção de um mundo melhor, levando em consideração a realidade complexa dessa sociedade. A indissociabilidade foi uma conquista social construída por diversos setores da sociedade e comunidade universitária em interlocução com o Poder Público.

Nesse processo histórico, pode-se dizer que a extensão universitária no Brasil passou por um longo caminho para poder firmar sua identidade. Esse caminho é percorrido, inclusive, até os dias atuais. Um fato marcante ocorreu em 1987, com a realização do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras –

FORPROEX, momento em que a extensão é definida como um processo educativo e científico, sendo inserida no campo acadêmico. Nesse contexto, chega-se à compreensão de que, ao praticar a extensão, o conhecimento é produzido, viabilizando a relação transformadora entre Universidade e Sociedade.

Em meio às discussões sobre o papel da extensão na Universidade, em 05 de outubro de 1988 é promulgada a Constituição da República Federativa do Brasil que, em seu artigo 207, dispõe: "Art. 207. As universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão" (BRASIL, 1988).

Já a Lei Nº 9.394/96, que fixa Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), é enfática ao afirmar, no artigo 46, inciso VII, que uma das finalidades da educação superior é:

> Promover a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição (BRASIL, 1996).

Em 1999, outro grande passo foi dado na história da extensão, sendo instituído O Fórum Nacional de Extensão e Ação Comunitária – ForExt, que é a entidade representativa das Universidades e Instituições de Ensino Superior Comunitárias para assuntos de Extensão e Ação Comunitária. De acordo com seu Estatuto, o ForExt tem por objetivos:

> I - analisar, debater, propor políticas, estratégias e questões relativas à Extensão e Ação Comunitária de interesse de seus membros;
>
> II - buscar o entendimento com órgãos governamentais e Instituições da sociedade e com organismos de representação universitária;
>
> III - articular o desenvolvimento de programas e projetos e de redes de trabalho entre as Instituições que o constituem;
>
> IV - divulgar as atividades de Extensão e Ação Comunitária realizadas por estas Instituições no âmbito da sociedade brasileira;
>
> V - identificar projetos/programas de fomento à Extensão e à Ação Comunitária e divulgá-los entre as IES filiadas (FOREXT, 2006).

Desde então, houve avanços e um conceito foi definido no Plano Nacional de Extensão Universitária, de 2001, que define extensão como:

> processo educativo, cultural e científico que articula o ensino e a pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre Universidade e Sociedade. A Extensão é uma via de mão-dupla, com trânsito assegurado à comunidade acadêmica, que encontrará na sociedade, a oportunidade de elaboração da práxis de um conhecimento acadêmico. No retorno à Universidade, docentes e discentes trarão um aprendizado que, submetido à reflexão teórica, será acrescido àquele conhecimento. Esse fluxo que estabelece a troca de saberes sistematizados, acadêmico e popular, terá como consequências a produção do conhecimento acadêmico e a participação efetiva da comunidade na atuação da Universidade Além de instrumentalizadora deste processo dialético de teoria/prática, a Extensão

é um trabalho interdisciplinar que favorece a visão integrada do social. (FORPROEX, 2001).

Após a implantação desse Plano, e no bojo da discussão e implementação da nova LDB, em 2006, é possível destacar as principais características da extensão universitária:

> Articula o ensino e a pesquisa, estabelecendo as pontes com a sociedade;
>
> Viabiliza a relação transformadora entre a universidade e a sociedade;
>
> Estabelece a troca de saberes acadêmico e popular;
>
> Possibilita a construção e o aprimoramento do conhecimento acadêmico;
>
> Democratiza o conhecimento produzido na universidade;
>
> Abre espaço para uma participação da comunidade na universidade de forma mais efetiva (FOREXT, 2006).

O conceito de extensão universitária, assim, passou por várias definições e utilização de diversos termos, como: cursos, serviços, assistencialismo, função social redentora da universidade, via de mão dupla, voluntarismo, entre outras.

Após a implantação do Plano Nacional de Educação (PNE) 2014-2024, por meio da Lei Nº 13.005, de 25 de junho de 2014, a extensão ganha mais destaque no cenário nacional, tendo em vista que a estratégia 12.7 estabelece que as IES devem "assegurar, no mínimo, 10% (dez por cento) do total de créditos curriculares exigidos para a graduação em programas e projetos de extensão universitária, orientando sua ação, prioritariamente, para áreas de grande pertinência social" (BRASIL, 2014).

Para trazer maior clareza a essa obrigatoriedade legal, bem como regulamentá-la, o Conselho Nacional de Educação (CNE) publicou a Resolução CNE/CES Nº 7, de 18 de dezembro de 2018, estabelecendo as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira. De acordo com o Artigo 3º da Resolução mencionada:

> Art. 3º A Extensão na Educação Superior Brasileira é a atividade que se integra à matriz curricular e à organização da pesquisa, constituindo-se em processo interdisciplinar, político educacional, cultural, científico, tecnológico, que promove a interação transformadora entre as instituições de ensino superior e os outros setores da sociedade, por meio da produção e da aplicação do conhecimento, em articulação permanente com o ensino e a pesquisa (BRASIL, 2018).

Ainda nessa regulamentação, o CNE estabelece que a extensão deve compor, no mínimo, 10% da carga horária total da matriz curricular dos cursos de graduação, em uma prática que ficou comumente designada de 'curricularização da extensão', por meio das seguintes modalidades: programas, projetos, cursos e oficinas, eventos, prestação de serviços, em uma "interação dialógica da comunidade acadêmica com a sociedade, por meio da troca de conhecimentos da participação e do contato com as questões complexas contemporâneas presentes no contexto social" (BRASIL, 2018).

Entrando na literatura específica, essa concepção mais atual de extensão existente

nas normas vigentes muito se aproxima daquela expressa pelo educador brasileiro Paulo Freire, o qual afirma que:

> O conhecimento não se estende do que se julga sabedor até aqueles que se julga não saberem; o conhecimento se constitui nas relações homem-mundo, relações de transformação, e se aperfeiçoa na problematização crítica dessas relações (FREIRE, 1997, p. 36).

Ainda, Freire (1997, p. 36) afirma que o “momento inicial da extensão foi marcado por uma ação autoritária da universidade, que desconhecia e desconsiderava o saber popular e a cultura, e apresentava-se como detentora de saber absoluto”. Assim, o conceito era transmitido e não construído.

Fazendo uma análise da extensão dos tempos antigos para a atualidade, Rocha (2001), relata que a “extensão universitária se originou nas universidades europeias medievais.” Tanto num como no outro momento, infelizmente, é possível identificar uma prática pedagógica verticalizada, ou seja, a transmissão do conhecimento feita de forma autoritária, da universidade para a sociedade.

Já em 2005, o conceito de extensão era definido por Souza Neto e Attiki (2005, p. 11) nos seguintes termos:

> [...] um processo educativo, que envolve ações de caráter científico, cultural e artístico, voltadas para a integração da instituição universitária, possibilitando, assim, uma efetiva participação da universidade na sociedade, reconhecendo em ambas possibilidades de aprendizagem e desenvolvimento do saber popular e científico.

Pode-se compreender, em uma visão global, que livros, artigos e documentos elaborados em encontros, seminários e congressos de extensão, bem como a legislação, sempre exploram conceitos de extensão universitária, alguns mais completos, outros nem tanto, mas que na sua maioria transmitem a essência da extensão. Na maioria das vezes, a extensão é uma via de mão dupla, quando ocorre a troca do conhecimento acadêmico que é levado à comunidade, que tem seu cotidiano “atualizado” e renovado dia a dia, e da mesma forma absorve o conhecimento popular para conduzi-lo de volta à universidade.

Considerando a extensão uma via de mão dupla, entende-se que haverá uma troca de saberes sistematizados, acadêmicos e populares, no momento em que docentes e discentes trarão um aprendizado que, submetido à reflexão teórica, será acrescido àquele conhecimento.

Já nas palavras de Vannucchi (2009, p. 59):

> O que admira, porém, é que se vai de um extremo a outro no debate sobre o conceito de extensão. Para uns, ela representa a própria razão de ser da universidade para outros, sua natureza e importância se justificaram, apenas, por determinadas circunstâncias de espaço e tempo.

3 I O DESENVOLVIMENTO HISTÓRICO DA EXTENSÃO NA UNIVERSIDADE DE SOROCABA – UNISO: 1951 A 2021

Conforme Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI 2020-2024, da Universidade de Sorocaba (UNISO, 2019), doravante Uniso, a origem da Instituição foi a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Sorocaba, criada como Faculdade Municipal, em 1951, mas que começou a funcionar quando o Bispado de Sorocaba aceitou administrá-la, em 1954, com os dois primeiros cursos: Pedagogia e Letras Neolatinas. No ano seguinte, três novos cursos: Filosofia, Geografia e História funcionando em tempo integral.

No período de 1958 a 1968, em virtude de um convênio firmado com a Secretaria da Educação do Estado, o ensino foi gratuito. Em 1967, começou o curso de Administração de Empresas e, em 1968, o de Matemática. Com a reforma do ensino e a "época Passarinho" na Educação, foi necessário criar, em 1970, cursos de Técnicas Comerciais, Artes Industriais e Estudos Sociais, e construíram-se novos prédios. Foram cursos circunstanciais, que se esvaziaram e se inviabilizaram no breve espaço de quatro ou cinco anos (UNISO, 2019).

As primeiras atividades de extensão aconteceram nas décadas de 60 e 70, quando cursos de extensão foram ministrados nas áreas de Letras, Ciências Sociais e Educação, e inúmeros eventos e semanas de cursos de graduação foram realizados à época da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. Em 1975, foi criado o curso Ciências Contábeis e, em 1988, Ciências Econômicas, na então Faculdade de Ciências Contábeis e Administrativas de Sorocaba – Faccas.

A extensão universitária, a partir do ano de 1984, foi ampliando suas atividades por meio de cursos de extensão oferecidos na área de Administração de Empresas e de Educação, a saber: Matemática Financeira, Fundamentos de Marketing, Mercado de Capitais, Análise dos Demonstrativos Financeiros, Metodologia da Pesquisa, Análise de Custos, Didática do Ensino Superior, dentre outros.

De 1988 a 1994, desenvolveu-se o projeto de criação da Universidade (Projeto Uniso). Dentro desse processo, constituíram-se, em 1992, as Faculdades Integradas Dom Aguirre (Fida) e, em 1994, pela Portaria MEC nº 1.364, de 13 de setembro de 1994, publicada no Diário Oficial em 15 de setembro de 1994, chegou-se à criação da Uniso.

Já em 1994, com a instalação da Universidade, a extensão na Instituição começou a ganhar corpo, articulada ao ensino e à pesquisa, dando-se início à criação dos Núcleos de Estudos dedicados à pesquisa e à extensão, como o Núcleo de Documentação e Pesquisa Histórica – NDPH, o Núcleo de Estudos Ambientais – NEAS, o Núcleo de Educação em Saúde – NESAU e o Núcleo de Cultura Afro-Brasileira – NUCAB. Em 1995, começaram a funcionar os cursos de graduação em Análise de Sistemas, Direito e Comunicação Social - habilitações: Jornalismo e Publicidade e Propaganda.

Em 1996, começou a funcionar o curso de Administração em Comércio Exterior e foi editada a Resolução do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão - CONSEPE

nº 01/96, que fixou as Normas para as Atividades de Extensão. Com isso, no dia 1º de março, foi criada a Coordenadoria de Extensão, tendo como responsável um docente da instituição. Nesse ano, também se iniciaram os primeiros trabalhos de alfabetização, com a implantação de quatro núcleos no assentamento do Movimento dos Sem Terra, e novos Núcleos de Estudo foram criados: Núcleo de Estudos Empresariais – NEEUS, Núcleo de Estudos da Comunicação – NEC, Núcleo de Esportes, Lazer e Recreação – NERUS e Núcleo de Estudos em Matemática – NEM. Houve, ainda, a adesão da Uniso à Rede Interuniversitária do Trabalho – Unitrabalho, sendo, inclusive, a instituição uma de suas fundadoras. Em agosto do mesmo ano, teve início o primeiro Mestrado da Uniso, na área da Educação.

Em 1997, o curso de Letras passou a ter também a habilitação em Português/ Espanhol. Foi também aprovado o Projeto Institucional e Pedagógico da Uniso, que frisa que para praticar a extensão na Universidade, deve-se:

> a) tornar acessível à comunidade os conhecimentos produzidos pela Universidade e a sistematização do conhecimento universal;
>
> b) favorecer o intercâmbio da Universidade com outras instituições dentro dos seus objetivos;
>
> c) dar condições para que a comunidade local e regional tenha acesso aos conhecimentos produzidos pela Universidade e passe a aplicá-los em suas atividades;
>
> d) articular o ensino e a pesquisa como modo de suprir as necessidades da comunidade local, regional e do país;
>
> e) promover e divulgar os conhecimentos produzidos pela comunidade. (UNISO, 1997).

Ainda em 1997, com a reestruturação dos órgãos administrativos, um grande passo foi dado, criando-se a Pró-Reitoria Comunitária – a PROC, sendo nomeado um docente da instituição como Pró-Reitor. Essa Pró-Reitoria, enquanto órgão executivo, ficou responsável por superintender e coordenar as atividades de extensão e atendimento à comunidade interna e externa da Universidade, estando subordinada a ela todas as iniciativas tendentes a desenvolver a prática extensionista e o espírito comunitário da Universidade.

Em 1998, Hotelaria, Turismo, Terapia Ocupacional e Farmácia começaram a funcionar, bem como houve a reformulação do curso de Matemática. Nesse ano, também começou a ser desenvolvido o Programa de Iniciação Científica da Universidade e foram instalados o Núcleo de Estudos Jurídicos – NEJU, o Núcleo de Estudos Educacionais – NEED e o Núcleo da Maturidade – NEMA, que desde 2002 é chamado de Universidade da Terceira Idade, oferecendo anualmente aproximadamente 25 cursos de extensão de idiomas, de informática, de saúde, de canto coral, entre outros. Também foi implementado o Projeto de Educação de Jovens e Adultos “Sorocaba 100 Analfabetos”, que desde 2006 é denominado Programa de Educação de Jovens e Adultos da Uniso - Proeja, o qual é

desenvolvido por meio de parcerias com a cidade de Sorocaba e cidades da região.

A partir de 1999, foram implantados novos núcleos e programas para difundir conhecimentos e prestar serviços à comunidade, como o Serviço de Assistência Judiciária – SAJU, o qual englobou as atividades que estavam previstas no Núcleo de Estudos Jurídicos, criado em 1998. Nesse ano, também foi inaugurada a Cidade Universitária, o maior campus da Uniso na atualidade. Vale destacar que, em 1999, também houve reformulação no Regimento da Universidade, prevendo, no Capítulo V – Da Extensão, Artigo 67, que a extensão universitária ocorrerá por meio de cursos e serviços, com o objetivo de integrar a Universidade com a comunidade local e regional.

Em julho de 2000, foram inaugurados os laboratórios da área da Saúde e, em setembro, os de Hotelaria e Turismo. Nesse ano, também foi inaugurado o Núcleo de Terapia Ocupacional, oferecendo serviços para a comunidade.

Em 2001, começaram a funcionar os cursos de Sistemas de Informação e Nutrição e as primeiras atividades em Educação a Distância na Universidade. Em 2002, tiveram início os cursos de Ciência da Computação e de Administração: habilitação em Administração de Negócios, e foram inaugurados o Laboratório de Nutrição e a Farmácia Comunitária, em parceria com a Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC/SP, câmpus Sorocaba. Outro fato importante desse ano refere-se à extinção de alguns núcleos de estudo, sendo que as atividades de ensino, pesquisa e extensão desenvolvidas por eles ficaram institucionalizadas nos cursos de graduação, permanecendo com a nomenclatura de núcleo apenas o NUCAB, o NERUS e o NEAS, por serem de reconhecida inserção local e regional.

Com a mudança do Estatuto da Uniso, em dezembro de 2002, a PROC passou a ser denominada Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Comunitários – PROEXT, mostrando a vital importância que a Extensão tem para a Uniso.

No ano de 2003, teve início o funcionamento de três novas licenciaturas: Letras: habilitação em Português e Literaturas da Língua Portuguesa, Letras: habilitação em Inglês e Literatura da Língua Inglesa e Pedagogia, com duas habilitações distintas: Docência nas Séries Iniciais do Ensino Fundamental e Docência na Educação Infantil. Os Cursos Superiores de Tecnologia também se iniciaram nesse ano, com Gestão de Negócios Imobiliários, Gestão Financeira e Bancária e Gestão Ambiental.

O ano de 2004 representou um novo avanço, com a aprovação pelo Conselho Universitário - Consu das Normas de Extensão e do Programa de Bolsas de Extensão – Probex. O Probex tinha, no momento, como objetivos, intensificar a prática da Extensão na Universidade, com a participação ativa de alunos da graduação, contribuindo para sua formação e intensificando as relações entre a universidade e a comunidade. Nesse ano, começaram a funcionar os cursos de Comunicação Social: habilitação em Relações Públicas, Física, Pedagogia: habilitação em Administração Educacional e Teatro: habilitação em Arte-Educação. Também foi inaugurada a nova Biblioteca Central, na Cidade Universitária, e

iniciadas ações para criação de um novo núcleo cultural, com a parceria da Uniso e o Centro Musical Sorocabano – CMS, ao lado de diversos projetos e programas de ação comunitária, como o Programa Escola da Família (em parceria com a Secretaria Estadual da Educação) e a parceria com a Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor – FEBEM, hoje denominada de Fundação Centro de Atendimento Socioeducativo ao Adolescente – CASA, no oferecimento de oficinas profissionalizantes para jovens internos, como cursos de Informática, de Garçom, de Fotografia Digital e de Corte de Cabelo.

Neste momento, a Uniso voltou-se fortemente para a oferta de cursos de extensão, destacando-se a capacitação de professores da Rede Estadual de Ensino com o Programa Teia do Saber, ministrando cursos na área de Língua Portuguesa, Matemática, Física, Geografia, História, Artes, e também cursos de capacitação para funcionários de empresas de Sorocaba e região.

Já em 2005, deu-se início aos cursos de Química, Gastronomia, Gestão de Recursos Humanos e Gestão de Logística. Também houve, nesse ano, a implementação de novos projetos extensionistas, como as parcerias com o Instituto Rede Arte na Escola, o Parque Zoológico Municipal Quinzinho de Barros (monitoria de educação ambiental), a Fundação de Amparo ao Preso – Funap (com bolsas de estudos para presos do regime semi-aberto), o Hospital Grupo de Pesquisa e Assistência ao Câncer Infantil - GPACI, o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome / Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – MDS/PNUD (que habilitaram a Uniso como Universidade parceira no Programa Inclusão Produtiva de Jovens), e a Ordem dos Advogados do Brasil (Projeto Direito e Denúncia).

Em 2006, começaram a funcionar os Cursos Superiores de Tecnologia em Gestão de Marketing de Varejo, Gestão de Produção Industrial, Gestão Financeira, Design Gráfico e o bacharelado em Biotecnologia. Também, foi recomendado pela Capes o reconhecimento do Programa de Mestrado em Comunicação e Cultura, na área de concentração em Mídias e com as Linhas de Pesquisa: “Comunicação Midiática” e “Produção Cultural Midiática”.

Em 2006, a Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Comunitários reestruturou os programas e projetos de extensão conforme dispõe a Rede Nacional de Extensão - RENEX e também a Política de Extensão da Universidade de Sorocaba, aprovada pelo Conselho Universitário. A partir de então, a extensão universitária passa a ser praticada em oito grandes áreas: Comunicação, Cultura, Direitos Humanos e Justiça, Educação, Meio Ambiente, Saúde, Tecnologia e Produção, e Trabalho.

Em 2007, os cursos de Gestão Ambiental, Gestão da Produção Industrial, Logística e Marketing revisaram suas denominações e seus Projetos Pedagógicos em razão da necessidade de adequarem-se ao Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia definido pelo MEC. Respeitando às Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Administração e em Pedagogia, extinguiram-se as habilitações existentes nesses dois cursos. No mesmo ano, Comércio Exterior, antiga habilitação do Curso de

Administração, passa a ser oferecida como bacharelado. Também, foi recomendado pela Capes o reconhecimento do terceiro mestrado da Instituição, em Ciências Farmacêuticas, e os programas de Mestrado em Educação e em Comunicação e Cultura receberam, respectivamente, conceitos 4 e 3 na avaliação trienal daquela Coordenação.

No ano de 2008, deu-se início ao funcionamento dos primeiros cursos de Engenharia da Universidade, em Engenharia de Produção e Engenharia Ambiental, além do funcionamento do Curso de Gestão de Equinocultura. Também foi recomendado, pela Capes, o primeiro doutorado da Universidade, em Educação.

No plano externo, a Uniso passou a ser uma das afiliadas ao Fórum Nacional de Extensão e Ação Comunitárias das Universidades e Instituições de Ensino Superior Comunitárias – ForExt.

Já em 2009, a Universidade iniciou o funcionamento dos Cursos de Design de Interiores, Design do Produto e Gestão da Qualidade, além do bacharelado em Design. Com a criação de vários cursos na Universidade ao longo do tempo, em 2009 também foi aprovado, pelo Conselho Universitário, um novo roteiro balizador para a elaboração de Projetos Pedagógicos de Cursos de graduação. No que tange à extensão e sua integração com a pesquisa e o ensino, esse roteiro assim estabelece:

> Essa integração deverá acontecer intra e intercursos, considerando que:
>
> - o ensino é a finalidade primeira dos cursos de graduação, como processo construtivo e permanente, que oferece e articula conhecimentos formalmente estruturados e saberes tácitos, de maneira crítica e criativa;
>
> - a pesquisa deve nascer na graduação e fortalecer a implementação da pós-graduação.
>
> - a extensão torna acessível à sociedade o conhecimento de âmbito universitário e, reciprocamente, faz chegar à Universidade os desafios da realidade social. Cabe ao Colegiado do Curso estruturar e propor, no Projeto Político-Pedagógico, algumas sugestões de atividades que integram Ensino, Pesquisa e Extensão, conforme as características e as possibilidades do curso e sempre à luz da missão da Uniso (UNISO, 2009).

Em 2010, a Uniso iniciou um novo período de gestão, com a posse de uma nova Reitoria. Nesse sentido, houve a integração das Pró-Reitorias de Graduação, de Pós-Graduação e Pesquisa e de Extensão e Assuntos Comunitários em uma nova Pró-Reitoria, a Acadêmica. Também houve a concentração da maior parte das atividades institucionais na Cidade Universitária e no Câmpus Trujillo, ficando o Câmpus Seminário apenas com atividades de extensão e de atendimento à comunidade externa. Nesse ano, também iniciaram suas atividades os seguintes cursos de graduação: Arquitetura e Urbanismo, Artes Visuais, Dança, Educação Física, Enfermagem, Engenharia Civil, Engenharia da Computação, Engenharia de Controle e Automação, Engenharia Elétrica, Engenharia Química, Estética e Cosmética, Fisioterapia, Gestão Comercial, Música e Processos Gerenciais. Dentro das ações extensionistas, a Uniso também assina convênio com a

CAPES para oferecer o curso de Pedagogia para docentes da educação básica pública que atuam em sala de aula e ainda não possuem formação universitária.

Em 2011, o Conselho Universitário aprovou a criação do curso de Psicologia, modalidade bacharelado e, em 2012, começou a funcionar as atividades do primeiro curso de Medicina Veterinária da região. O Núcleo de Terapia Ocupacional ampliou suas atividades, abarcando agora toda a área da Saúde da Universidade, e passou a denominar Núcleo de Saúde. Ainda, nesse mesmo ano, efetuou-se a parceria da Universidade com o Instituto Nextel, atuando no desenvolvimento de jovens, a fim de ampliar as oportunidades de inserção no mercado formal de trabalho.

Em 2013, dando continuidade a seu processo de expansão, começaram a funcionar os cursos de graduação em Agronomia, Design de Moda, Educação Física (bacharelado), Engenharia de Alimentos, Engenharia de Bioprocessos e Biotecnologia, Engenharia de Materiais, Eventos, Geografia, Jogos Digitais, Letras: Português-Espanhol, Psicologia, Química Industrial, Relações Internacionais e Segurança do Trabalho. Também nesse ano, foi recomendado pela Capes o Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu*, Mestrado Profissional, em Processos Tecnológicos e Ambientais, e inaugurado o Bloco F. Ainda, foi aprovado no Conselho Universitário o "Programa Uniso Cada Vez Melhor", gerenciado por um Comitê de Melhoria da Qualidade, o qual fica responsável por analisar propostas de desenvolvimento institucional para a Universidade, encaminhadas pelos Colegiados de Curso e Setores, semestralmente.

Em 2014, as primeiras propostas de melhoria para a Universidade começaram a ser desenvolvidas, como o Programa de Aperfeiçoamento Técnico-Administrativo. Nesse ano, começou a funcionar o curso de Ciências Biológicas e a Universidade também deu entrada em seu processo de credenciamento institucional para a Educação a Distância, acompanhado do pedido de autorização do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Ambiental nesta modalidade, bem como aprovou seu novo Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI, com vigência 2015-2019.

Em 2015 a Universidade protocolou, no Ministério da Educação, o pedido de autorização do curso de Odontologia. Neste ano, investindo na capacitação docente, o Programa de Aperfeiçoamento Docente - PAD foi reformulado, focando suas atividades em oficinas sobre metodologias ativas de aprendizagem. Também foi aprovado pelo MEC o segundo doutorado da Universidade, em Ciências Farmacêuticas, além da Universidade receber a visita para credenciamento institucional para Educação a Distância.

Em 2016, a Universidade obteve a autorização para funcionamento do curso de Odontologia pelo Ministério da Educação, bem como o credenciamento institucional para oferecimento de cursos superiores de graduação e pós-graduação a distância. Nesse ano, também ampliou a utilização de nossas ferramentas tecnológicas no processo de ensino aprendizagem, principalmente por meio da aquisição e ampliação do acervo da biblioteca virtual. Há de se destacar, também, a criação de um novo projeto de extensão, o qual

oferece curso pré-vestibular para alunos de escolas públicas.

No ano de 2017, deu-se início a oferta dos cursos de Biomedicina, Moda e Odontologia. Neste mesmo ano, todos os programas de pós-graduação stricto sensu da Universidade obtiveram conceito 4 na avaliação quadrienal da Capes.

Já em 2018, a Uniso iniciou um novo período de gestão, havendo reestruturação na Reitoria, formada agora pelo Reitor (que assume, também, as funções da então Pró-Reitoria Administrativa), pelo Pró-Reitor de Graduação e Assuntos Estudantis e pelo Pró-Reitor de Pós-Graduação, Pesquisa, Extensão e Inovação. Estas duas novas Pró-Reitorias foram criadas pelo desmembramento da então Pró-Reitoria Acadêmica. Neste ano, a Uniso também recebeu a avaliação para seu recredenciamento institucional perante o Ministério da Educação, obtendo o Conceito Final 5. Além disso, fortalecendo as ações da extensão e da pesquisa, a Uniso entrou no Programa de Residência Pedagógica da Capes, houve o primeiro reconhecimento de título de mestrado obtido em Instituição Estrangeira pela Uniso, foram publicadas duas edições da Revista Uniso Ciência / Science @ Uniso e o Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Comunicação e Cultura obteve a recomendação de seu curso de Doutorado.

No ano de 2019, foi aprovado o Doutorado Profissional no Programa de Pós-Graduação em Processos Tecnológicos e Ambientais, bem como foram criados o STHEMDA Lab e a STHEMDA Innovation Agency, para amplicar as ações de ensino, pesquisa e extensão com a comunidade. Nesse ano, o curso de Fonoaudiologia iniciou suas atividades, bem como foram inaugurados o GameLab e a Clínica de Odontologia da Universidade. A Instituição, também se preocupando com o bem-estar da comunidade acadêmica, inaugurou quatro praças e disponibilizou diversas bicicletas para locomoção na Cidade Universitária Professor Aldo Vannucchi. Ainda, foi aprovado o novo PDI, com vigência para 2020-2024.

Em 2020, deu-se início o curso de Ciências Biológicas, na modalidade licenciatura, e o curso de Educação Física passou por reformulação curricular, para se adequar às suas Diretrizes Curriculares Nacionais. A Biblioteca “Aluísio de Almeida” também inaugurou novos espaços para propiciar melhor convivência e ambiência de estudo aos discentes. Ainda, em razão da crise sanitária e pandêmica do novo coronavírus, a Universidade precisou adequar todas as suas atividades acadêmicas e administrativas para o uso de recursos de Tecnologia Digitais de Informação e Comunicação – TDICs. As aulas dos componentes curriculares passaram a ser ofertadas de forma on-line e síncrona, no horário em que elas ocorreriam no presencial. As atividades práticas dos cursos foram oferecidas presencialmente, respeitando-se o Plano de Retorno Gradual às Atividades Presenciais da Universidade, aprovado pelo Conselho Universitário. Nesse ano, a Uniso também atingiu a marca de 50.000 estudantes formados em seus mais diversos cursos de graduação.

Em 2021, foi aprovado pelo Conselho Universitário novo Plano de Retorno Gradual às Atividades Presenciais, em conformidade com o Plano São Paulo, o qual possibilitou

a ampliação de aulas e atividades curriculares presenciais. A Uniso também foi parceira do poder público na vacinação contra a Covid-19, cedendo os espaços da Cidade Universitária para que 92.974 doses de vacina fossem aplicadas na população sorocabana, com o auxílio de professores e alunos. A Universidade também inaugurou: seu Parque Tecnológico, denominado Uniso Tech, para oferecer, por meio de um espaço colaborativo, suporte técnico ao desenvolvimento das empresas de Sorocaba e Região; e sua Usina de Energia Solar, primeiro passo rumo à autonomia energética da Instituição. A Uniso Virtual foi remodelada, passando a Universidade a oferecer 22 cursos na modalidade educação à distância. Ainda, o Conselho Universitário aprovou, após período de estudo por uma Comissão Especial nomeada pela Reitoria, a nova política curricular da Universidade, focada no ensino por competências. Dentre as ações previstas nestas novas Diretrizes, há orientações para a prática de curricularização da extensão, como resultado de atividades integradoras com o ensino e com a pesquisa, conforme segue:

> O tripé da Universidade é formado pelo ensino, pela pesquisa e pela extensão. A prática da pesquisa como ferramenta de busca para o conhecimento e a prática da extensão como aplicação deste devem ser incentivadas nas práticas pedagógicas de todos os componentes curriculares. A busca pelo conhecimento e sua aplicabilidade devem sobrepor a simples transmissão do conhecimento. Desta forma, os componentes curriculares devem privilegiar práticas pedagógicas que se utilizem da pesquisa e da extensão universitária como ferramentas de ensino. Os espaços formais nas matrizes curriculares destinados à prática da extensão, devem, obrigatoriamente, fazer a conexão com o objeto/área do saber dos cursos em que estão inseridos, de forma a não dissociar a prática extensionista da área do conhecimento do estudante. A porcentagem de atividades extensionistas dentro das matrizes curriculares dos Cursos devem seguir o que preconiza a legislação vigente (UNISO, 2021).

Atualmente, é importante destacar que, dentro da organização do Ensino Superior Nacional, a Uniso é concebida como uma universidade: a) **Comunitária,** tanto pela propriedade como pela gestão, pois é propriedade da comunidade e não do Estado nem de particulares. Por isso, para geri-la, a Uniso conta com colegiados internos, como os Colegiados de Curso, constituídos no âmbito de cada curso de graduação e de cada programa de pós-graduação *stricto sensu* e formados pelo coordenador, professores e um representante estudantil, e o Conselho Universitário, órgão máximo de natureza deliberativa, constituído por dirigentes, professores, estudantes, funcionários e representantes da entidade mantenedora e da comunidade externa; b) **Não confessional**, ou seja, embora a sua Entidade Mantenedora tenha sido instituída pelo Bispado de Sorocaba, a Uniso não é propriedade da Igreja Católica nem tem proposta acadêmica a ela vinculada, mas se inspira em valores cristãos; c) **Regional**, porém, sem perder suas características universais, a Uniso está atenta às características e às necessidades da Região Metropolitana de Sorocaba. Nessa Região, a Uniso está crescentemente inserida, produzindo e disseminando o saber, com efetividade social, como agente poderoso de operacionalização das expectativas

básicas da coletividade regional; d) **De qualidade**, ou seja, dimensionada pela busca de uma constante e expressiva concretização da universalidade do saber e pela coerência com o seu projeto pedagógico pautado pelos critérios de avaliação dos órgãos competentes e não pelo mero crescimento quantitativo (UNISO, 2021).

Por fim, é fundamental saber e vivenciar aquilo que é o fulcro e o propósito básico da Uniso, ou seja, a sua Missão:

> Ser uma Universidade Comunitária que, por meio da integração do ensino, da pesquisa e da extensão, produza conhecimentos e forme profissionais, em Sorocaba e Região, para serem agentes de mudanças sociais, à luz de princípios cristãos (UNISO, 2019)

Ao longo dos anos, a prática extensionista na instituição tem-se organizado por meio de: a) programas, que podem ser criados pela própria Reitoria ou a pedido das Coordenações de Cursos de graduação; b) de projetos de extensão, podendo ser desenvolvidos com financiamento próprio; c) de eventos; e d) do oferecimento de cursos de extensão em diversas áreas.

O Programa de Bolsas de Extensão também mantêm forte o vínculo da Universidade com a sociedade, tendo como objetivos: intensificar a prática de Extensão, indissociável do ensino e da pesquisa; formar e qualificar o estudante da graduação, mediante sua participação em projetos, programas e atividades de extensão e ação comunitária, integrando-o à realidade social; reforçar a integração da Uniso na Comunidade. Esse Programa, desde a sua institucionalização, tem articulado anualmente cerca de 40 projetos com a comunidade interna e externa.

4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse capítulo procurou, de maneira objetiva, identificar as fases do processo de expansão da Universidade de Sorocaba, desde a sua criação como Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras.

Durante a investigação realizada, foi possível observar que as atividades de extensão universitária acontecerem de maneira isolada ou específica, por meio de ações que os cursos de graduação desenvolveram. Mesmo sem ter um conceito prévio sobre a extensão, a Instituição não se limitou em proporcionar a troca de saberes com a comunidade.

A aprovação das normas de extensão na Uniso, com o objetivo de intensificar a prática da Extensão na Universidade e a participação ativa de estudantes da graduação nessas práticas, as quais contribuem para sua formação e intensificam as relações entre a universidade e a comunidade, foi sem dúvida um marco na história da Instituição, consolidando e fortalecendo o seu papel enquanto Universidade transformadora da sociedade.

Diante do que foi possível pontuar, acreditamos que este capítulo pode contribuir para o amadurecimento dos conceitos aqui levantados, especialmente no campo da

prática extensionista. Talvez seja possível (se não, necessário) retomar em um futuro breve as discussões sobre a Política de Extensão da Uniso e, quem sabe, propor algumas reformulações, principalmente pelo novo desafio que se coloca atualmente com a implementação da curricularização da extensão nos Projetos Pedagógicos dos Cursos de graduação, que deverá estar integralmente consolidada até o final de 2022.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília, DF: Senado, 1988.

BRASIL. Ministério da Educação. Lei n° 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 23 dez. 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. Lei n° 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 26 jun. 2014.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Resolução CNE/CES nº 7, de 18 de dezembro de 2018. Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação - PNE 2014-2024 e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 19 dez. 2018.

FOREXT. FÓRUM NACIONAL DE EXTENSÃO E AÇÃO COMUNITÁRIA. Estatuto. Belo Horizonte: PUC-MG, 2006. Disponível em <http://portal.pucminas.br/documentos/estatutoforext.pdf> Acesso em: 16 abr. 2020.

FORPROEX. FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS. Plano Nacional de Extensão Universitária. v.1. Ilhéus (BA): Editus, 2001.

FREIRE, P. **Extensão ou comunicação**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

ROCHA, R. M. G.; NOGUEIRA, M. D. P. Extensão Universitária no Brasil: uma revisão conceitual. In: FARIA, D. S. **Construção conceitual da Extensão na América Latina**. Brasília: UNB, 2001.

SOUZA NETO, J. C.; ATTIKI, M. L. G. **Extensão Universitária**: Construção de Solidariedade. São Paulo: Expressão & Arte, 2005.

UNISO. UNIVERSIDADE DE SOROCABA. Resolução Consu Nº 010/97. **Aprova o Projeto Institucional e Pedagógico da Universidade de Sorocaba.** Sorocaba: Uniso, 1997.

UNISO. UNIVERSIDADE DE SOROCABA. Resolução Consu Nº 046/09. **Aprova o novo Roteiro para Elaboração de Projetos Político-Pedagógicos dos cursos de graduação da Universidade de Sorocaba.** Sorocaba: Uniso, 2009.

UNISO. UNIVERSIDADE DE SOROCABA. Resolução Consu Nº 071/19. **Aprova o Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI 2020-2024 da Universidade de Sorocaba.** Sorocaba: Uniso, 2019.

UNISO. UNIVERSIDADE DE SOROCABA. Resolução Consu Nº 014/21. **Aprova Diretrizes Curriculares Nacionais dos Cursos de Graduação da Universidade de Sorocaba.** Sorocaba: Uniso, 2021.

VANNUCCHI, A. **Universidade Comunitária**. São Paulo: Loyola, 2009.

CAPÍTULO 7

MEMÓRIA E SUBJETIVIDADE DE UMA CENA MUSICAL ATRAVÉS DA HISTÓRIA ORAL

Data de aceite: 02/05/2022
Data de submissão: 08/03/2022

Plácido Oliveira Mendes
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Vitória da Conquista – Bahia
http://lattes.cnpq.br/5463391500618681

Felipe Eduardo Ferreira Marta
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Vitória da Conquista – Bahia
http://lattes.cnpq.br/6116223353042882

RESUMO: O estudo da memória exige do pesquisador alto nível de cuidado que se inicia pelo conhecimento do próprio termo. Somente desta forma é possível escolher o método de trabalho mais adequado, a fim de se obter os resultados esperados da forma mais eficaz. A história oral revela-se como um conjunto de técnicas especialmente adequado à pesquisa em memória, capaz de perceber as diversas subjetividades humanas através das entrevistas, capturadas por ferramentas tecnológicas em áudio e vídeo para, então, serem convertidas à linguagem escrita. Através da história oral foi possível abordar, da maneira mais condizente aos objetivos da nossa pesquisa, a memória da cena musical do rock em Vitória da Conquista-BA durante o período de 2000 a 2019. A experiência revelou grande rol de possibilidades de análise do conteúdo colhido, sendo possível, inclusive, perceber novas nuances para futuras revisitas ao material original, considerando-se o arquivo em vídeo como o mais próximo da experiência *in loco* e, portanto, grande fonte de dados subjetivos, impossíveis de serem transmitidos com a devida fidelidade através da linguagem escrita.
PALAVRAS-CHAVE: Memória. História oral. Subjetividade. Fonte oral. Cena musical.

MEMORY AND SUBJECTIVITY OF A MUSICAL SCENE THROUGHT ORAL HISTORY

ABSTRACT: The study of memory demands a high level of caution from the researcher, which begins with the knowledge of the term itself. Only with this procedure is it possible to choose the most suitable working method, in order to obtain the expected results in the most effective way. Oral history reveals itself as a set of techniques especially suited to memory research, capable of perceiving human subjectivities through interviews, captured by technological tools in audio and video to then be converted to written language. Through oral history, it was possible to approach, in the most appropriate way to the objectives of our research, the memory of the rock music scene in Vitória da Conquista-BA during the period from 2000 to 2019. The experience revealed a great range of possibilities for content analysis collected, and it is even possible to perceive new nuances in future revisits to the original material, considering the video file as the closest to the live experience and, thus, a great source of subjective data, impossible to be transmitted with due fidelity. through written language.
KEYWORDS: Memory. Oral history. Subjectivity.

Oral source. Music scene.

1 I INTRODUÇÃO

O estudo da memória, sobretudo em nível científico, através de programas de pós-graduação, revela-se desafiante ao pesquisador recém-ingressado. No contexto do Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, de natureza multidisciplinar (significando que o corpo discente não necessariamente será constituído por graduados em ciências sociais), percebe-se, pelos corredores, salas de aula e grupos de WhatsApp, um certo (e natural) sentimento de angústia causado pela dificuldade em se *decifrar* determinados conceitos e lógicas que, pouco a pouco, serão absorvidos. Isto, seguramente, podemos atribuir a uma forte gama de equívocos e preconceitos que acompanham o tema da memória desde tempos remotos, integrando-se ao senso comum. Não é, nem de longe, difícil conceber que muitos pós-graduandos em Memória ingressam ao curso sem uma ideia ao menos razoável do significado desta aparentemente simples palavra. Enquanto a História, de um lado, busca desconstruir o senso comum que, geralmente, a atribui a associação entre eventos, nomes e datas ("o Brasil foi *descoberto* por Pedro Álvares Cabral em 22 de abril de 1500"), à memória, de outro, costuma ser atribuída a capacidade de armazenar informações mentalmente (mnemônica) ou mesmo a confusão com a história. Assim, façamos agora um breve exercício de imaginação: torna-se perfeitamente compreensível conceber o grau de dificuldade enfrentado por um novo mestrando em Memória, advindo de uma graduação em uma das subáreas da saúde, ciências naturais ou exatas. Dificilmente estas pessoas foram submetidas, anteriormente, a reflexões conceituais acerca de história e memória, logo, o único conhecimento disponível até o momento seria o advindo do senso comum.

Ao pesquisador que fará uso da história oral como método, torna-se necessário refletir, de imediato, sobre essas diferenças, tendo em mente a natureza dos seus objetivos, afinal, cada pesquisa traz em si características únicas que exigem formas de atuação adequadas ao seu eficaz desenvolvimento. Podemos ilustrar de forma simples: se alguém precisa de um veículo econômico e básico para se locomover diariamente da sua residência ao seu local de trabalho, e lhe é oferecido um rol composto por um Fusca, uma Ferrari e uma carreta, sabe-se que é possível chegar ao destino com qualquer das opções, afinal, são todos veículos. Porém, de acordo com o objetivo proposto, não faria sentido escolher um carro luxuoso, de alta potência e valor financeiro, tampouco um veículo destinado ao transporte de cargas pesadas, de difícil manobra e custo. Isso desconsiderando-se outros fatores, como o preço de cada um e a categoria de habilitação exigida que, em si, possivelmente inviabilizariam a escolha. Ao se fazer a seleção adequada, economiza-se tempo, esforço, minimiza-se os riscos e alcança-se maior eficácia. Da mesma forma, é fundamental ao pesquisador conscientizar-se acerca do terreno em que trabalhará, tendo

em mente seus objetivos, para, então, escolher o método mais adequado. Aqui trataremos de uma situação onde a história oral assume este papel.

2 I HISTÓRIA ORAL E SUBJETIVIDADE

Nossa pesquisa, ainda em andamento, debruça-se sobre a memória da cena *rock* independente em Vitória da Conquista-BA, no recorte temporal de 2000 a 2019, enfatizando-se o fator *música autoral*. Após uma análise prévia, elegemos a história oral como principal "conjunto de procedimentos" (MEIHY; HOLANDA, 2007, p. 15) para a obtenção de fontes, uma vez que trata-se de uma pesquisa em memória e, ainda que fosse essencialmente histórica, não haveria fontes bibliográficas e documentais suficientes para um resultado por nós considerado satisfatório. Revela-se um tema pouco abordado, sobretudo em nível local, logo, pouco documentado. A cena do rock conquistense, conforme constatamos através das quatorze entrevistas realizadas e documentos escritos captados, enxergava-se, não por acaso, como marginal e desvalorizada pelas demais vertentes sociais. Um gênero musical estrangeiro, de natureza propositadamente agressiva e contestadora que se refletia também no aspecto visual (a "tribo dos camisas pretas"), muitas vezes não foi considerado "digno" de atenção/registro, como comprovamos através da quase total ausência de documentação no Arquivo Público Municipal, ainda que o tradicional *Point do Rock*, palco dedicado ao estilo nas micaretas anuais (extintas em 2008) durante boa parte do recorte, fosse financiado por dinheiro público e espaços como o Teatro Municipal Carlos Jehovah e a concha acústica do Centro de Cultura Camillo de Jesus Lima (estadual) houvessem se tornado icônicos para a cena.

Ao tratarmos sobre a (não) importância do rock autoral conquistense, portanto, percebemos ser mais adequado abordar as impressões de pessoas que fizeram/fazem parte da cena, de diferentes ângulos (músicos, produtores, jornalistas, frequentadores) do que traçar uma "simples*"* cronologia de eventos e de formação/dissolução de bandas ou espaços (que detêm, sim, importância para um estudo posterior, sob outros aspectos). Isto porque abordar a memória significa acessar elementos que guardam forte relação com sua significação para os atores envolvidos. Um acontecimento que manteve-se vivo na memória de um grupo ocupando um *espaço* diferenciado, certamente é um marco fundamental à identidade desse grupo, muitas vezes denominado por nós como *cena*[1].

---

1 Trabalhamos aqui com o conceito de "*cena musical"* desenvolvido através dos textos de Will Straw, compreendendo, resumidamente, um conjunto formado por pessoas, geralmente jovens, em ambiente urbano, unidos pela musicalidade (o rock, em nosso contexto), ocupando e transformando espaços, que passam a se tornar simbólicos e associados àquele grupo perante a sociedade geral. As pessoas-membros nutrem um sentimento de pertencimento, trabalhando em prol da manutenção da "*cena"*, assumindo funções típicas, como músicos/bandas, produtores, proprietários de espaços culturais, jornalistas, técnicos de som, divulgadores e o próprio público consumidor. Importante destacar que uma "*cena"* necessariamente é independente e criada por esse conjunto de pessoas e espaços. Desta forma, não caberia, por exemplo, aplicar o conceito ao mercado da música sertaneja no Brasil, fortemente patrocinado por grandes corporações e a mídia dominante. Não raro, o termo aparecerá como semelhante ao do "*grupo"* abordado por Maurice Halbwachs, ciente de que a "*cena"* compreende, ainda, diversos subgrupos: a "*cena musical"* do rock compõe, ilustrativamente, o grupo dos *punks*, dos *indies*, dos *metaleiros*, dos envolvidos com os bastidores de eventos, dos que se

Aqui percebemos uma diferença fundamental entre história e memória: enquanto a última ocupa-se de elementos subjetivos presentes no íntimo de cada pessoa, como o simples fato de se lembrar de (ou relatar) determinado aspecto do passado, a primeira necessita da verificabilidade, geralmente sob a forma de documentos escritos. Este aspecto da memória tornou-a alvo de inúmeras críticas e ressalvas, uma vez que se sujeitaria facilmente a distorções. A história oral, enquanto importante ferramenta de "captura" da memória, até hoje ainda é alvo das mesmas desconfianças.

> Fontes orais são aceitáveis mas com uma credibilidade ***diferente***. A importância do testemunho oral pode se situar não em sua aderência ao fato, mas de preferência em seu afastamento dele, como imaginação, simbolismo e desejo de emergir. Por isso, não há "***falsas"*** fontes orais. Uma vez que tenhamos checado sua credibilidade factual, que são requeridos por todos os tipos de fontes em qualquer circunstância, a diversidade da história oral consiste no fato de que afirmativas "***erradas"*** são ainda psicologicamente ***"corretas"***, e que esta verdade pode ser igualmente tão importante quanto registros factuais confiáveis. (PORTELLI, 1997, p. 32)

Reiterando nosso exemplo sobre a escolha do veículo adequado, deve-se levar em consideração as características da pesquisa, bem como os objetivos a se atingir. Quando decidimos pesquisar acerca da importância da música autoral no processo de firmação da identidade de um grupo inserido numa comunidade urbana – a cena rock de Vitória da Conquista – como um importante aspecto no grande mosaico cultural que constitui a cidade, seguramente mostra-se mais adequado captar o aspecto subjetivo de membros do grupo do que analisar números e nomes relacionados a eventos de rock. Daqui, destacamos que um dos mitos depreciadores da história oral, o de que ela não passaria de um "paliativo" para casos em que não houvessem fontes documentais e bibliográficas suficientes para o desenvolvimento da pesquisa, desmonta-se por completo. Não há, pois, uma hierarquia de importância entre os métodos, mas a detecção e adoção do método mais adequado, de acordo com seu próprio contexto.

Ainda sobre preconceitos científicos, há a questão da infundada rejeição à fonte oral, considerada por muitos como imprecisa e pouco confiável em relação à fonte escrita, naturalmente (para não dizermos "automaticamente") aceita como válida e "digna", como se, *necessariamente,* carregasse em si algum lastro de autenticidade que permita a sua incontestável utilização pela ciência. Ora, aqui deve-se refletir sobre a natureza da fonte: o ser humano utiliza-se, para comunicar-se, da *linguagem*, que pode apresentar-se através de formatos diversos: a escrita (que também subdivide-se em categorias como a poesia, o romance, o texto dissertativo, etc.), a visual, a sonora, a corporal, envolvendo inúmeras outras categorias e subcategorias que envolvem as artes e outras técnicas. Logo, a escrita revela-se como *uma* das formas de comunicação humana. Assim, não constitui, a escrita em si, sinônimo da precisão, objetividade e fidelidade buscadas pela ciência.

---

limitavam ao papel de *público*, etc.

Muitos documentos escritos têm origem na oralidade. A própria história oral não limita-se à gravação em si dos depoimentos: compreende, ainda, etapas prévias, descritas no projeto de pesquisa, incluindo a roteirização, e etapas posteriores, como a transcrição inicial e edições seguintes, com o objetivo de se formatar o texto para o veículo que o tornará público (um relatório de pesquisa, um livro, uma revista, uma publicação em *website*...). O depoimento gravado torna-se documento escrito, mas não é pelo simples fato de ser convertido que o texto sofre uma "elevação de status". Não é o formato, neste contexto, que importa, mas o conteúdo e o propósito de sua existência, ou seja: as razões de ser da pesquisa. Em se tratando de pesquisa em memória, desarticulamos, aqui, mais um equívoco.

> Em 2004, nós estávamos de volta ao festival Point do Rock, na micareta de Conquista. Nós participamos da seleção de bandas e dessa vez fomos convidados pela organização. A Cama de Jornal estava com o segundo disco praticamente pronto para ser gravado, e se chamaria *Comendo Lixo*. Nesse show, tocaríamos a maior parte do repertório autoral, somente com alguns covers de bandas como Cólera, RDP e Excomungados. Nós já estávamos focados no som autoral e tínhamos músicas suficientes para fazer um show totalmente com músicas próprias, mas ainda cabiam, naquele momento, alguns covers.
>
> Era dia 19 de abril, a Cama de Jornal tocou em um horário bacana, ao contrário da primeira vez que participamos do festival, em que fomos a última atração. Logo quando cheguei, a Praça Guadalajara, que é conhecida como Praça da Normal, já estava com muitas pessoas. Aos poucos, o público ia chegando e enchendo o local ainda mais. Nesse dia, eu resolvi fazer a gravação do áudio do show. Comprei um MD, um minidisco que era parecido com um disquete, só que, em vez de a mídia ser magnética, era digital, como se fosse um pequeno CD, e vinha dentro de uma caixinha de acrílico. Esse padrão foi criado pela Sony para substituir as fitas cassetes, mas não conseguiu concorrer com o CD. Passei o MD para o cara da mesa de som e pedi que gravasse todo o show. (TOSCO TODO, 2019, p. 143)

Em nossa pesquisa, realizamos quatorze entrevistas. Optamos por cancelar a décima quinta ao adquirirmos a autobiografia do possível entrevistado, Nem Tosco Todo, vocalista, compositor e produtor da banda *punk* Cama de Jornal. Através da citação, percebemos a escolha pela escrita autobiográfica, narrativa, que poderia perfeitamente ter sido captada por nosso gravador. Seu livro traz, em 352 páginas, um conteúdo em formato muito semelhante ao obtido através das entrevistas, todas na modalidade *história oral de vida*, onde o entrevistado narra sua trajetória abordando temas que lhe são caros, de forma livre, com poucas intervenções do entrevistador, que conduz respeitosamente a entrevista em um diálogo com seu *coautor*. O simples fato de o entrevistado conhecer a natureza da pesquisa, somado ao comprometimento de cada um com o tema (todos sabiam, grosso modo, que nos encontrávamos em meio a uma pesquisa sobre o rock local e que não foram escolhidos por acaso) os direcionou de forma orgânica a ele. Percebamos, agora, a semelhança de estilística entre o texto escrito e publicado e o texto obtido através da

história oral:

> Em 2009, a gente lançou a demo. Nisso, já havia aparecido o Viela e eu pedi patrocínio para o Euvaldo, para lançarmos o CD físico. No CD há o patrocínio do Viela e da Churrascaria Paraíso. Antigamente havia essa ideia de buscar patrocínio com as empresas. Hoje abandonamos um pouco isso, mas é interessante, porque não temos como financiar e, sem dinheiro, não se faz nada. Lançamos, no Viela Sebo-Café, a demo que gravamos em Ruckson, um cara que faz falta para o rock n' roll da cidade, porque conhece e sabe tirar o som rock n' roll. (BORGES, 2020, adaptado)

Um dos aspectos que tornam rica a pesquisa em memória através da história oral é justamente a subjetividade. Ao fornecer, além do texto escrito, a gravação em áudio e, não raro, em vídeo, é capaz de fornecer dados importantes através de diversas nuances, como expressões, gestos, pausas, diferenças de volume, ênfase, bem como o próprio ritmo da narrativa. Desta forma, demonstra seu aspecto abrangente e completo, independentemente do nível de escolaridade do entrevistado. Há, em diversos textos acerca da história oral, afirmações acerca de seu caráter atrelado às classes marginalizadas, aos silenciados e oprimidos, o que consideramos uma visão romantizada acerca da técnica: ao mesmo tempo em que é possível, através da entrevista, obter textos (aqui, *texto* em sentido amplo) valiosos advindo das pessoas mais humildes, também o é em relação às mais privilegiadas, uma vez que é capaz de captar as subjetividades humanas com maior riqueza que a escrita. A ironia, a hesitação, a desistência, o medo, a ira e tantos outros aspectos da expressão humana estão presentes em todas as pessoas. Sendo a história oral capaz de captar estas particularidades, podemos situá-la, com alguma margem de segurança, entre as mais eficazes formas de se obter dados em ciências humanas.

> [...] os documentos de história oral são sempre o resultado de um relacionamento, de um projeto compartilhado no qual ambos, o entrevistador e o entrevistado, são envolvidos, mesmo se não harmoniosamente. Documentos escritos são fixos, eles existem tenhamos ou não ciência deles, e não mudam uma vez que os tenhamos encontrado. Testemunho oral é apenas um recurso potencial até que pesquisas o chamem para a existência. A condição para existência da fonte escrita é a emissão; para fontes orais é a transmissão [...]. O conteúdo da fonte escrita é independente das necessidades e hipóteses do pesquisador; é um texto estável, que não pode ser apenas interpretado. O conteúdo das fontes orais, por outro lado, depende largamente do que os entrevistadores põem em termos das questões, diálogos e relações pessoais. (PORTELLI, 1997, p. 35)

A entrevista em história oral é, essencialmente, um diálogo entre o entrevistado e o entrevistador, onde ambos detêm igual nível de importância. Porém, não se deve ceder à tentação de desconsiderar o protagonismo do entrevistador. Ao se deparar com um texto devidamente saneado e formatado (etapas posteriores à transcrição literal), tem-se a impressão de que houve uma espécie de monólogo, onde o pesquisador nada mais realizou que a captação da fala e *conversão* à escrita. Isto é comum em textos publicados em revistas

ou livros, onde as falas do entrevistador são omitidas, para tornar o relato mais fluído aos olhos do leitor. Porém, deve-se ter em mente que diferentes formas de linguagem guardam, cada uma, suas particularidades. Um entrevistado jamais se expressará da mesma forma em uma entrevista oral e em uma entrevista escrita, através de e-mail, por exemplo: a fala é menos formal, mais sujeita a hesitações, pausas, repetições, vícios de linguagem que não necessariamente se mostram na escrita. A própria facilidade em se corrigir um texto escrito em computador antes de enviá-lo ao pesquisador cria consistentes diferenças na forma de expressão. Transformar um relato oral em um relato escrito é uma das atribuições típicas do pesquisador, que anteriormente foi o autor do projeto de pesquisa, da roteirização, da escolha dos entrevistados, da condução da entrevista. O pesquisador, nesse sentido, é tão autor do texto final quanto o entrevistado. Portelli vai além:

> O resultado final da entrevista é o produto de ambos, narrador e pesquisador. Quando as entrevistas, como é frequentemente o caso, são arrumadas para a publicação, omitindo inteiramente a voz do entrevistador, uma sutil distorção tem lugar: o texto dá as respostas sem as questões, dando a impressão que determinado narrador dirá as mesmas coisas, não importando as circunstâncias – em outras palavras, a impressão que uma pessoa falando é tão estável e repetitiva como um documento escrito. Quando a voz do pesquisador é cortada, a voz do narrador é distorcida. (PORTELLI, 1997, p. 36)

É importante, portanto, sobretudo quando se tratar de pesquisas em temas pouco explorados, como a memória de uma cena musical local, reconhecer e reafirmar o protagonismo do pesquisador, primeiro responsável, através da sua decisão em pesquisar, por trazer à tona aquelas realidades até então ocultas ao mundo científico e ao público como um todo. Em nossa experiência, percebemos esse reconhecimento por parte dos próprios entrevistados, ao demonstrarem especial ânimo e satisfação em participar ativamente da pesquisa. Muitas vezes, é verdade, o silêncio pode revelar traumas, inconveniências e incômodos que foram ocultados propositadamente, como se verifica em grupos submetidos a alguma particularidade em sua história ou, ainda se encontrem em uma situação de risco, como sobreviventes de guerras, comunidades oprimidas pelo crime ou pelo próprio estado. Porém, como verificamos, é possível que o silêncio signifique, simplesmente, que aquele grupo aguardava alguma oportunidade de relatar seu ponto de vista, sendo necessária a intervenção de algum agente, externo ou não, disposto a escutar, documentar, interpretar e publicar aquele contexto social. Foi preciso tomar a difícil decisão de se encerrar, não sem protestos, o ciclo de entrevistas, sob a pena de impossibilitar o cumprimento do cronograma proposto. Assim, tamanho é o nível de riqueza possível de ser captado através da história oral, que é possível desenvolver-se um grande estudo tanto através do depoimento quanto do não-depoimento.

3 I CONCLUSÃO

> Diríamos voluntariamente que cada memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva, que este ponto de vista muda conforme o lugar que ali eu ocupo, e que este lugar mesmo muda segundo as relações que mantenho com outros meios. Não é de admirar que, do instrumento comum, nem todos aproveitam do mesmo modo. Todavia quando tentamos explicar essa diversidade, voltamos sempre a uma combinação de influências que são, todas, de natureza social. (HALBWACHS, 1990, p. 51)

Reiteramos, finalmente, acerca da necessidade de se romper com velhos dogmas, especialmente quando tratamos de ciência. Muitas importantes pesquisas simplesmente não chegaram a nascer ao serem vítimas de algum preconceito metodológico que impediu a adequada aplicação dos devidos procedimentos de abordagem. A história oral mostra-se um conjunto de técnicas adequado à pesquisa em memória, uma vez que é capaz de captar uma vastidão de subjetividades impossível à escrita. Desta forma, a gama documental gerada não limita-se apenas à transcrição, literal ou formatada, mas também ao arquivo em áudio e/ou vídeo gerado que, armazenado, continuará constituindo importante fonte de informações. É possível que um arquivo em vídeo de uma das quatorze entrevistas realizadas durante a nossa pesquisa revele, futuramente, aspectos distintos dos que publicaremos, não percebidos por nós neste momento. Desta forma, é possível afirmar que o estado natural do relato é aquele que contém a subjetividade mais próxima da experiência *in loco*, ou seja: o arquivo multimídia revela-se como fonte mestra, e a transcrição já como derivada, ainda que literal, incluindo erros, repetições e demais elementos. Por mais detalhada que seja uma transcrição, ela jamais será capaz de captar a totalidade subjetiva da entrevista, pela própria natureza da linguagem escrita, codificada, logo, limitada. Isto (a totalidade), destacamos, nem mesmo o arquivo audiovisual é capaz de captar, uma vez que o alcance de uma câmera é menor que o do olho e ouvido humanos, mas constitui o que há de mais próximo disponível. Eliminar o arquivo audiovisual após a transcrição constitui, desta forma, um grande equívoco que deve ser desestimulado.

REFERÊNCIAS

BORGES, Loro. [Entrevista cedida a] Plácido O. Mendes em 10 out. 2020. Arquivo do autor.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva.** Tradução: Laurent Léon Schaffter. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1990.

MEIHY, José Carlos Sebe B.; HOLANDA, Fabíola. **História oral:** como fazer, como pensar. 2. ed. 7ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2019.

PORTELLI, Alessandro. “O que faz a história oral diferente”. **Projeto História**, São Paulo, n.14, p.31 fev. 1997.

PORTELLI, Alessandro. A filosofia e os fatos: narração interpretação e significado nas memórias e nas fontes orais. **Tempo**, Rio de Janeiro, v.1, n.2, pp.59-72, p.64, 1996.

TOSCO TODO, Nem. **Vagando por aí.** Vitória da Conquista: 2019.

SOBRE O ORGANIZADOR

WILLIAN DOUGLAS GUILHERME - Pós-Doutor em Educação, Historiador e Pedagogo. Professor Adjunto da Universidade Federal do Tocantins e líder do Grupo de Pesquisa CNPq "Educação e História da Educação Brasileira: Práticas, Fontes e Historiografia". Currículo Lattes: http://lattes.cnpq.br/3996555421882005

ÍNDICE REMISSIVO

A

B

C

D

E

F

G

H

I

M

O

P

R

S

U

V

Atena
Editora

Ano 2022

História:

Tempo & Argumento

www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br
@atenaeditora
www.facebook.com/atenaeditora.com.br

Ano 2022

História:

Tempo & Argumento

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br

@atenaeditora

www.facebook.com/atenaeditora.com.br